

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

"Nas fronteiras entre o Morar e o Direito de Decidir: Uma Etnografia sobre as famílias removidas do Anel Rodoviário de Belo Horizonte "



Belo Horizonte, Fevereiro, 2017.

"Nas fronteiras entre o Morar e o Direito de Decidir: Uma Etnografia sobre as famílias removidas do Anel Rodoviário de Belo Horizonte "

Luana Carola dos Santos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Professora Claudia Mayorga

Comissão Examinadora

Professora Maria Luísa Nogueira (UFMG)
Professor Cornelis Van Stralen (UFMG)
Professor Marcos Antônio Torres (UFOP)
Professor Lupicínio Iniguez-Rueda (UAB)

Belo Horizonte, Fevereiro, 2017.

150 Santos, Luana Carola dos.
S237n Nas fronteiras entre o morar e o direito de decidir:
2017 [manuscrito]: uma etnografia sobre as famílias removidas do
Anel Rodoviário e Belo Horizonte / Luana Carola dos
Santos. - 2017.
153 f.: il.
Orientadora: Claudia Mayorga.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia – Teses. 2. Psicologia social -Teses . 3.
Etnologia - Teses. 4. Ocupação Vila da Paz . 4. Política
Urbana – Belo Horizonte (MG) - Teses . 5. Habitação – Belo
Horizonte (MG) – Teses. I. Mayorga, Claudia. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



UFMG

FOLHA DE APROVAÇÃO


Nas fronteiras entre o Morar e o Direito de Decidir: Uma Etnografia sobre famílias removidas do Anel Rodoviário de Belo Horizonte

LUANA CAROLA DOS SANTOS

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Aprovada em 23 de fevereiro de 2017, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). CLAUDIA ANDREA MAYORGA BORGES - Orientador
UFMG


Prof(a). Marco Antonio Torres
Universidade Federal de Ouro Preto


Prof(a). CORNELIS JOHANNES VAN STRALEN
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Prof(a). Lupicínio Iñiguez Rueda
Universidad Autonoma de Barcelona


Prof(a). Maria Luísa Magalhães Nogueira
UFMG

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2017.

Dedico esta etnografia a todas as pessoas que já foram removidas, aquelas que lutam todos os dias para ocupar os espaços da cidade de forma mais justa, que problematizam e agem sobre as injustiças sociais, pelo Direito à Cidade - especialmente *as famílias moradoras do anel rodoviário, da Vila da Paz.*

AGRADECIMENTOS

“Digo: O real não está na saída e nem na chegada: ele se dispõe para gente é no meio da travessia”. (João Guimarães Rosa)

O exercício de escrever uma tese é um trabalho político, meticuloso e poético. Toda travessia somente fez sentido – pelo apoio e acolhimento dos moradores da Vila da Paz ao tema desta pesquisa, por meio de ricas conversas sobre resistência, violação de direitos básicos a sobrevivência, enfim sobre rompimento de fronteiras que às vezes parecem impossíveis! Agradeço imensamente a eles e elas, aos coletivos, aos ambulantes, as crianças, aos jovens, aos movimentos sociais que andaram comigo pelos becos da Vila da Paz, que me fizeram repensar a cidade, criar fotografias e compreender o direito à moradia pela dimensão poética da resistência!

Meus agradecimentos à Professora Orientadora dessa pesquisa – Claudia Mayorga pelas inspirações constantes sobre pesquisa social nas conversas de orientação, por auxiliar no caminho de costura de um fazer etnográfico sobre populações excluídas da cidade por meio de lentes analíticas éticas, humanas e políticas. Como já dizia Indra Sinha – no livro “A história de um animal” – *pesquisar sobre a história de alguém ou de um povo é como estranha sensação, tão curiosa que a gente se esquece como ela cresce nas mãos, incha até encher o punho e narra histórias*. Ao Núcleo Conexões de Saberes pelas redes de cooperação em prol de uma universidade e uma sociedade mais justa. A todos os amigos, familiares que me apoiaram nesta trajetória!

A minha família por todo amor, apoio, compreensão e por construir redes de solidariedade comigo e para mim – para que eu estive aqui na cidade de Belo Horizonte. Obrigada pela parceria, união e por me auxiliar na construção dos meus sonhos, e principalmente por acreditarem neles. Amo vocês! Ao Marcos por todo apoio, incentivo, por escutar as histórias da Vila da Paz e os impactos gerados na pesquisadora. Por ajudar acreditar que a ciência pode ser também literatura do descobrir-se. A todos os excluídos da cidade – que resistem por meio da poesia dos movimentos sociais e das ocupações! Enfim – a literatura desconhece fronteiras, e, corajosa amplia os horizontes dos afetos e da ciência. **“Olhos o que mais posso te contar? A vida continua” (Indra Sinha).**

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*.

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa de doutorado que investigou um dos grandes empreendimentos urbanos presentes no contexto da cidade de Belo Horizonte, que é a duplicação do anel rodoviário. Trata-se de um estudo etnográfico das famílias em processo de remoção do Anel Rodoviário de Belo Horizonte. O objetivo central da pesquisa é compreender como os moradores, que estão na situação de remoção, vivenciam esse processo e como se relacionam com o lugar em que vivem nos aspectos simbólicos, políticos, comunitários e cidadãos. Outros objetivos da pesquisa são: Verificar como a Psicologia Social tem se aproximado e contribuído para os estudos do tema Moradia e participação social; Analisar os processos participativos dos moradores quando o problema é remoção e reassentamentos de pessoas. Esse trabalho justifica-se pelo fato de termos poucos estudos sobre a história da moradia na Psicologia Latino Americana e também na cidade de Belo Horizonte. Sendo assim, a cidade, precisa se tornar um assunto importante no escopo das Políticas Públicas, da Psicologia Social e dos debates cotidianos. A dinâmica das cidades nos revela uma série de eventos psicopolíticos e sociais, como: constante violação de direitos, violências, desocupações, criminalização das ocupações. E são esses dilemas que esse projeto buscou pesquisar. Para isso, compreendemos a cidade como um dispositivo que mantém uma série de hierarquias e preconceito sociais, por isso essa pesquisa se justifica, pela necessidade não só de pensarmos a cidade como objeto daqueles que circulam nela, mas como produtora de sujeitos e de formas de pensar e viver. A cidade, assim se apresenta como um tema potente nos debates cotidianos, e nos debates da psicologia social.

PALAVRAS-CHAVES: Moradia; Remoção; Psicologia Social; Resistência.

ABSTRACT: The present work aims to present a doctoral research that investigated one of the great urban developments present in the context of the city of Belo Horizonte, which is the duplication of the ring road. This is an ethnographic study of families in the process of removing the Ring Road in Belo Horizonte. The central objective of the research is to understand how the residents, who are in the situation of removal, experience this process and how they relate to the place where they live in the symbolic, political, community and citizens aspects. Other objectives of the research are: To verify how the Social Psychology has approached and contributed to the studies of the theme Housing and social participation; Analyze the participatory processes of the residents when the problem is removal and resettlement of people. This work is justified by the fact that we have few studies about the history of housing in Latin American Psychology and also in the city of Belo Horizonte. Therefore, the city needs to become an important subject in the scope of Public Policies, Social Psychology and everyday debates. The dynamics of cities reveal a series of psychopolitical and social events, such as: constant violation of rights, violence, unemployment, criminalization of occupations. And it is these dilemmas that this project sought to research. For this, we understand the city as a device that maintains a series of social hierarchies and prejudices, so this research is justified, not only because we need to think of the city as an object of those who circulate in it, but as a producer of subjects and forms of Think and live. The city thus presents itself as a potent subject in everyday debates, and in the debates of social psychology.

KEYS WORLDS: Housing; Removal; Social Psychology; Resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I/MANUSCRITO I: As fronteiras do morar e o Direito de Decidir: Uma Etnografia das famílias removidas da Vila da Paz na cidade de Belo Horizonte	25
Uma Vila no anel: Primeiras aproximações	31
O surgimento da cidade de Belo Horizonte: no meio do caminho tem um Anel	42
(Re) existências como possibilidades de ser morador (a) da Vila da Paz: Outras interpretações	47
A Desobediência como expressão de luta pelo Direito à Moradia	49
O olhar dos moradores: Circuitos de resistência	52
Movimentos Sociais: Notas sobre luta pela cidade	56
O discurso Jurídico: Análises sobre uma política Urbana para Higienização	58
Considerações Finais: Circuitos de resistência, desobediência e luta pelo direito à cidade	62
Referências Bibliográficas	66
CAPÍTULO II/MANUSCRITO II: A Vila da Paz e resistências: Uma etnografia sobre remoções das famílias do Anel Rodoviário	71
Ocupação e resistência: primeiras palavras	72
Política Urbana de Habitação na cidade de Belo Horizonte: O caso das remoções forçadas na Ocupação da Vila da Paz	78
A remoção do ponto de vista dos moradores	86
Notas metodológicas: compreensões construídas por várias mãos em prol da reinvenção do Urbano	102
Referências Bibliográficas	107
CAPÍTULO III/ MANUSCRITO III: Ocupação e (re) existências: A polissemia das vozes nos coletivos da Vila da Paz.....	110
A história da Vila da Paz pela narrativa das mulheres.....	114
As remoções pelas lentes da comunidade de moradores do anel rodoviário (CMAR)	121
A vila que existe dentro da Associação Comunitária	126
Notas por (re) existência: O coletivo da Paz	129
Referências Bibliográficas	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CIDADES DAS OCUPAÇÕES	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

LISTA DE FIGURAS

MAPA DA VILA DA PAZ.....	32
OBRA “SEGUNDA CLASSE/ TARCILA DO AMARAL.....	39

LISTA DE SIGLAS

CMAR - Conjunto de Moradores do Anel Rodoviário

CRAS- Centro de Referência a Assistência Social

COPAC - Comitê Popular dos Atingidos pela Copa

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

DBP: Departamento de Bairros Populares

DHESCA- Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

DNIT- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DPU- Defensoria Pública da União

DBP - Departamento de Bairros Populares

FAMOBH - Federação das Associações de Bairros Vilas e Favelas de Belo Horizonte

FACEMG- Federação das Associações Comunitárias de Minas Gerais

MTD- Movimento de trabalhadores (as) desempregados (as)

MST- Movimento dos Sem Terra

ONU- Organização das Nações Unidas

ONG- Organização Não-Governamental

OP - Orçamento Participativo

PGE - Plano Global Específico

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PLHIS - Plano Local de Habitação e Interesse Social

PRODECOM – Programa de Desenvolvimento de Comunidades.

PRODECOM- Programa de Desenvolvimento de Comunidades

IDH-Índice de Desenvolvimento Humano

INTRODUÇÃO: DE PERTO E DE DENTRO

Algumas fitas contêm longos trechos em que não há fala, apenas sons como campainhas de bicicletas, pássaros, fragmentos de músicas e num casos, vários minutos de riso contínuo e inexplicável. (...) Você me disse que às vezes histórias de gente pequena desse mundo podem conseguir coisas grandes. (INDRA SINHA, p.9, 2009)

A presente pesquisa teve como objetivo realizar um estudo etnográfico sobre as famílias moradoras da Vila da Paz que passaram pelo processo de remoção, em função das obras urbanas para a duplicação do anel rodoviário. A Vila da Paz situa-se geograficamente na região nordeste de Belo Horizonte e é caracterizada como uma das vinte e sete vilas que contornam o Anel Rodoviário, que é a principal via de acesso às grandes rodovias de Minas Gerais, fundada nos anos 1950 com a função de amenizar o tráfego de carros na grande Belo Horizonte.

Compreendemos a Vila da Paz como uma ocupação urbana do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, o que a diferencia de uma invasão. *Ocupar* é tornar algo útil por meio da associação de moradores em prol de um objetivo em comum: a luta pelo direito à moradia. Sendo assim, as ocupações urbanas são uma forma de associativismo urbano e de ação coletiva caracterizada pela luta cotidiana pelo reconhecimento de seus direitos e de seus modos comunitários de ser, fazer e estar no mundo (MIRANDA, 2012).

Ao fazermos tal afirmação logo do início deste trabalho – gostaríamos de contribuir com a desnaturalização dos discursos presentes na mídia sobre as ocupações como sinônimo de invasão e reforçar que as ocupações urbanas possuem potencialidades sociopolíticas importantes na agenda de luta pelo Direito à Cidade e Moradia digna. O fazer etnográfico na Vila da Paz teve início em dezembro de 2013 após participação da pesquisadora em uma audiência pública em que estavam presentes o Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT), a Defensoria Pública da União, a Caixa Econômica Federal, a Comunidade de Moradores do Anel Rodoviário (CMAR), e membros do Programa de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizado das famílias do Anel Rodoviário e BR 381, composto por membros do Projeto Rondon Minas e Justiça Federal.

Nesta audiência foram iniciados os autos do processo de número 57367-09.2013-

4.01.3800 sobre o *modus operandi* dos processos de remoção e reassentamento das famílias moradoras do anel e da BR381. No caso das famílias moradoras do Anel Rodoviário, dentre as vinte e sete vilas mapeadas, a Justiça elencou quatro vilas para iniciarem os trabalhos, sendo elas: Vila da Paz (Campo de estudo deste trabalho), Vila da Luz, Vila Pica Pau e Vila Bom Destino.

A Vila da Luz também fica localizada na região nordeste do Anel Rodoviário na altura do Bairro Nazaré. Conforme relatado por de alguns moradores da região e participantes do CMAR, há aproximadamente quinhentas famílias que moram na Luz e ocupam o local há quinze anos:

Comprei meu terreno na Luz, por R\$700,00. Mas, na época, não tinha dinheiro para optar por outro lugar. Eu achava que, com o tempo, a vila receberia eletricidade, água e a documentação regularizada. “Se soubesse antes, nem tinha vindo para cá” (Relato do Sr. Geraldo, morador da Vila da Luz por 11 anos).

Já a Vila Pica Pau fica localizada no bairro Jardim Vitória na Região Noroeste de Belo Horizonte que recebeu este nome por ser uma ocupação que está próxima de um sítio que se chama “Sítio do Pica Pau Amarelo”. A Vila Bom Destino fica localizada no município de Santa Luzia caracterizando-se como uma das regiões mais isoladas da cidade. Alguns aspectos mais gerais que unem essas quatro Vilas estão associados à luta cotidiana por uma moradia digna e pelo acesso ao Direito à Cidade.

Observamos que essas Vilas, por estarem ao entorno do Anel Rodoviário estão expostas, a todo o momento ao risco de atropelamento, infraestrutura precária associada a direitos básicos como serviços de saneamento, acesso a equipamentos públicos de educação, saúde, dentre outros. Um aspecto comum refere-se ao tipo de construções presentes nessas vilas – geralmente são barracos de alvenaria e madeira. De maneira geral, os moradores dessas quatro vilas falam sobre a constante violação de direitos que vivem e do número de atropelamentos que presenciam, já que precisam passar pelo Anel Rodoviário para trabalhar, fazer compras e acessar o centro da cidade de Belo Horizonte:

Já perdi as contas de quantos amigos meus morreram na rodovia. É um barulho de trânsito intenso, preciso tomar remédio para dormir. Todo mês uma pessoa morre atropelada, eu mesmo quase me acidentei (Moradora da Vila da Luz e membro do CMAR).

A dinâmica de exclusão e não acesso a serviços presentes nessas vilas retratadas aqui, refletem o processo de urbanização brasileiro que é composto historicamente pela segregação socioespacial, evidenciada pela presença de modelos de planejamento urbano verticalizados, excludentes e uniformes, o que conserva heranças históricas e ancestrais da sociedade patrimonialista e clientelista (MARICATO, 1999). Produzindo como efeitos a reprodução de relações de poder e hierarquias. (FOUCAULT, 1979)

A escolha pela Vila da Paz como campo de pesquisa, dentro das quatro vilas apresentadas se deu devido uma característica bem presente no local que chamou a atenção da pesquisadora, que consiste na mobilização da vila para os temas do direito à moradia pautada pela presença dos moradores que ocupam espaços de decisão em associações comunitárias, grupos de geração de renda e movimentos sociais. O trabalho etnográfico na Vila da Paz começou no final de 2013 em que os moradores apresentavam uma grande preocupação em relação às obras de duplicação do anel, e falavam constantemente que sentiam suas casas ameaçadas pelas obras. Já no início de 2014 os barracos existentes embaixo do viaduto foram removidos. Eram aproximadamente nove barracos:

Tá tudo caindo, nem durmo de noite. Tô com medo de isso tudo cair em cima de mim. Um sufoco o que vivo aqui. São barracos, casas completas com geladeiras, fogões camas, e o que mais for de direito de um lar. (Moradora da Vila da Paz de um dos barracos que ficava debaixo do viaduto)



Diante dessas remoções, a associação comunitária da Vila juntamente com o Conjunto de Moradores do Anel Rodoviário (CMAR) teve uma forte atuação para garantir que as famílias pudessem ter acesso à informação sobre o processo de remoção e reassentamento. Em conversa com a presidente da Associação ela sempre retratava que a situação era complexa e que estava buscando unir forças a outros movimentos sociais.

Vale a pena lembrar que Belo Horizonte foi uma das cidades que recebeu a Copa do Mundo ocorrida no Brasil no ano de 2014 e muitos processos de remoção foram realizados nesta localidade das vilas do Anel Rodoviário e em outros espaços de Belo Horizonte. O que notamos ao longo dos estudos de doutoramento é que os megaeventos e o compromisso com um projeto de cidade moderna têm sido justificativas e estratégias frequentes para a valorização imobiliária nas cidades e conseqüente remoção das populações que vivem nas ocupações, o que compreendemos como empresariamento das cidades (HARVEY, 2006).

No caso da Vila da Paz e das outras vilas citadas aqui, o mote da remoção se tonou frequente no cotidiano dessas ocupações no ano de 2014, o que revela a forte presença do planejamento neoliberal da cidade presente na Política Urbana de Habitação de Belo Horizonte. Essa política tem por objetivo reestruturar a cidade por meio de operações de higienização e expulsão dos moradores de seus territórios para outros bolsões de pobreza e exclusão, em que não há acesso a equipamentos públicos, diminuindo ainda mais a possibilidade de mobilidade urbana (TAVARES, MOREIRA e PEREIRA, 2010).

Por outro lado, as incoerências da Política Urbana de Habitação de Belo Horizonte evidenciam as resistências presentes nas lutas cotidianas dos moradores da Vila da Paz, que ao se sentirem pressionados e ameaçados a partir da violência e desmandos presentes no dia-a-dia da vila, se organizam em grupos, como associações, coletivos e movimentos sociais para lutarem pelo direito à moradia digna e acesso aos serviços e bens públicos relacionados à mobilidade.

O que queremos sinalizar com essa pesquisa é os movimentos de (re) criação do morar pelos moradores da Vila da Paz que ocuparam o espaço do Anel por falta de acesso a outros espaços do morar da cidade. Sendo assim, o objetivo de ocupar um determinado local tem como objeto de ação política o desvelamento das lógicas de opressão contidas na Política Urbana de Habitação de Belo Horizonte e também a denúncia da insuficiência das políticas

habitacionais adotadas até o presente momento. Vale lembrar que o problema do déficit habitacional é um fenômeno sociopolítico presente na história do Brasil quando o assunto é habitação, e os conflitos por moradia no país têm aumentado nos últimos anos (BRASILINO, 2002).

Quando os moradores da Vila da Paz reivindicam moradia não estão falando apenas do acesso a uma casa – colocam em pauta o Direito à moradia, o qual envolve serviços de abastecimento de água e saneamento por rede geral, coleta de lixo, mobilidade urbana, e direito ao acesso a vários espaços da cidade sem criminalização do bairro de origem.

Vale destacar que o problema do acesso à moradia digna em Belo Horizonte, cidade planejada para o aparato administrativo, não é recente, antes da inauguração da capital, já tínhamos a existência da primeira favela, em 1897. O que demonstra que o fluxo migratório e a insuficiências dos programas sociais de habitação contribuíram muito para aumentar o número de moradores das ocupações (GUIMARÃES, 1992). Conforme o Plano Local de Habitação e Interesse Social (PLHIS, 2010) o déficit habitacional de moradia na cidade foi chegou a 60 mil moradias.

Muitos moradores relatam suas experiências com a remoção e narram que já foram *despejados várias vezes de um local* para outro e que vivenciam cenas de preconceito nos locais que frequentam como escola, trabalho, dentre outros. Se retomarmos o conceito dicionarizado da palavra despejo encontraremos “Despejo: Saída obrigatória do local de residência; ação judicial que obriga alguém a sair do imóvel que alugou: ordem de despejo”. E toda essa situação vivenciada diversas vezes pelos moradores da Paz geram uma descrença na Política Urbana de Habitação e também na história da remoção, que muitos já escutam há aproximadamente vinte anos.

Aliada a situação dos *despejos* múltiplos vivenciados pelos moradores da Vila da Paz – notamos também uma situação de sofrimento social presente no cotidiano dos moradores. Entendemos por sofrimento social "aquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como estas mesmas formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais" (DAS; KLEINMANI & LOCK 1996, ZHOURI, 2016). Neste sentido, os moradores da Vila da Paz vivenciam uma série de aflições sobre a temática da remoção durante muitos anos. Relatam que ora recebem determinações judiciais que vão

sair. Em outro momento a notícia que chega até eles é que vão ficar e essa falta de informação gera medo, desconfiança, dentre outros aspectos. A noção de sofrimento social nos permite compreender os aspectos socioculturais que perpassam o sofrimento dos atingidos pela duplicação do Anel Rodoviário.

No caso da Vila da Paz, o processo de remoção foi iniciado pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), todavia de fato, as remoções nunca aconteceram conforme relatam os moradores, que ficaram sempre na ameaça da remoção. Contudo, no ano de 2014 com o megaevento da Copa do Mundo, o qual perpassou a cidade de Belo Horizonte algumas remoções começaram a ser realizadas na Vila pelo Programa de Conciliação da Justiça Federal – conforme relatado anteriormente.

O Programa Judicial de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizados de famílias do Anel Rodoviário e BR381 surgiu em dezembro de 2013, a partir de uma parceria entre Projeto Rondon Minas e Justiça Federal. O Projeto Rondon é caracterizado como uma ação de extensão que reúne alunos de área interdisciplinares do conhecimento para intervenções em comunidade com baixo índice de desenvolvimento (IDH) em período de férias escolares dos alunos da graduação. O Projeto Rondon já realizou intervenções em comunidades locais do Norte de Minas Gerais e em âmbito nacional desde 2005 com sede na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Todavia, no ano de 2013 com a parceria estabelecida com a Justiça Federal o Projeto Rondon tornou-se um Instituto que se chama “Instituto Rondon” e cujo foco consiste em promover ações de desenvolvimento social com responsabilidade socioambiental¹. O fato de ter se tornado uma Organização Não Governamental (ONG) possibilitou o estabelecimento de parceria com a Justiça Federal e o trabalho com o tema da remoção.

Essa parceria do Instituto com a Justiça se deu sobre as seguintes condições: o Rondon entraria com sua metodologia participativa nas remoções e a Justiça, por meio da representação do DNIT executaria a obra, conforme consta nos autos do processo de número 57367-09.2013-4.01.3800. Podemos dizer que a parceria entre Rondon e Justiça refere-se aquilo que podemos chamar de governança, a qual pode ser caracterizada quando novos

¹Outras informações sobre Rondon Minas podem ser encontradas em:
<https://rondonminas.wordpress.com/quem-somos/>

atores e arranjos emergem no contexto público, com pouca transparência e democracia, no trato do bem comum, para apresentar soluções para novos arranjos societários (ZHOURI, 2007, ALTVATER, 1999).

A parceria entre as duas instituições originou o Programa de Conciliação que teve como objetivo remover e reassentar moradores com a garantia de direitos sociais e acompanhamento das famílias durante todo o processo de remoção. O adjetivo “humanizado” do programa de conciliação tem relação com as possibilidades de participação dos atingidos pela duplicação do Anel Rodoviário no processo de remoção.² E para isso a metodologia empregada nos processos de remoção foram às audiências de conciliação, reuniões com as comunidades a serem removidas para informação sobre o processo, realização de grupos e oficinas, dentre outros aspectos.

Ao longo do fazer etnográfico pudemos acompanhar o trabalho do Projeto Rondon na Vila da Paz. Vale destacar também que a pesquisadora já atuou como rondonista durante sua graduação em Psicologia e foi convidada a participar como coordenadora pedagógica do Programa de Conciliação. Porém, como o programa não apresentava muitas possibilidades de contemplar de fato, o que era Direito à Moradia para os atingidos pela duplicação do Anel, a parceria entre Rondon e pesquisadora não deu certo, e essa foi uma inspiração cerne para a realização da presente pesquisa. Vale lembrar, que uma das justificativas para a participação da pesquisadora no Programa de Conciliação foi o fato de estudar famílias da Vila da Paz em processo de remoção, porém as possibilidades de participação da pesquisadora como colaboradora do projeto, assim como a participação dos moradores nos processos decisórios sobre o morar foram restritas.

Sendo assim, a decisão da pesquisadora de não dar continuidade a participação no Programa de Conciliação foi fundamentada por três aspectos: o primeiro deles se refere ao contato aproximado com a realidade e pauta de luta dos moradores. Essa relação da pesquisa construída com os moradores – despertou a pesquisadora para o fato de que a agenda de lutas políticas da Vila da Paz pelo direito à Moradia era diferente das premissas sobre o morar já estabelecidas pelo Programa, que não pretendia levar em conta as necessidades socioculturais

² Para mais informações sobre o Programa de Conciliação ver: <http://conciliabr381.com.br/o-programa/>

do moradores. Elemento que remete ao segundo aspecto o qual envolve questões éticas e metodológicas para a pesquisadora sobre o *quefazer* específico do psicólogo – que deve ser definido em função do contexto concreto da população que deve atender. (MARTIN-BARÓ, 1996). E a situação dos moradores da Vila da Paz, bem como dos povos centro-americanos é caracterizada por elementos como injustiças estruturais, perda de soberania, guerras revolucionárias e uma crescente exclusão social.

E o papel do psicólogo latino-americano nesse cenário deve ser auxiliar a população a população (os moradores da Vila da Paz) a transformar as condições de opressão vigentes no seu contexto. É nessa premissa de enfrentamento da injustiça estrutural e da necessidade de reinvenção do Direito à Moradia que a não participação da pesquisadora não perdurou. E o último e terceiro elemento que balizou a não participação da pesquisadora tem relação com o projeto político de sociedade que ela defende e acredita:

Entre as críticas que com maior frequência são feitas aos psicólogos da América Central estão a de que a maioria dedica sua atenção predominante, quando não exclusiva, aos setores sociais mais ricos, e que sua atividade tende a centrar de tal maneira a atenção nas raízes pessoais dos problemas, que se esquecem dos fatores sociais. (MARTIN-BARÓ, 1996, P.13)

Nosso objetivo com essa pesquisa é visibilizar as vozes dos moradores, que na maioria das vezes são negadas e invisibilizadas durante os processos de remoção e reassentamento e também contribuir para os escritos de uma psicologia de raiz política e sociológica – mais focada nos fatores socioculturais do problema da moradia.

No início da implantação do programa a perspectiva que predominava, sem nenhuma margem de negociação ou questionamento era a de que os moradores da Vila da Paz teriam que sair, pois *invadiram* uma área de forma ilegal. E foi com esse discurso de criminalização das ocupações, e da ocupação da Vila da Paz, que essa pesquisa (e o olhar dessa pesquisadora) procurou problematizar. Esse é um dos efeitos causados pela governança, a esfera política é deslocada e reduzida para esfera da economia – em que direitos sujeitos e coletivos são invisibilizados e substituídos pelo foco de interesse e atores particulares (ZHOURI, 2007).

O trabalho do Programa de Conciliação na Vila da Paz teve duração de dois anos. Os moradores relataram que gostavam da forma como a equipe de referência os tratava, todavia o que os incomodava é que nada havia mudado em relação às possibilidades de suas

necessidades serem levadas em conta ao longo do processo de remoção. *Humanizado para quem? Para quem nomeia uma metodologia de trabalho?* Sobre esse aspecto notamos que o termo *remoção humanizada* aparecem como tônicas recorrentes na agenda na Política Urbana de Habitação de Belo Horizonte para justificar menores impactos na vida da população a ser removida. Todavia, o uso do termo não apaga os efeitos políticos e sociais que a remoção gera na vida das famílias que tem que sair de suas casas sem ter outras opções.

Neste sentido notamos que há um paradoxo entre os termos *técnico* e *humanizado* quando o assunto é intervenção na cidade por meio de processos de remoção. Quando falamos de paradoxos, queremos dizer que esses termos têm sido utilizados para denominar as intervenções na cidade e a remoção de famílias como sinônimo de cuidado e participação, entretanto quando verificamos os bastidores em que os processos de remoção e reassentamento ocorrem há pouco espaço de fala para as famílias a serem removidas - e quando falam também não há um acolhimento de suas falas, já que terão que sair de seus territórios e serem adaptadas às alternativas oferecidas pela Política Urbana.

Um aspecto interessante associado ao termo humanização é que ele é bem comum nos serviços públicos de saúde, principalmente nos debates que envolvem saúde coletiva. Se pensarmos sobre a utilização deste termo ao longo da história, veremos que ele traz em si um tom “maniqueísta” (RIOS, 2008) e sua utilização no contexto histórico rememora a recuperação de valores humanos que foram esquecidos, principalmente no campo da saúde.

Se fizermos um paralelo da utilização recente do termo no campo das intervenções urbanas, veremos que o seu uso é bem parecido. O que notamos é que novos programas de urbanização que aparecem na cena da cidade de Belo Horizonte para amenizar os efeitos socioculturais da remoção dizem que ela é humanizada em comparação a outras formas de atuação. Todavia, não é, pois não há espaço para diálogo e escuta efetiva dos moradores, o que notamos é a presença de uma contraditória evangelização para participação dos moradores da Vila da Paz na agenda definida pela Política Urbana de Habitação. (KEIJZER, 2005).

O que é chamado de metodologia de trabalho humanizado, diz respeito aos espaços de participação que são permitidos aos moradores pela política, configurada como “receitas” de como participar da agenda de remoção e reassentamento. O que notamos é uma maneira

paradoxal de participação dos moradores na Política Urbana de Habitação, que se guia por práticas de manipulação cultural e que se configura como veículo de introdução de valores definidos por pessoas que trabalha política, ou seja, há dissonâncias entre discurso-oficial e práticas de participação. Revelando a manutenção e permanência de estruturas sociais opressoras na Vila da Paz e nos países latino-americanos. (UGALDE, 1996).

Em novembro de 2016, a Justiça Federal rompeu o contrato de parceria com o Instituto Rondon, com a justificativa de que precisavam acelerar a obra de forma mais objetiva, e a preocupação nova do processo referente à duplicação do Anel, era mais técnica do que social. Nesses entremeios a URBEL foi nomeada novamente para assumir o processo.

Outro aspecto da justificativa do final da parceria era a falta de expertise em gestão dos recursos e das pessoas que compuseram o projeto. O que notamos ao longo de nossos estudos de doutoramento é que a URBEL sempre esteve presente como executora dos processos de remoção e reassentamento da cidade de Belo Horizonte, o que aponta para uma escolha política e administrativa por um projeto de cidade elitista, higienista, e por uma falta de reinvenção da Política Urbana de Habitação de Belo Horizonte. E quando há possibilidade de reinventar – o *modus operandi* de higienismo social e exclusão das favelas permanecem os mesmos, já que o problema-favela em Belo Horizonte remonta à sua própria fundação (PIMENTA, JANUÁRIO, PINTO, NOGUEIRA, RIBEIRO; 2005).

É importante lembrar que uma das principais críticas associadas ao trabalho da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), diz respeito aos processos de “*desfavelização forçada*” (RIBEIRO, PIMENTA, 2008), ou seja, a Prefeitura, a Justiça, os órgãos públicos executores da Política de Urbana de Habitação em Belo Horizonte tentam forçar a população a sair de seus territórios, e em contrapartida o novo lugar de moradia também é definido pelos mesmos órgãos de acordo com uma visão desenvolvimentista de cidade: “simplesmente ignora as graves consequências para as comunidades e famílias atingidas por esse programa de desfavelização forçada, claramente orientada a outros interesses [...]” (Trecho do manifesto. “Programa Vila Viva ou Vila morta”, 2006).

Diante das experiências com a remoção vivenciada pelos moradores da Vila da Paz, o objetivo geral da presente pesquisa foi mapear as possibilidades de resistência dos moradores

removidos, por meio da ocupação da Vila da Paz, como estratégia de questionamento da Política Urbana de Habitação de Belo Horizonte.

Os objetivos específicos da pesquisa foram três: O primeiro deles consistiu em analisar a história do Anel Rodoviário e suas interfaces políticas com o Programa de reassentamento e remoção dos moradores do Anel que foi trabalhado no primeiro manuscrito intitulado: **“Entre as fronteiras do morar e o Direito de Decidir: Uma Etnografia das famílias removidas da Vila da Paz na cidade de Belo Horizonte”**. O segundo objetivo foi mapear e visibilizar narrativas dos moradores do Anel que participaram do processo de remoção e reassentamento para compreender a relação simbólica do morar e o sentimento de pertencimento dos mesmos com o tema do Direito à cidade, aspecto trabalho no manuscrito II – intitulado de: **“A Vila da Paz e Resistências: Uma etnografia sobre remoções das famílias do Anel Rodoviário”**. O terceiro objetivo foi mapear a existência de coletivos e grupos de moradores que se reúnem em torno da temática de remoção no anel rodoviário com a finalidade de verificar os impactos sociais, culturais, ambientais do projeto de duplicação do anel no cotidiano de vida dos moradores. Objetivo trabalhado no manuscrito III nomeado de Os significados do Morar nas vozes dos grupos existentes na Vila da Paz: Ocupação e (re) existências.

Para alcançarmos nossos objetivos, os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa foram: à etnografia (GEERTZ, 1989) e a fotoetnografia (ACHUTTI, 1997). A etnografia nos possibilita tecer junto com os moradores uma rede simbólica de significados sobre o morar e o resistir. Já a fotoetnografia une a etnografia com a fotografia, com o objetivo de narrar, por meio do uso da imagem e exercício da antropologia visual elementos, pelos quais uma determinada população constrói os traços de sua identidade (ACHUTTI, 1997). Vale lembrar que a fotoetnografia não exige a utilização das fotografias com legendas. As fotos devem estar livres ao longo do texto para que outros significados sejam interpretados.

O emprego desses aspectos metodológicos na pesquisa para o estudo do fenômeno psicopolítico das remoções no Anel Rodoviário de Belo Horizonte-, possibilitou um enfoque *mais de perto e de dentro* sobre a questão da cidade, por isso a escolha da etnografia, já que geralmente quando olhamos a cidade – estamos mais de fora e de longe.

Por meio das lentes etnográficas pudemos contrapor a visão da cidade como o lugar de ausência de atores sociais, ou como fruto das forças econômicas transnacionais, das elites, e dos hobbies políticos, interesses imobiliários e outros afins. (MAGNANI, 2002). A cidade desenhada na presente etnografia teve por objetivo buscar visibilizar a cidade a partir da leitura dos moradores da vila da paz, propriamente ditos, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, deslocamentos e conflitos.

Durante os anos de 2014, 2015 e até meados de outubro de 2016 o campo de pesquisa foi vivenciado por meio da participação da pesquisadora em reuniões da associação comunitária da Vila, nas reuniões do CMAR, no cotidiano da Vila, no grupo de mulheres e geração de renda existentes no cenário da Paz. A participação da pesquisadora se deu por meio de interação com os atores sociais seja por meio de conversas com os moradores, assistindo os campeonatos de futebol existentes na Vila, com as fotografias tiradas ao longo do trabalho de campo. Um aspecto interessante sobre a fotografia é que ela foi feita com a participação dos moradores – que sugeriam o que a pesquisadora devia olhar:

Ao nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos direito de observar. Constituem uma gramática e, mais importante ainda, uma ética do ver. (SONTAG, p.13, 2004).

O grande aprendizado do fazer etnográfico no campo de pesquisa do doutorado foi exatamente sobre a ética do ver: em primeiro lugar, existem à minha (nossa) volta muito mais imagens que solicitam a nossa atenção, e a fotoetnografia não pode ser construída como um *olhar de passagem*³, e sim como *um olhar de perto e dentro*, a partir dos arranjos sociais dos próprios moradores:

ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para. transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. (MAGNANI, 2002, p.18).

³ O olhar de passagem é aquele guiado por um fio condutor que são as escolhas e o trajeto do próprio pesquisador. ³(MAGNANI, 2002, p.18),

E são esses aspectos que vão caracterizar o que chamamos de etnografia sobre a cidade, ou etnografia urbana, um investimento e um enfoque de pesquisa sobre os atores/moradores, grupos sociais (CMAR, grupo de mulheres, associação) existentes na Vila da Paz, e no outro lado, um olhar para a paisagem Vila da Paz – que não é interpretada como um mero cenário, mas como parte constituinte do recorte analítico da pesquisa.

Sendo assim o fazer etnográfico na Vila foi composto por *notas* no diário de campo, fotografias diversas, conversas repletas e mapeamento dos circuitos de resistência dos moradores da Vila da Paz na cidade.

Os resultados foram sistematizados e serão apresentados na forma de três manuscritos. O primeiro manuscrito intitulado: **“Entre as fronteiras do morar e o Direito de Decidir: Uma Etnografia das famílias removidas da Vila da Paz na cidade de Belo Horizonte”** que teve como objetivo localizar o (a) leitor (a) dentro do problema de pesquisa. O manuscrito I apresenta os aspectos socioculturais e políticos da Vila da Paz e também os trâmites burocráticos e os circuitos de resistências contidas nos processos de remoção vivenciados pela Vila da Paz com enfoque nos estudos sobre a cidade, que na maioria das vezes é estudada sobre a perspectiva de eixos classificatórios. Nosso objetivo com o manuscrito I e com essa pesquisa foi construir uma lente etnográfica sobre a cidade de Belo Horizonte a partir do *entre*, *entre* a cidade e a favela, *entre* a ocupação e os processos de remoção, *entre* o anel rodoviário e a vila. Compreendemos que o *entre* apresenta muitas contradições que possibilitam compreender a dinâmica associada aos multilíneos discursos sobre a cidade. *E você leitor (a) que espaços você tem ocupado na cidade? Que entre você tem perpassado?*

Buscamos assim, no manuscrito I construir olhares entre a cidade, com enfoque nas representações sobre a cidade existentes também na arte e na poesia, mais especificamente na poesia visual existentes nos muros e no cotidiano da Vila da Paz. Abordamos também a história da Política Urbana de Habitação na cidade de Belo Horizonte e seus entraves em prol de uma perspectiva de higienização social. (FOUCAULT, 1999, 2008; LIBÂNIO, 2016. LOPES, 2010).

Por fim, apresentamos ao leitor (a) no manuscrito I aquilo que chamamos de desobediência (FOUCAULT, 1982) urbana, social e econômica dos moradores da Vila da Paz como modo de resistir às diretrizes da Política de remoção. Reconhecemos assim,

componentes simbólicos e imaginários na constituição do morar, e também da luta pelo Direito à Cidade⁴.

No capítulo II ou Manuscrito II chamado de **“A Vila da Paz e Resistências: Uma etnografia sobre remoções das famílias do Anel Rodoviário”** trabalhamos o processo de ocupação e resistência (FOUCAULT, 1976) dos moradores da Vila da Paz frente aos processos de remoção para a duplicação do anel rodoviário. Visibilizamos então as experiências com a remoção vivenciadas pelos moradores da Vila da Paz com ênfase na história de ocupações do mesmo. O cerne do manuscrito II é a afirmação das ocupações como dispositivos de resistência e ação política e a desnaturalização da Vila da Paz como invasão. (LOURENÇO, 2013). Localizamos também a prática das remoções como uma tônica recorrente a Política Urbana de Habitação de Belo Horizonte e os movimentos urbanos presentes na cidade que questionam e resistem às ações urbanas em prol do desfavelamento, inaugurando conflitos sociais importantes para reinvenção da Política Urbana de Habitação. (RANCIERE, 1996).

Um aspecto importante do manuscrito II consiste na localização dos atores envolvidos nos tramites do processo de remoção da Vila da Paz e também no trabalho conceitual e político do termo remoção forçada. Esse manuscrito traz as experiências de remoção sobre o ponto de vista dos moradores.

Por fim, concluímos que é notória a necessidade de moradia adequada aos moradores da Vila da Paz. Notamos que os debates sobre remoções estão muito pautados nas reflexões sobre mercado imobiliário e perspectivas econômicas. E é a partir dos saberes *debaixo* (FREIRE, 2011, MARTIN-BARÓ, 1998, MONTERO, 1987, MAYORGA, 2014) e por meio de uma participação cidadã local (MONTERO, 2009; PAIVA, VAN STRALEN e COSTA, 2014) que podemos (re) inventar outros caminhos possíveis para a Política Urbana de

⁴ Neste sentido o manuscrito I foi submetido à Revista de Direito à Cidade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc>) e aceito para a publicação na edição de fevereiro de 2017.

Habitação em Belo Horizonte⁵.

O manuscrito III intitulado “Os significados do Morar nas vozes dos grupos existentes na Vila da Paz: Ocupação e (re) existências” tem por objetivo apresentar os significados da remoção a partir de três experiências analíticas: as vozes das mulheres, a experiência de atuação da Comunidade dos Moradores do Anel Rodoviário (CMAR) e da Associação Comunitária da Vila da Paz. Para isso apresentamos esses coletivos enquanto grupos de resistência aos processos de remoção vivenciados na Vila da Paz, conduzindo nossas análises a partir de que não há poder sem resistência (FOUCAULT, 1977).

Não há remoção, sem (re) invenção de espaços. Abordamos mais detalhadamente a etnografia e fotoetnografia enquanto elementos importantes para a composição do fazer etnográfico. Compreendemos assim, ao longo do nosso fazer etnográfico que o Direito à Cidade é um direito coletivo, portanto pauta de luta dos movimentos sociais, como relatado nas vozes das mulheres removidas, na experiência dos coletivos CMAR e Associação Comunitária Vila da Paz – o direito à cidade não engloba apenas o direito a moradia, mas serviços de saneamento básico, acesso a transporte coletivo, e as serviços de saúde, educação, cultura, enfim o direito de ir e vir, e ocupar os distintos espaços da cidade. Não propusemos ainda para qual revista o manuscrito III será submetido e a proposta é pensar caminhos de publicização junto com os leitores da banca. Ao fim da tese, estão as considerações finais sobre a presente pesquisa.

⁵ Pretendemos submeter o manuscrito II à Revista GERAIS (<http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais>) - Revista Interinstitucional de Psicologia

Capítulo I /Manuscrito I: Entre as fronteiras do morar e o Direito de Decidir: Uma Etnografia das famílias removidas da Vila da Paz na cidade de Belo Horizonte

RESUMO: O presente manuscrito objetiva apresentar uma pesquisa de doutoramento, que consiste em uma etnografia sobre famílias moradoras da Vila da Paz em processo de remoção do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, para a duplicação do mesmo. Para isso, foi realizada uma pesquisa etnometodológica, a partir da interação com os atores do campo, por meio da etnografia e fotoetnografia. Como resultado notamos que os moradores da Vila da Paz têm anunciado em suas narrativas formas de desobediência (FOUCAULT, 1982) e resistência às formas de morar oferecidas pela Política Habitacional de Belo Horizonte. Essa desobediência traz para a cena do processo de remoção o movimento de negação-criação que visibilizam as teias de significado do morar, no âmbito social, urbano e econômico que são importantes para os moradores que resistem reocupando espaços e fortalecendo os vínculos comunitários construídos. Os moradores também vivem em situação de sofrimento social e violência, visto que há um mal estar produzido pelo não acesso ao direito à moradia e por processos históricos de exclusão mais amplos. Assim como a Vila da Paz, a cidade é permeada por teias de significados, e suas áreas periféricas são formadas por um circuito de resistência espacial e sociopolítica.

PALAVRAS- CHAVES: Vila da Paz; Etnografia, Cidade; Remoção; Desobediência;

ABSTRACT: The present manuscript aims to present a doctoral research, which consists of an ethnography about families living in the Peace Village in process of removal of the Ring Road of Belo Horizonte, for duplication of the same. For this, an ethnomethodological research was carried out, based on the interaction with the actors of the field, through ethnography and photoethnography. As a result we noticed that the residents of Peace Village have announced in their narratives ways of disobedience (FOUCAULT, 1982) and resistance to the housing offered by the Housing Policy of Belo Horizonte. This disobedience brings to the scene of the removal process the denial-creation movement that makes visible the social, urban, and economic fabrics of living that are important to the residents who resist reoccupying spaces and strengthening the built community bonds. Residents also live in situations of social suffering and violence, as there is a malaise produced by the lack of access

to the right to housing and by wider historical processes of exclusion. Like the Village of Peace, the city is permeated by webs of meanings, and its peripheral areas are formed by a circuit of spatial and socio-political resistance.

KEYWORDS: Vila da Paz; Ethnography, City; Removal; Disobedience;

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa realizada nos estudos de doutorado sobre famílias em processo de remoção do anel rodoviário da cidade de Belo Horizonte, para a execução de um grande empreendimento o qual se trata da duplicação do anel rodoviário que se configura como uma via de acesso que perpassa a cidade, cujo objetivo é amenizar o tráfego de carros que passam no centro da cidade.

Para isso foi realizada uma etnografia do cotidiano das famílias moradoras da Vila da Paz no sentido de compreender as formas de ocupação dos moradores da Vila. A inserção no campo de pesquisa começou em agosto de 2013, quando a pesquisadora acompanhou audiências públicas da Justiça Federal junto à população do anel rodoviário em processo de remoção, e terminou em dezembro de 2016. Ao longo desses anos, eventos como audiências, implantação do Programa Judicial de Conciliação para remoção e reassentamento humanizados de famílias do anel rodoviário, obras do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) na Vila da Paz e ao longo do BR, remoções forçadas, cotidiano das famílias da Vila da Paz dentre outros eventos foram vivenciados.

O conteúdo de algumas audiências públicas presenciadas em Agosto de 2014 estavam entorno da desocupação pelas famílias das vilas do anel rodoviário e da BR381, em função da obra de duplicação dos mesmos. Para isso, representantes da Justiça Federal, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público Federal, do Departamento Nacional de infraestrutura e da Caixa Econômica Federal, os quais são executores da remoção, começaram a realizar como instrumento para dar início da desocupação – a realização de audiências de conciliação com as famílias moradoras do anel rodoviário. Vale lembrar que as audiências de conciliação são em um instrumento jurídico, em que partes envolvidas em um conflito tentam estabelecer

um acordo, junto de um conciliador. No caso da duplicação do anel rodoviário, as audiências aconteceram com participação das famílias moradoras do anel e Justiça Federal.

Alguns dos argumentos presentes nas audiências de conciliação para a desocupação das famílias foi à necessidade de duplicação do anel para o desenvolvimento econômico da região de Belo Horizonte, o grande número de famílias que habitam ao longo dessa via e os riscos aos quais elas estão submetidas diariamente por estarem próximas às vias de rolamento da rodovia. Aliados a essas justificativas, o discurso sobre a remoção das famílias moradoras do anel foi reiterado ao longo das audiências - outro importante imperativo usado como dispositivo de retirada das famílias do anel consistiu no fato de estarem em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Como afirma ROLNIK (2004) às remoções forçadas ou involuntárias desconsideram de maneira arbitrária e discriminatória as conquistas na luta pelo direito à terra das pessoas que ocupam as terras, ou seja, expulsam os pobres, sem reconhecimento dos seus direitos para se vender também a imagem da cidade, que a autora chama de “cidades de *stands* globais”, aquelas que não tem ocupações à primeira vista. No caso da cidade de Belo Horizonte essa imagem da “cidade limpa” tem sido negociada e utilizada como argumento para práticas remocionistas a todo custo de violação de direitos e arbitrariedades do discurso jurídico e econômico, pois o anel rodoviário é uma via que perpassa toda a cidade, e alvo de muitos interesses políticos.

Durante as audiências, notamos uma grande preocupação das autoridades presentes com a execução da obra para minimizar os acidentes, o congestionamento presente na via – potencializando assim sua capacidade operacional (Argumentos também presentes no ato sobre duplicação do anel rodoviário e BR381 publicizado no 13 de setembro de 2014). Vale destacar, que o emprego do termo “remoções involuntárias” e a complexidade que esse processo envolveria era empregado muitas vezes na narrativa dos executores da obra, o que nos revela e anuncia as famílias que não havia outra opção a não ser sair das áreas as quais habitavam. Conforme o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 2012) sobre segurança de posse e também Direito à Moradia Digna – que garante proteção contra remoções forçadas, assédio e outras ameaças:

(...) la Relatora Especial subraya que la seguridad de la tenencia debe entenderse como un concepto que engloba, como mínimo: a) la protección jurídica contra el desalojo forzoso, el hostigamiento y otras amenazas; b) el reconocimiento jurídico por las autoridades, pero también por los agentes privados, del derecho a vivir en un lugar seguro en condiciones de paz y dignidad; ese reconocimiento comprende el apoyo de las autoridades y un acceso equitativo todos los servicios públicos y la disponibilidad de estos; c) la justiciabilidad; o, dicho de otro modo, la capacidad de exigir por la vía legal la seguridad de la tenencia; para que ese criterio sea verdaderamente efectivo puede ser necesario prestar asistencia jurídica con miras a facilitar el acceso a medidas de recurso eficaces; y d) cualquier otro aspecto que se requiera como medida susceptible de facilitar el disfrute de otros aspectos del derecho a una vivienda adecuada en pie de igualdad con el resto de los ciudadanos. (ONU, 2012, p. 17).

De acordo com os escritos da Relatoria Especial para Direito à moradia do Conselho de Direitos Humanos da ONU, as remoções forçadas devem ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais já que produzem diversos efeitos nas pessoas removidas, já que os despejos, na maioria das vezes são acompanhados pelo uso da violência judicial e policial, o que impossibilita muitas pessoas desalojadas a não ter acesso à moradia e seus meios de sobrevivência.

O processo de remoção das famílias moradoras do anel rodoviária e BR381 e seu *modus operandi* é público e está descrito em processo do judiciário sob número 57362.09.2013.4.01.3800. Alguns acordos que constam no processo e também presentes nas narrativas das audiências conciliatórias é atribuição de responsabilidades a cada uma dos atores envolvidos. No caso do DNIT¹ o qual ficou responsável por custear toda a parte técnica da remoção, o que envolve não somente a execução da obra como a realização de cadastros das famílias a serem removidas, trabalho comunitário durante e após a remoção, atendimento a assistência social e trabalho intitulado socioeducativo na vila, dentre outros aspectos que envolvem todo o processo de remoção e reassentamento. O DNIT juntamente com o Programa de Remoção e Reassentamento Humanizado das famílias do anel rodoviário e BR381 ficaram responsáveis por toda a realização da obra.

No ato assinado nas audiências conciliatórias não havia espaço para assinatura dos moradores, e também não havia espaços de participação para os mesmos. Geralmente as falas dos moradores aconteciam no início da audiência – e logo depois as decisões referentes ao processo de remoção eram repassadas a eles. No final da audiência, a juíza responsável pelo processo se colocava a disposição para conversar com aqueles que tinham dúvidas.

O que observamos nessas audiências e nas conversas com os moradores após as audiências, é que não há espaços para participação e sim uma desconstituição dos processos e fóruns participativos. Em nenhum momento foi perguntado às famílias sobre seus aspectos culturais, sobre suas atividades produtivas e relações sociais, o que aponta para uma verticalização muito recorrente nos processos de remoção. Todavia, outras formas de questionar o processo de remoção emergiram dos moradores, por meio da participação em coletivos de moradores, como o Conjunto de Moradores do Anel Rodoviário (CMAR), as associações comunitárias e as manifestações realizadas na Justiça Federal para saber sobre os encaminhamentos do processo e suas formas de intervenção na realidade da Vila da Paz.

Os moradores têm buscado meios, de forma coletiva, de (re) existir. Segundo eles, ao saírem das audiências relatavam que sua expectativa era poder contar um pouco sobre suas histórias de lutas e buscar assim alternativas de (re) construção, já que o adjetivo conciliação estava presente no substantivo audiência. Entretanto, quando falamos de Direito à Moradia, o termo conciliação traz um tom pejorativo diante de todo o histórico de luta e resistência consolidado desde 1970 como a emergência de movimentos sociais que já buscavam a reforma urbana. (ROLNIK, 1994)

Etnografamos assim, nas audiências a presença de uma verticalização no processo de remoção, e também uma tentativa de silenciamento dos moradores frente ao que já havia sido decidido, já que se trata dos direcionamentos da Política Urbana de Belo Horizonte, que desde sua criação já intervém nas ocupações de maneira a removê-las, atualizando a lógica higieniza de planejamento urbano. Essa tentativa de silenciamento, e também de chamar de conciliação, o que já está decidido juridicamente nos remete aos escritos de FOUCAULT (1982) sobre a utilização do direito para criação de verdades. Como relata o autor:

O direito deve ser visto como um procedimento de sujeição, que ele desencadeia, e não como uma legitimidade a ser estabelecida. Para mim, o problema é evitar a questão da soberania e da obediência dos indivíduos que lhe são submetidos e fazer aparecer em seu lugar o problema da dominação e da sujeição. (p.182)

Podemos dizer então que a realidade do Direito, muitas vezes, pode ser opressora, baseada nas relações de poder que geram mais poder, sendo assim devemos deixar aquele véu de fantasia insculpido na legislação, como afirma o autor. Devemos parar de olhar o dever-ser

legal que se refere a uma realidade posta a qualquer custo e não há espaço de questionamento da mesma. . Durante os estudos etnográficos os moradores se perguntam a todo tempo sobre o discurso da ilegalidade presente nas terras que ocupam como justificativa para seu despejo forçado. Neste sentido, a partir da análise das audiências conciliatórias e das perguntas que balançam o discurso da verdade jurídica presente nas narrativas dos moradores é que a pergunta de pesquisa surge: *Quando é que os moradores vão falar? E os moradores podem falar? Será mesmo que Direito à Moradia deve ser tratado em audiência conciliatória? Conciliar o que? Direitos fundamentais negados?* (Fragmentos etnográficos do caderno de campo sobre as audiências de conciliação em 13 de dezembro de 2014).

Nas primeiras linhas do diário de campo e do ponto de vista dos moradores da Vila da PAZ – o que eles têm experienciado no cotidiano refere-se ao conjunto de violações de direitos a moradia. O problema do esgoto a céu aberto, a poluição sonora, a grande ocorrência de acidentes ao longo da rodovia, a dificuldade de acesso a equipamentos públicos como escola e saúde constituem-se pautas presentes de reivindicação dos moradores da Paz, tema que precisa ser levado em consideração nos estudos sobre ocupações na cidade e nos próprios processos de remoção, visto que ao contrário do que tem acontecido no cenário internacional, à cidade de Belo Horizonte tem apresentado a diminuição no número de favelas, de seus moradores, o que indica um aumento e intenso movimento nos processos de remoção e desfavelização (LIBÂNIO, 2016).

Sendo assim, o objetivo central da pesquisa consistiu em estudar a experiências das famílias moradoras da Vila da Paz, uma das vinte e sete vilas que compõe o anel rodoviário, que está em processo de remoção e então, pensar as possibilidades de reinvenção do morar, a partir da lógica narrada pelos moradores que ali residem (ou residiram) diante do quadro de violações ao direito à moradia digna que não vivenciam, e também da situação de sofrimento social, produto dos efeitos nocivos das relações de poder que caracterizam os processos de remoções das vilas existentes na cidade. Podemos localizar ao longo dos nossos estudos uma inflexão nas intervenções governamentais, no sentido de não visibilizar a luta dos movimentos sociais que não concordam com as remoções forçadas, e no reforço da não garantia das famílias ao direito de permanência no local e também de implantação de políticas urbanas que não contemplam o direito de decidir das famílias.

O cerne do problema de pesquisa do presente trabalho consiste em compreender, por meio de uma aproximação do cotidiano de vida dos moradores da vila da Paz, as dimensões psicossociais que perpassam a cidade, as ocupações e o modo como esses moradores reinventam o morar, e sobrevivem em meio aos processos de remoção realizados de forma arbitrária, sem levar em conta, na maioria das vezes, o que os moradores esperam do lugar para o qual serão reassentados.

Ao longo dos estudos bibliográficos realizados, nota-se que a cidade é estudada e vivida por meio de alguns eixos classificatórios, que ora reforçam lógicas sob perspectivas do indivíduo, e outrora colocam em pauta questões sociológicas que circundam a cidade, associando-a ao capitalismo e a perspectivas *economicista*, que reforça como o poder político tem na economia sua razão de ser histórica, o princípio de sua forma concreta e do seu funcionamento atual. (FOUCAULT, p.175, 1979). Uma análise crítica desses estudos coloca para este trabalho, o desafio de pensar a *cidade em seus entremeios*, a cidade *entre* o sujeito e a sociedade, *entre* o urbano e o rural, *entre* a favela e o centro, *entre* a favela e os processos de desfavelamentos, *entre* remoção e reassentamento. É no *entre* que esse estudo buscou acontecer.

O *entre* apresenta muitas contradições que possibilitam compreender a dinâmica associada aos multilineares discursos sobre a cidade. *Afinal, o que você vê quando olha para a cidade? O que eu vejo quando olho para cidade? O que nós vemos quando estamos na cidade?*

Uma Vila no Anel: Primeiras aproximações

Os vários jeitos de olhar para cidade, e os marcadores que atravessam nosso olhar para ela são reveladores para dizer da nossa relação com o jeito de ocupar, de estar na cidade e se construir como cidadão. Sendo assim, “ter apenas uma postura de cobrança sobre a cidade é empobrecer a relação e os sentidos com a cultura e a comunicação: a densidade e a complexidade urbana nos convidam ao reconhecimento da mobilidade e de seus vários centros e funções” (BARROS, 2005). Olhar para as ocupações presentes na cidade, e para as vilas que circundam o anel rodoviário, é questionar a lógica de acesso à cidade e os processos de desigualdades que ali se mantêm.

O jeito que os moradores olham e vivem na Vila da Paz representa forte relação simbólica entre a vila e a cidade de Belo Horizonte, parte cheia de construções de sentido sobre o morar, o ocupar e o resistir. Conforme relato do diário de campo e a partir da imersão no mesmo observa-se que a Vila da Paz aparece no relato de vários moradores como uma ocupação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, caracterizada por famílias que vieram de outras favelas da cidade de Belo Horizonte e também do norte de Minas Gerais:

“Olha moça eu moro aqui tem 25 anos, ou seja, desde quando esse lugar aqui foi fundado, comecei morando em barracão de lona e vim do norte de minas para cá. Gosto de morar aqui, pois foi aqui que eu construí minha casa. A Paz é um lugar bom onde nenhum morador mexe com ninguém. Cada um no seu canto. Antes de morar aqui, morei também na favela do bairro São Paulo, aqui mesmo na região, achei esse terreno e me mudei para cá e construí essa casa. Trabalho com reciclagem; De vez enquanto aparece gente querendo saber de mim, do meu trabalho. Não tenho vontade de sair daqui não. O posto e a mercearia são próximos aqui de casa. O único problema é o tráfico de drogas, o que atrai uma forte atuação da Polícia Militar, aqui é sossegado, ninguém mexe com ninguém”. (“Sic” - Fala de um senhor de 74 anos de idade, morador da Vila da Paz/ Fragmentos do Diário de Campo).

Vale destacar que a Vila da Paz fica situada geograficamente entre os bairros Palmares, Universitário, Santa Cruz e Maria Virginia, na região nordeste de Belo Horizonte, como podemos ver no mapa abaixo, formando a imagem de um delta cortada pelas ruas contornos e nacional e pelo Anel Rodoviário:



Fonte: Vila da Paz em Delta <http://conciliabr381.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Vila-da-Paz.jpg>

Por estar localizada no entorno do anel há muitas opções de ônibus que passam pela Vila, que tem um alto fluxo de carro o dia inteiro, conforme narrativa dos moradores. E ao mesmo tempo esse fluxo constante de carros e o ônibus, traz um paradoxo para os moradores, já aumenta ainda mais quando é final de semana e feriado, o que contribui para a poluição sonora e visual do local.

O anel rodoviário de Belo Horizonte é considerado uma grande via de Belo Horizonte construída na década de 1950, cujo objetivo era desafogar o trânsito e o crescente número de carros e cargas que passava pelo centro de Belo Horizonte. É importante destacar que o anel perpassa algumas das principais vias da cidade, como por exemplo, as avenidas Cristiano Machado, Antônio Carlos, Carlos Luz (Catalão), Pedro II, Amazonas e a Via Expressa. A Vila da Paz, de acordo com os moradores, é uma vila relativamente pequena, que tem se tornado ainda menor, pós-remoções parciais já realizadas para implantação de um viaduto no local. Com a realização dessa obra, as famílias que moravam debaixo do viaduto saíram. A vila da Paz tem cerca de noventa e três domicílios, e abriga entorno de duzentos e sessenta e sete famílias, (Dados disponibilizados por meio de cadastro social realizado no local no ano de 2015 pela Justiça Federal). Os moradores da Vila trabalham em fabricas próximas ao anel e outros de forma autônoma, como ajudantes de pedreiro, realizando serviços de âmbito familiar, reciclagem, vendedores ambulantes, dentre outros. Um aspecto que nos chama atenção no cotidiano da Paz é a presença de comércio local, muitos moradores têm junto de sua residência, restaurantes, salões, bares e feiras.

Os laços de vida comunitária na Vila da Paz são marcantes e muito presentes, o que diz da organização das pessoas na Vila para vivenciarem os aspectos de lazer, já que organizam festas no campo de futebol existente na vila, as conversas cotidianas e matinais que tem sobre a vida na rua, a mobilização dos jovens para organizarem torneios de futebol, para irem a parques próximos a Vila da Paz, como o Parque Ecológico do bairro Universitário e o Parque Renato Azeredo, dentre outros aspectos que para os moradores são elementos fortalecedores, aspectos que se constituíram como eixos analíticos do nosso estudo etnográfico.

Enquanto pesquisadora que está imersa em uma parte da cidade de Belo Horizonte, que é a Vila da Paz, percebo a Vila em sua poesia, sons, rumores, luzes, sombras, personagens, pichações, fotografias, relações e paisagens:



Fotografia I: O viaduto e a Vila – Fotografia feita em 22/10/2016 na Vila da Paz;

Antes de mostrarmos mais retratos de resistência da Vila da Paz, que se encontra em um grande centro urbano e não está desconectada de sua dinâmica, abordaremos a cidade, como um importante problema quando pensamos na temática da remoção. Mais adiante retomaremos a Vila pelos moradores.

Interpretações sobre a cidade: a construção de um olhar *entre*

Estudos clássicos sobre a cidade buscam interpretá-la a partir de eixos, que compreendem a cidade, ora associada ao capitalismo, ora individualizada no sofrimento dos sujeitos. Neste sentido, concordamos com MAGNANI (1996, p.23) que diz:

Não se pode ler a cidade a partir de um eixo classificatório único: é preciso variar os ângulos de forma a captar os diferentes padrões culturais que estão na base de forma de sociabilidade que existem, coexistem, contrapõem-se ou entram em confronto no espaço da *ciudad*.

Buscamos compreender assim, a cidade por meio de leituras analíticas mais fluidas, no

sentido de estabelecer um diálogo entre perspectivas mais sociológicas sobre a cidade e perspectivas mais individuais, buscando assim compreender as relações entre ocupação de espaços e relações de poder. (FOUCAULT, 1982). Observamos ao longo da realização desta pesquisa, que a forma como vemos a cidade, e nos localizamos nela, constitui-se um ponto essencial para compreendermos as dinâmicas dos processos de remoção e reassentamento na Vila da Paz.

Uma importante influência que gerou uma nova concepção de cidade no âmbito dos estudos teóricos sobre o tema foi a Escola de Chicago com a proposição da Ecologia Urbana, a qual traz uma reflexão inédita sobre a cidade, compreendida como “laboratório social”. (GRAFMEYER, Y; JOSEPH, 1979). Marcada pelo empirismo, a Escola de Chicago está interessada em pensar estudos concretos que possam contribuir para certa organização para a cidade considerada “caótica” e produzida pelo processo de industrialização, no contexto dos Estados Unidos da primeira metade do século XX.

Diante de fenômenos como: grande crescimento populacional, enorme contingente imigratório, segregação urbana, condições precárias de vida, a cidade é posta como problema. (SANT’ANNA, 2003). Dentro dessa perspectiva a cidade é compreendida como um espaço delimitado por critérios geográficos, números e aspectos político-administrativos. A cidade então é vista como um dispositivo que fabrica cultura urbana por meio do urbanismo como modo de vida (WIRTH, 1987). Tal perspectiva vai receber críticas como a de CASTELLS (1977), que afirmará que tomar a cidade como a própria variável explicativa não é um movimento científico, mas sim uma ideologia.

Na década de 1960, com o surgimento da escola de sociologia francesa, que questiona os preceitos de Chicago. A cidade passará ser interpretada de outra forma. Um primeiro ponto crítico da sociologia francesa à escola de Chicago, é o rompimento teórico com a ideia de uma sociologia urbana linear. A sociologia francesa tenta assim, ampliar as lentes de análise sobre a cidade, que passa a ser concebida como um espaço socialmente produzido. Neste sentido o enfoque dos estudos está na interação entre as relações de produção, consumo, troca e poder que se manifestam no ambiente urbano e ganham importância. (VALLADARES; FREIRE-MEDEIROS, 2001). E são essas relações de produção que fortalecem o movimento

da cidade fragmentada.

Assim como Castells, autores como LEDRUT (1976), LEFEBVRE (1970), que também representam a sociologia francesa mantêm uma inspiração marxista e questionam a ideia produzida pela Escola de Chicago, de que a cidade seria a base de explicação de todos os fenômenos urbanos. É importante lembrar que os estudos de MARX (1984) e ENGELS (1985) são clássicos para uma compreensão mais sociológica sobre as cidades já que para esses autores, a cidade se apresenta como um local de produção e reprodução do capital, fruto do processo da industrialização e está associada com a luta de classes. A cidade é caracterizada assim como produto da sociedade capitalista, portanto constitui processos sociais mais amplos (SANT'ANNA, 2003).

Para a sociologia francesa a cidade produz relações de consumo, troca poder. A cidade que politiza a questão urbana gera novas perguntas, que fazem nascer novas questões sociais e também acadêmicas, como por exemplo: os movimentos sociais urbanos, os meios de consumo coletivo, a estruturação social do território na sociedade capitalista e o papel do Estado na urbanização (GONÇALVES, 1989). Sendo assim a relação entre a política urbana e as dimensões com a luta de classe, entre os movimentos sociais e o Estado são postos em pauta. (GONÇALVES, 1989). Aqui temos então, espaços para compreendermos os efeitos políticos da ocupação, elemento de análise dessa pesquisa.

Um importante deslocamento feito na obra dos autores da sociologia francesa em relação à Escola de Chicago é a compreensão da cidade como um processo social, político e econômico que não está subordinada apenas às questões do desenvolvimento capitalista. .

Como contraponto, a cidade também tem sido estudada pelos sentidos que ela evoca na vida dos sujeitos, localizando aqui uma perspectiva mais focada para “olhar a cidade”. No texto “A metrópole e a vida mental” de SIMMEL (1979, p.39) temos esse exemplo, visto que o autor busca compreender em seus estudos, como a cidade configura a subjetividade de seus sujeitos:

Uma investigação que penetre no significado íntimo da vida especificamente moderna e seus produtos, que penetre na alma do corpo cultural, por assim dizer, deve buscar resolver a equação que estruturas como as metrópoles dispõem entre os conteúdos individual e superindividual da vida. Tal investigação deve responder à pergunta de como a personalidade se acomoda as forças externas.

Assim, notamos que é por meio das cidades, que os sujeitos desenvolvem seus modos de vida, se comunicam e se organizam de distintas formas identitárias. A cidade é aquela que gera sentidos, e ao mesmo tempo sofrimento as sujeitos que nela vivem.

Sobre essa questão BORDIEU (1987) realça que a cidade, enquanto construção simbólica de grupos – inclusive daqueles grupos que pesquisam cidades, atribui a ela um papel de mercado, não apenas porque possibilita trocas materiais, mas também trocas simbólicas. A cidade é produtora de subjetividades, sonhos e temores. Sendo assim, aqueles que não estão nas pautas centrais da cidade vivem o “peso social” de serem reconhecidos como sujeito da falta e experimentam o sofrimento social, o qual deixa marcas psíquicas, com pouca visibilidade social (CARRETEIRO 2003), como o caso dos moradores da Vila da Paz, que lutam em seus movimentos de resistências, mas ainda assim, tem seus movimentos (in) visibilizados.

Outra perspectiva que também analisa a cidade com mais enfoque no sujeito- são os estudos sobre o conceito de sofrimento social que emergiram nas últimas décadas e tem sido muito utilizados no campo das ciências humanas e sociais para analisar relações consideradas como profundas entre a experiência subjetiva do mal-estar e os processos históricos sociais mais amplos. Segundo PUSSETTI e BRAZZABENI, (2001) o conceito vem sendo utilizado nos estudos sobre juventude, saúde pública, migração, cidades e outros. Os autores pontuam também sobre a ambiguidade do conceito de sofrimento social:

Por um lado, a análise das intervenções sociais para aliviar o sofrimento dos sujeitos definidos como “vulneráveis” e que frequentemente resultam na sua intensificação; por outro, a problematização das mesmas intervenções, que classificam os sujeitos em categorias rígidas, através de mecanismos complexos de patologização, criminalização e exclusão social. (PUSSETTI, BRAZZABENI, 2001, 467).

Podemos dizer então, que as perspectivas que estudam a cidade, com enfoque no sujeito tem a preocupação de pontuar as situações de sofrimento social, mal estar e invisibilidade evocadas pelo espaço da vida na cidade, que também são muito importantes. A ideia do presente trabalho é dialogar as leituras mais sociológicas com as perspectivas mais individualizantes para teceremos lentes analíticas sobre os processos de remoção da Vila da Paz.

A ideia de retomar algumas perspectivas clássicas em nossa pesquisa se deu com intuito de produzir análises que não “encaixem” a cidade sobre uma perspectiva ou outra, e sim que busque estabelecer um diálogo *entre* as mesmas. Esse se constitui um importante exercício dessa pesquisa, ver as cidades em seus diferentes retratos teóricos e os efeitos que essas leituras produzem na vida cotidiana dos moradores e interlocutores dessa pesquisa. Buscamos assim afirmar uma perspectiva que não reduza a experiência na cidade a uma leitura macroestrutural ou individual, mas que pretende ver isso em relação. Entre-linhas, entre-teorias, entre-sujeitos.

Faz-se ainda importante, destacar os estudos sobre as cidades no contexto latino-americano, iniciados entre os anos de 1950 e 1970, e quando falamos sobre cidades latino-americanas e brasileiras evocamos dois paradoxos: o primeiro, o qual está associado às grandes metrópoles e seus problemas permanentes como, por exemplo, pobreza, encortamento dos centros históricos, violência, grande urbanização, e um segundo associado às denúncias que os contextos latinos – americanos possibilitam: “De qualquer modo, nossos apelos à "cidade latino-americana" oscilam entre a necessidade política da identidade e a denúncia, entre o ceticismo acadêmico da diferença e da ponderação”. (GORELIK, 2005). No contexto brasileiro o debate sobre as cidades começa na década de 1960, a partir de uma reflexão sobre as temáticas da urbanização e desenvolvimento. Nesse período encontraremos estudos que propuseram discutir a temática do urbano em que abordavam a marginalidade e a pobreza a partir da questão das desigualdades socioeconômicas (QUIJANO, 1978; JOSÉ NUN, 1972) assim como pesquisas que se dedicaram ao estudo sobre pequenas comunidades urbanas por meio de um viés antropológico (Francisco de Oliveira, Paul Singer, Maria Célia Paoli, Manoel Tostes Berlink,) e que abordaram a marginalidade que se apresentava nas cidades brasileiras resultado não do problema de integração social, mas de problemas estruturais (SANT'ANNA, 2003).

No caso brasileiro, as cidades foram pensadas, a partir dos modelos europeus, em que o modelo de urbanização deveria instaurar o mito da modernidade. A literatura e as artes constituem uma importante expressão desse momento. As obras de Tarsila do Amaral e Mário de Andrade ilustram em arte a cidade brasileira. (JAGUARIBE, 1987):

Alturas da Avenida. Bonde 3. Asfaltos. Vastos, altos repuxos de poeira sob o arlequinal do céu ouro-rosa-verde... As sujidades implexas do urbanismo. Filets de manuelino. Calvícies de Pensilvânia. Gritos de gnosticismo. Na frente o trem da irrigação, Onde um sol bruxo se dispersa. Num triunfo persa de esmeraldas, topázios e rubis... Lânguidos boticellis a ler Henry Bordeaux. Nas clausuras sem dragões dos torreões... Mário, paga os duzentos réis. São cinco no banco: um branco, um noite, um ouro, um cinzento de tísica e Mário... Solicitudes! Solicitudes! Mas... olhai, oh meus olhos saudosos dos ontens. Esse espetáculo encantado da Avenida! Revivei, oh gaúchos paulistas ancestralmente! E oh cavalos de cólera sanguínea! Laranja da China, laranja da China, laranja da China Abacate, cambucá e tangerina! Guarda-te! Aos aplausos do esfuziante clown, Heróico sucessor da raça heril dos bandeirantes, Passa galhardo um filho de imigrante, Louramente domando um automóvel! (MARIO DE ANDRADE, 1978).

No trecho do poema acima intitulado “O domador”, o escritor Mário de Andrade refere-se à cidade de São Paulo e suas urbanidades expressas pelo movimento da Vida Cotidiana. O modernismo, o traços que se referem à velocidade presente na vida urbana e também os processos comunicativos são bem evidenciados no trecho acima.

Na obra abaixo, cuja autoria é de Tarsila do Amaral, a artista faz menção a uma cena comum na cidade brasileira que é a chegada das famílias imigrantes ao Brasil para o trabalho na lavoura na era Vargas. O semblante de cansaço e desesperança dos imigrantes que nos convida a pensar o momento de crise econômica e social que o Brasil passava em busca dos imperativos do desenvolvimento e urbanização, fenômeno que traz a cidade como objeto de estudo importante para o cenário brasileiro.



Obra: Segunda Classe – Tarsila do Amaral, 1923.

Segundo FERNANDES e GOMES (2004) os estudos sobre cidades no Brasil se intensificam na década de 1980, a partir do problema da crise de moradia que se agravava. A questão habitacional então surge como uma demanda de pesquisa e intervenção. Esses autores em estudos realizados constataram que 2/3 dos trabalhos analisados sobre a temática de

idades no Brasil, dizem respeito às transformações que ocorreram nas cidades do interior, sendo a maioria das pesquisas associadas a cidades que ficam no sudeste do Brasil. Notamos que a habitação como um problema é uma tônica bem recorrente nas cidades brasileiras também nos dias de hoje.

De acordo com ABREU (1994) muitos trabalhos surgiram no Brasil na década de 1994 sobre a cidade brasileira enfocava termos dos seus padrões urbanos e processos sociais sobre suas origens. Entretanto, eram trabalhos muito vinculados aos estudos da geografia e tinham como objetivo olhar para a cidade em suas perspectivas físicas. Já as questões sociais e políticas apareceram em um segundo momento. Observamos ao longo da realização da etnografia da Vila da Paz – que essa preocupação com os aspectos geográficos da remoção são muito fortes, e pouco se fala sobre a participação das famílias removidas no planejamento dos processos de remoção e reassentamento bem como sobre as desigualdades sociais que marcam suas experiências.

Assim, a partir dos anos 1980 há uma preocupação em buscar por meio da pesquisa histórica, compreender os antecedentes históricos e políticos associados à crise da moradia. A partir desse momento há menos uma preocupação com a “forma” da cidade e sua geografia, e mais uma preocupação com elementos sociais, todavia não com a força suficiente para que os aspectos sociais sejam visibilizados o tanto quanto se fazem necessários.

De acordo com FERNANDES ET AL (2004), a partir de pesquisas realizadas sobre quem pesquisava a cidade brasileira na década de 1990, temos elementos interessantes, como por exemplo, os temas das modernização urbana, urbanismo, habitação e imagem/imaginário fazem da agenda de estudo dos pesquisadores. O que notamos é que o campo de pesquisa sobre cidades nesta década se desloca da geografia e concentra-se na arquitetura. Encontraremos uma contraposição e estudos críticos sobre o autoritarismo das políticas elitistas, a segregação/exclusão enquanto elementos condutores das políticas urbanas temos também a recusa aos prevalentes estudos que entendiam a cidade em uma perspectiva funcionalista, e o combate ao "a-historicismo" modernista dos anos de 1950/60.

Outro aspecto importante para pensarmos sobre a história da cidade no Brasil é o fato de termos a República inaugurada com os ideais de liberdade, ordem, ciência e progresso, por

meio de um golpe militar. Com a emergência da nova república, a construção de uma nova cidade é arquitetada em prol de o emergente poder republicano, junto com a ela várias medidas foram tomadas para impedir o acesso a terra, restringindo também o acesso à escolaridade dos operários que trabalhariam na construção da nova cidade. Neste sentido, concordamos com FOUCAULT(1982), quando afirma que a cidade reflete questões não somente associadas à produção capitalista, como também aos problemas da arquitetura, da população, da saúde, das questões urbanas. “(...) Depois, no final do século XVIII, novos problemas emergem: torna-se uma questão, usar a disposição do espaço para fins económico-políticos.” (FOUCAULT, 1982). Para esse autor os estudos sobre as cidades envolvem a reflexão sobre a arquitetura das mesmas, na maioria das vezes, pensada em função dos objetivos e técnicas dos governos e das próprias sociedades:

Interroga sobre como deve ser a ordem de uma sociedade, o que deve ser uma cidade, tendo em conta as exigências de manutenção da ordem; e tendo em conta, também, que se devem evitar epidemias, evitar revoltas, permitir uma vida familiar decente e moral. Em função desses objetivos, como conceber simultaneamente a organização de uma cidade e a construção de uma infraestrutura coletiva? Como devem ser construídas as casas? Não estou a dizer que este tipo de reflexão não aparece senão no século dezoito, digo apenas que no século dezoito tem lugar uma reflexão profunda e geral sobre estas questões. Se consultarmos um relatório policial da época – os tratados estão consagrados às técnicas de governo – descobre-se que a arquitetura e o urbanismo ocupam um lugar extremamente importante. (FOUCAULT 1982)

Outra importante contribuição de Foucault para cidades é o fato de ele evidenciar em sua obra a presença de um marco político importante nos escritos sobre a arte de governar a partir do século dezoito. Esses escritos passam a incluir dimensão do significado político emersos no urbanismo, nos equipamentos coletivos, nas políticas higienistas e na arquitetura privada.

As cidades então, entre os séculos dezessete e dezoito, começam a se tornar uma preocupação para aqueles que governam, e para os sujeitos que ocupam os espaços públicos. Sendo assim,

“A cidade deixa de ser compreendida como um lugar privilegiado, uma exceção num território de campos, florestas e estradas. As cidades deixam de ser ilhas que escapavam à lei comum. Pelo contrário, com os problemas que levantavam e as formas particulares que desenvolveram, as cidades passam a servir de modelo para uma racionalidade governamental que se aplicará ao território no seu conjunto”. (FOUCAULT, 1982)

Um aspecto importante nos estudos Foucautianos é que o Estado é comparado a uma grande cidade, a capital seria sua praça central e as estradas suas ruas. E um Estado bem organizado, como relata o autor, é aquele que tem um sistema de policiamento e vigilância

bem apertado. A polícia inicialmente era vista como um conjunto de regulações para manter uma espécie de tranquilidade na cidade, todavia na cidade que emerge nos estudos de Foucault, a polícia é uma espécie de racionalidade que se estende como referência a todo território. Para além da relação espaço-poder FOUCAULT (1982) nos convida a pensar também sobre as revoluções urbanas que ocorrem como efeito do controle do espaço. São resistências que provocam as transformações da população, as mudanças de comportamento das pessoas.

O que nos chama atenção nos estudos sobre a cidade de contornos latino-americanos, e especialmente do Brasil é que o crescimento das favelas está intrinsecamente ligado ao processo de urbanização na década de 1960-1970. E observamos que a literatura coloca o agravamento da questão habitacional no país. Como afirma MARICATO (2005) “cidades estão piorando muito” e isso envolve uma série de efeitos no âmbito da mobilidade urbana, poluição ambiental, segregação urbana, dentre outros. É nesses aspectos que nos debruçaremos agora, com enfoque específico, no caso da ocupação da Vila da Paz, em Belo Horizonte.

O surgimento da cidade de Belo Horizonte: no meio do caminho tem um Anel

Belo Horizonte nasceu de um projeto científico sobre o que seria uma cidade capital, conhecido como o Arraial de Belo Horizonte (antigo Curral Dey Rel, 1890 (BARROS, 2005)). E já no início do projeto urbanístico da cidade, a remoção de uma parte da população já foi encomendada – já que o empreendimento Belo Horizonte deveria reunir condições higiênicas que a identificasse como grande cidade, como descreve um cronista da época:

O tipo geral deste povo é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria. Havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos. Ora, esta fisionomia quase geral da população de Belo Horizonte desarmoniza completamente a amenidade do clima, com o ar seco e batido quase constantemente pela brisa, com a natureza do solo que é magnífica (CAMARTE, apud ASSIS, 1995, p.9).

Notamos que há uma preocupação com as questões geográficas, no que possibilitam a construção da cidade, e uma perspectiva de higienização social. E sobre essa perspectiva, Foucault nos traz grandes contribuições para pensarmos sobre a geopolítica da cidade. Para o autor as preocupações higienistas são muito presentes na arquitetura da cidade que tem o seu desenho urbanístico pensado para a regulação da ocupação do espaço, do controle sanitário da

cidade. E esse controle sanitário não diz apenas da organização do espaço, mas da higiene dos pensamentos e sentimentos (o que o autor chama de higiene mental) são estratégias de controle presente na construção das cidades. (FOUCAULT, 1999; 2008), o que integra o movimento remocionista presente na década de 1980 na cidade de Belo Horizonte.

Até 1980, predominaram na cidade as políticas remocionistas, que buscavam a desfavelização (LIBÂNIO, 2016). Entre o período de 1971 a 1982 foram removidas quase 10 mil famílias assentadas, o que totalizou 68 mil famílias afetadas (LOPES, 2010). É importante lembrar, que também em 1980, com a emergência de movimentos sociais em defesa da habitação em Belo Horizonte a visão sobre o que é ser morador de favela modificou muito, já que os moradores invadiram a Prefeitura da cidade em 1981 para reivindicar reconhecimento das favelas. Sendo assim, o poder público começou a reconhecer as favelas como parte integrante da cidade do ponto de vista urbanístico e jurídico. Todavia, na década de 1990 a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) começou a concentrar suas intervenções apenas na urbanização das favelas, o que gerou uma grande diminuição na legalização de terras que já estavam ocupadas por moradores. Podemos dizer assim, que nesta época a Política Urbana de Belo Horizonte estava preocupada mais em urbanizar do que promover regularização fundiária.

Paralelamente a esse movimento, nos períodos que marcam a década 1990 até 2000 notamos que os processos no âmbito de participação popular ganham outra tônica com o Estatuto das Cidades que prevê novas metodologias de planejamento urbano, que procurou conciliar o direito à cidade, a urbanização e os processos de regularização fundiária, Antes de fazer qualquer intervenção a URBEL precisava elaborar o Plano Global Específico (PGE) dos territórios, todavia vários descompassos aconteceram entre o objetivo da intervenção urbana e a garantia ao Direito à cidade, e as práticas de desvafelamentos, nos últimos 10 a 15 anos, são frentes recorrentes da Política Urbana em Belo Horizonte. Várias remoções têm sido feitas de maneira arbitrária com o objetivo de melhorar a mobilidade na cidade, como a própria obra de duplicação do anel rodoviário – obra que inclui a remoção de 27 vilas ao longo do anel rodoviário; A linha Verde, que liga o centro de Belo Horizonte ao aeroporto de Confins, que foi responsável por remover do mapa da cidade as vilas São Paulo/Modelo, Carioca, Real, Maria Virgínia e São Miguel/Vietnã, além de outras vilas que ficam na região Pampulha e

Noroeste. Dentre outras intervenções urbanas que incluem remoções forçadas. No caso da Vila da Paz há muitos moradores que eram da Ocupação Vietnã, e foram expulsos para a construção da linha verde, e com a indenização irrisória que receberam ocuparam a Vila da Paz. Nos anos de 1995 e 2005 foram realizadas 2.866 remoções com a justificativa de realização de obras públicas na cidade (LOPES, 2010).

Um ponto muito problemático dessas remoções em virtude da suposta melhora das vias da cidade é o fato da retirada das pessoas das ocupações de forma arbitrária e também o reassentamento das mesmas em unidades habitacionais verticais que não contemplam os aspectos culturais que os moradores tinham, como por exemplo, a criação de bichos em casa, outros trabalham com materiais recicláveis, dentre outros aspectos e sonhos que não cabem dentro de um apartamento, ou de um novo circuito de circulação na cidade – que não contempla as relações sociais até então estabelecidas. As indenizações recebidas pelos moradores também são insuficientes para que possam adquirir outro imóvel e acabam migrando para lugares muito distantes da cidade, como relatam alguns moradores da Vila da Paz.

Esse cenário atual, de forte presença de políticas de habitação remocionistas na cidade de Belo Horizonte – nos remete aos escritos de Foucault sobre a questão da medicalização dos espaços. FOUCAULT (1979) teve como objetivo em seus estudos sobre a cidade – observar de forma minuciosa como a medicina social é um dispositivo orientador para a urbanização das cidades (como podemos ver no trecho do cronista Camarate sobre a população de Belo Horizonte).

Algumas obras que realçam essa temática de estudo do autor são *Vigiar e Punir* (1999) e o curso sobre *Segurança, território e população* (2008). Nessas obras Foucault aponta três modelos de análise que apontam para a correlação entre repartição dos corpos e ocupação do espaço: o modelo da lepra – o qual cria e divide em categorias sociais leprosos separados dos não leprosos produzindo efeitos de exclusão social do primeiro grupo. O segundo modelo que faz referência a gestão da peste, o que possibilita quadricular a cidade e gerenciar estratégias de vigilância e o último que atuava na cidade a partir dos cálculos probabilísticos de epidemias e endemias como a varíola.

Podemos dizer então que na concepção dos estudos Foucaultianos, a cidade e a ocupação de seus espaços tem uma repartição funcional, justificada pelo governo e pelo saber jurídico, no sentido de controle e medicalização dos modos de vida, o que o autor chama de projeto biopolítico e no caso de Belo Horizonte há uma forte presença de práticas de remoção que fortalecem o discurso higienista de expulsão das ocupações da cidade.

Nesse projeto os espaços a serem ocupados (creches, escolas, locais de lazer, unidades de atenção à saúde, dentre outros) são organizados especificamente para determinados grupos para ordenar as multiplicidades por meio de uma perspectiva de expansão da vida. A presente pesquisa teve como um dos seus objetivos analisar o projeto biopolítico de remoção das famílias da vila da Paz para a implantação de um grande empreendimento, que é a duplicação do anel rodoviário.

É interessante notar que FOUCAULT (1979) entende as políticas higienistas e de “limpeza da cidade” como especialidades na gestão do espaço, no sentido de gerir os deslocamentos da população e controlar qualquer movimento de resistência frente à tentativa de questionamento em nome da “higiene” e ordem social. Esse movimento fica muito evidente quando analisamos o caso da remoção das famílias da Vila da Paz para outros lugares.

Conforme a estética do projeto urbanístico da duplicação do anel rodoviário, não pode haver famílias que moram ao longo do anel. É uma questão que está menos relacionada com a garantia dos direitos de morar dessas famílias, e mais relacionada com o interesse do governo em higienizar os rastros de pobreza que atravessam Belo Horizonte. Ações que podemos ver nos processos da chamada “urbanização” das Vilas e Favelas, nos casos de remoção de famílias no Rio de Janeiro para chegada da Copa do Mundo, da política de expulsão dos moradores de Rua de Belo Horizonte também em função da Copa.

Notamos nesses movimentos de remoção de famílias para a instalação de grandes empreendimentos, um controle e uma vigilância dos corpos, todavia no caso da Vila da Paz, os moradores tem reinventado suas formas de ocupar os espaços. As pessoas são removidas, mas ocupam novamente. As casas são seladas como um imperativo de que não podem mais passar por reformas, pois vão sair – mas os moradores reformam e reorganizam os espaços,

pois o discurso de saída é uma forma de controle dos corpos há anos. Moradores relatam e pude registrar diário de campo de pesquisa, que escutam essa máxima do governo há 16 anos.

Segundo ASSIS (1995, p.8) as características da população de Belo Horizonte eram vistas como efeitos de uma cultura considerada pobre, uma forma de olhar para os moradores do antigo Arraial de forma desqualificada e devido a esse julgamento no ano de 1894, a comissão construtora de Belo Horizonte determina a desapropriação de 430 casas, com a justificativa de facilitar o desenvolvimento da obra de construção da cidade, desconsiderando tudo que ali existia. Podemos notar que Belo Horizonte já nasce com a desapropriação como pauta política e social. E é um fenômeno que se repete.

A cidade de Belo Horizonte nasceu a partir das definições de seus limites e de suas possibilidades de troca e mistura, nasce já com um paradoxo: a cidade do poder (idealizada pelo projeto modernista e científico) e os funcionários que iriam compor esse cenário e a cidade dos trabalhadores (JULIAO, 1996, P. 56). Neste sentido, o projeto de construção da cidade de Belo Horizonte traz consigo a perspectiva da segregação espacial que distinguia os ricos (funcionários do Estado, comerciantes, dentre outros) e os pobres (trabalhadores da construção da cidade). E essa segregação estava associada à diferenciação dos espaços planejados e não planejados, e com tipos diferentes de casas. O morar então estava vinculado ao status do ocupante.

O plano de construção da cidade de Belo Horizonte contém três importantes elementos para pensarmos sobre: A ênfase no sistema viário para controle da circulação, coexistências de distintas funcionalidades distribuídas de acordo com o grau de insalubridade entre área urbana e suburbana e o tratamento do estilo diferenciado de ocupação dos bairros como forma de controle dos diferentes cidadãos (MAGALHÃES E ANDRADE, 1989). Sendo assim, Belo Horizonte teve suas ruas e espaços nomeados: as avenidas grandes receberam os nomes de grandes rios (Amazonas, Tocantins, Paraná), outras homenageiam os índios (Tupinambás, Tamoios, Guaicurus) e em meio às essas nomeações nos perguntamos onde está o Anel Rodoviário neste projeto de cidade?

O Anel Rodoviário foi construído nos anos de 1970 com o seguinte objetivo: evitar o trânsito de veículos em direção a regiões vizinhas ou em outros Estados. (BARROS, 2005).

Com a criação do anel cria-se uma fronteira: aqueles que moram em Belo Horizonte e aqueles que utilizam o anel para acessar bairros da região metropolitana. Se fizermos uma pesquisa sobre a história do anel rodoviário na internet, o que localizaremos são enunciados como: “Trânsito no anel rodoviário agora”, “Morte no anel rodoviário”, “Atropelamento no anel rodoviário”.

As notícias que são divulgadas sobre o anel têm relação com suas características geográficas e físicas. Em âmbito das dinâmicas sociais e políticas que circundam o anel, o que encontramos são enunciados referentes às ocupações ao longo do anel (conforme matéria divulgada pela mídia televisiva em 15 de novembro do corrente ano). Todavia, as notícias divulgadas adjetivam as ocupações como “invasões” ilegais e colocam os moradores como aqueles que além de invadir o anel, também utilizam água e luz de forma ilegal. O que presenciamos são situações de hostilização e preconceito social das pessoas que moram ao entorno do anel e são interlocutores da presente pesquisa.

Nosso objetivo com o presente estudo é também visibilizar as lutas e formas de enfrentamento dos moradores frente aos processos de remoção que tem vivenciado em uma parte específica do anel, que é a Vila da Paz e contribuir com a visibilidade de outras interpretações sobre a cidade. É necessário reconhecer os movimentos de resistência, que têm construído outras ações práticas e políticas pelo direito à moradia e a cidade (MARICATO, 2013). Sendo assim, podemos compreender as ocupações urbanas como movimentos de resistência às políticas habitacionais. Entendemos assim, a Vila da Paz como uma ocupação do anel rodoviário que reinventa novas formas de acesso à cidade:

As ocupações são uma realidade cabal e só não enxerga quem não quer ver. São tão intensas quanto necessárias, pois são a política habitacional mais efetiva no Brasil de hoje e ainda serão até que a reforma urbana seja feita e as cidades deixem de ser planejadas para a minoria rica, passem a privilegiar os outros 99% que a constroem todos os dias. As ocupações são espaços de saberes, de experiências populares, partes componentes do embrião que gerará o novo. (LEONARDO PÉRICLESⁱⁱ, 2015)

(Re) existências como possibilidades de ser Morador da Vila da PAZ: outras interpretações

E é nas resistências que Foucault (1982) discorre que é possível haver uma revolução urbana, que o problema dessa pesquisa se interessou. *Como os moradores da Vila da Paz, que*

passaram pelo processo de remoção, se organizaram? Qual a importância política do espaço-Vila da Paz para eles?

Ao longo dos nossos estudos bibliográficos notamos que diversas áreas do conhecimento (semiótica, antropologia, história, sociologia) caracterizam a cidade como um fenômeno polissêmico, como define ALVAREZ (1995, p.10):

como um esqueleto territorial que enmarca la circulación y el entrecruzamiento de capitales materiales y simbólicos a partir de dinâmicas que a veces exceden su própria materialidade.

Dentro dessa polissemia, nos interessou identificar e compreender as vozes, desobediências e experiências dos moradores da Vila da Paz frente os desafios do morar digno. Para alcançarmos nossos objetivos, esta pesquisa, em seus aspectos metodológicos foi realizada a partir do arsenal teórico da etnometodologia, que tem como base o interacionismo simbólico e a história oral (MINAYO, 1992). Sendo assim, dentro das lentes de análise que a etnometodologia nos permite, a pesquisa lançou mão da etnografia e fotoetnografia.

A perspectiva etnográfica utilizada tem fundamento em GEERTZ (1978), antropólogo que causou grandes impactos na pós-modernidade para saberes como psicologia, história, dentre outros. A antropologia que este autor defende, é de cunho hermenêutico. O conceito de cultura em Geertz tem embasamentos na semiótica, e o autor a compreende como um conjunto unificado de sistemas, que ele chama de teias de significados, ou seja, no campo de pesquisa, elementos como o mito, a arte, a escrita, a poesia, a religião, a comunicação, a moda, a própria pessoa é um conjunto complexo de significados, e a etnografia é esta compreensão de significados por meio da inter-relação dos mesmos.

Sendo assim, o trabalho etnográfico, se dá em dois momentos, um primeiro em que o etnógrafo estabelece suas descrições superficiais – sobre aquilo que presencia no seu contexto de pesquisa, e um segundo momento é composto pela descrição densa, que é o encontro daquilo que foi observado com as teias de significado por ele interpretada, a partir da história dos atores e do conhecimento acadêmico que ele dialoga.

Já a fotoetnografia consiste na união da fotografia com a etnografia para o descortinamento da realidade que se apresenta. Não podemos falar de fotografia sem citar o trabalho de Roland Barthes (1980) que lançou na década de 1980 seu livro “A câmara clara”,

e nesta publicação o autor disserta que uma foto pode ter três funções “fazer, suportar, olhar” sendo assim, podemos dizer que a fotografia reúne dois aspectos: a realidade e o passado “... o que vejo não é uma lembrança, uma imaginação, uma reconstituição... mas o real no estado passado: a um só tempo o passado e o real” (BARTHES, 1984, p.124). Com essas afirmativas Barthes nos convida a pensar sobre as polissemias contidas nas fotografias, na conexão entre texto imagem.

A fotoetnografia pode ser caracterizada como “uso da fotografia como uma narrativa imagética capaz de preservar o dado e convergir para o leitor uma informação cultural a respeito do grupo estudado”(ACHUTTI, 1997).

Foi a partir da união *entre* etnografia e fotoetnografia que essa pesquisa foi realizada, e a (re) existências dos moradores foram mapeadas e construída sobre quatro eixos-analíticos-, um primeiro sobre aquilo que etnografamos como desobediência dos moradores, um segundo que se constitui sobre o olhar dos moradores, o terceiro que é tecido a partir do diálogo com movimentos sociais, e o quarto que se embasa nos trâmites jurídicos do programa de remoção das famílias.

A desobediência como expressão de luta pelo Direito à Moradia

Um aspecto importante desta etnografia refere-se às formas de desobediência dos moradores da Vila da Paz aos imperativos de remoção. E localizamos assim, dentro dessas desobediências- alguns aspectos que nos dizem desse movimento de questionar e existir dos moradores.

No primeiro âmbito – etnografamos a *desobediência social*: as remoções trazem como efeito a desagregação das relações com os mais próximos, como os vizinhos e os parentes. Elemento que fica muito forte na narrativa dos moradores. Os moradores da Paz desobedecem a esse efeito, quando mesmo em situações de remoção, eles retornam a Vila para manter os laços construídos, quando questionam o porquê de não ficarem próximos dos seus, quando se juntam com o CMAR para participarem das audiências coletivas.

No segundo âmbito – etnografamos a *desobediência urbana*: termo que usaremos para nos referir aos serviços precários que os moradores da Vila da Paz tem acesso, como por

exemplo, não tem serviços de saneamento básico, muitos moradores fazem “gatos” para terem acesso à luz, os equipamentos públicos são distantes da Vila – contudo os moradores tem reivindicado pela Associação Comunitária existente no bairro esses serviços, tem desenvolvidos seus comércios próprios, como produção de alimentos, criação de feiras para venda de produtos orgânicos, realização de caminhadas na passarela, ou seja, o próprio fato de ocupar- já é questionar a lógica da cidade fragmentada e excludente.

No terceiro âmbito – etnografamos a *desobediência econômica*: os processos de remoção e reassentamento fragilizam as oportunidades de empregabilidade das famílias, quando removidos – muitos moradores deixam de trabalhar perto de casa, conforme relato deles, o que envolve gastos com deslocamento. Para isso, os moradores tem resistido em negociar com os agenciadores das políticas, formas de pensar o novo lugar de morar. Relatam que na maioria das vezes suas vozes não são ouvidas, mas tentam fazer ecoar de alguma forma. Os moradores também têm buscado meios alternativos de sobrevivência, a própria feira que criaram já é uma alternativa de (re) inventar e questionar o que é para eles oferecido.

Na perspectiva da fotoetnografia podemos visualizar abaixo, formas de desobediência dos moradores aos imperativos dos processos de remoção e reassentamento:





Nosso objetivo com essa etnografia não é estabelecer classificações lineares, pois sabemos que as desobediências estão todas conectadas entre si – com um objetivo maior que é questionar e operar sobre a segregação social do espaço urbano. Como afirma DAVIS (2006) em todo mundo tem ocorrido à remoção em grande escala, em âmbito global, o que traz como “consequência, os pobres urbanos como nômades, „moradores transitórios num estado perpétuo de realocação”” (ibid., p. 106) e nos convoca ainda mais a prestar atenção nas

desobediências para uma cidade mais possível e que garanta o Direito à Moradia de forma mais justa.

É nessas possibilidades de resistência, liberdade e desobediência que essa pesquisa se interessa. Como os moradores da vila da paz tem vivenciado esses processos de remoção e reassentamento? Interessa-nos analisar o significado do morar, enquanto possibilidade de (re) existir e direito de escolher, como mostram as desobediências etnografadas acima, e no próximo tópico abaixo.

O olhar dos Moradores: Circuitos de resistência

Nosso objetivo neste tópico do texto é localizar os lugares pelos quais os moradores circulam e acentuar a relação de pertencimento construída com os espaços da Vila e apresentar assim, circuitos de resistência que foram construídos ao longo das inter-relações construídas.

Compreendemos resistência como linhas de existência anônima e originária que se tornam visíveis no confronto com o poder, logo “resistir é manter essa linha simultaneamente móvel (clandestina, nômade) e imóvel (presa ao seu lugar)” (PROUST, 2002). Essas linhas possibilitam a reinvenção dos espaços na cidade e do modo de viver nela de forma coletiva.

Sendo assim moradores da Vila da Paz a expressam nos espaços de socialização e fortalecimento de vínculos comunitários, por meio das reuniões comunitárias que realizam através da participação nas reuniões da Comunidade dos Moradores do Anel Rodoviário (CMAR) que funciona como um grupo de articulação e defesa de direitos dos moradores frente às remoções realizadas não apenas na Vila da Paz, mas também em todas as vilas ao longo do anel, formando linhas de resistência contínuas que confrontam o jeito de habitar a cidade e a Política Urbana de Belo Horizonte.

Conforme narrado por eles, a Vila se constitui como um espaço de conquista, de amizade, de apoio. Relatam que já escutam o discurso da remoção há dezesseis anos, mas nada acontece. Alguns moradores relatam que já viram pessoas morrer de acidentes, e de processos naturais e ficarem sem saber se iriam sair ou não. Os moradores gostam muito de viver na Vila, pela existência de relações de solidariedade entre os vizinhos, pelo campo de

futebol, pela luta que aquele espaço representa, já que muitos vieram por outros processos de remoção. Muitas famílias ao contar suas histórias falam que vieram direto da favela do Vietnã, de onde também foram expulsos, e com o dinheiro recebido pela remoção, ocuparam e construíram barracos na Vila da Paz:

“Sou moradora da Vila da Paz e tenho 56 anos e chegamos aqui e moramos em uma casa de aluguel na Vila. Viemos de um lugar chamado Rubim. Eu cheguei aqui casada (não com o meu companheiro atual, mas com meu ex-marido), só que ele morreu de acidente de carro e eu vi. Foi aqui mesmo. E depois que passou um tempo conheci meu companheiro atual, começamos a namorar e viemos morar nesta casa. Eu gosto daqui porque tem mercearia perto sabe? Fico sabendo de gente que muda e não tem nada perto de casa; Também tem Posto de Saúde, Açougue... só vou ao centro da Cidade para receber minha aposentadoria, pois aqui não tem banco. Eu morei muito tempo no interior, por isso gosto daqui. Já cozinhei muito em fogão de lenha, vim para cá, porque queria coisas e tenho minha casa. Eu vou ter que sair daqui, escuto essa história há anos, mas não quero sair, aqui é um lugar bom, sossegado, longe da cidade. O problema aqui é o tráfico de drogas, a atuação da Polícia. Moça vou ser bisavó, estou feliz demais” (Fala de moradora da Vila da Paz- Fragmentos do Diário de Campo).

O sentimento de pertencimento na Vila não é expresso somente pelos equipamentos e/ou objetos que ali estão, mas principalmente pelos sistema de relações que foram construídas com o lugar, que é marcado pela experiência, percepção e valores. E os lugares guardam em si valores, que são apreendidos através das experiências com o espaço onde habitamos e com as relações íntimas que ali estabelecemos. (TUAN, 1983).

O morar então está perpassado pela intersubjetividade construída *entre* os moradores, na relação do *entre* eu e o outro, que produz o Nós, como vemos na fala da moradora acima. A Vila da Paz é mencionada pelos moradores como “um lugar deles”, um lugar *entre* eles - o que evidencia a luta por pertencimento e vinculação, diante da situação de desposseção vivenciada constantemente por eles – quando são removidos do seu lugar de forma forçada.

Em relação aos lugares que fazem parte do cotidiano da Vila da Paz temos os serviços públicos de saúde, como dois os Centros de Saúde mais próximo, que são do bairro Santa Rosa e Padre Fernando de Melo. Os moradores relatam que recebem frequentemente visitas dos agentes comunitários de saúde dos respectivos postos. E acordo com o relato dos moradores – a Vila da Paz não tem Centro de Referência a Assistência Social (CRAS) o que dificulta muito o acesso deles a serviços vinculados a essa área. Observamos que há muitos moradores que tem direito à aposentadoria e a outras benefícios, porém não tem acesso à informação de como conseguir acessá-los.

Sobre o acesso a rede de comércio local – os moradores relatam a existência de supermercados próximo nas redondezas, como o supermercados EPA e BH que ficam localizados na região do Jaraguá e que alguns moradores costumam frequentar. A vila também possui pequenos comércios, como restaurantes, bares e em supermercado conhecido como JUQUITA que é o ponto comercial de maior referência para os moradores da Paz.

Em relação às opções de lazer os moradores relatam que gostam muito de ir passear em Parques ecológicos próximos à Vila, também costumam ir ao Minas Shopping, que é o shopping mais próximo do local onde moram e ao Parque Municipal, que fica localizado no centro da cidade de Belo Horizonte.

Sobre a dinâmica de participação dos moradores na Vila relatam que estão vinculados a Associação Comunitária da Vila, ao CMAR e também a grupos religiosos. Os vínculos estabelecidos são fortes *entre* os vizinhos e membros da família. Um aspecto interessante que diz respeito da relação *entre* os moradores e o lugar- é o fato de afirmarem que gostam muito do local, apesar da difícil infraestrutura que tem, e revelam também uma indignação com a situação de moradia na qual vivem ao tempo que tem esperado para saber sobre os processos de remoção e reassentamento, e relatam que já vivenciaram algum tipo de preconceito por morar na Vila, seja no trabalho ou em outros ambientes sociais que frequentam.

Notamos que esses preconceitos sociais que trazem como efeito discursos criminalizantes sobre os moradores da Paz, tem uma função política imposta pelos setores dominantes às favelas, a qual é construir uma rede de obstáculo do acesso desses moradores aos espaços públicos. Para nós, esses discursos estão a favor de um projeto conservador de cidade, que representa aquilo que LEFEBVRE (1969) intitulou de *destruição da urbanidade*, que seria a restrição dos espaços de convívio e encontro, em que as diferenças se confrontam. Reforçando a lógica de que certos atores sociais não podem frequentar determinados espaços, o que dificulta o exercício da cidadania. Os discursos criminalizantes contribuem para que os moradores das ocupações se tornem cada vez mais distantes da cidade e para que o poder público justifique suas práticas remocionistas.

Todavia, o discurso criminalizante, produz também o movimento de questionar a lógica da cidade produzindo efeitos paradoxais, e fazendo emergir uma cidade que vai muito

para além do direito à água e do esgoto, destacada como pauta de luta para os moradores das ocupações e da Vila da Paz, que querem apropriar da cidade como um todo, do direito a arte, da cultura, aos espaços existentes nela. Movimentos de (re) existência que trazem aos moradores da favela o direito de reconhecimento e de ampliação da luta pelo acesso a cidade.

Sob o olhar dos moradores – o lugar Vila da Paz pode ser compreendido como uma construção social que foi fundamentada *entre* relações sociais, no cotidiano dos moradores, nos conflitos existentes e nas estratégias de cooperação. Um conflito que marca a dinâmica da Vila da Paz é o esgoto a céu aberto, o presente tráfico de drogas e também o número de casas que foram demolidas ao longo do processo de remoção.

Segundo os moradores estão sempre em constante organização para elaboração de ofícios para que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) possa arrumar o esgoto. Sobre o tráfico de drogas, relatam que não há como controlar, pois muitos carros que fazem o retorno na Vila da Paz contribuem para a manutenção do mesmo. As casas demolidas também incomodam muitos os moradores – já deixam o vazio de quem não está mais lá. Eles têm buscado, por meio da arte (re) ocupar os espaços:



Os moradores da Paz em seus circuitos de resistência sobre a Vila, falam muito sobre a comunidade que foi ali construída. E compreendemos como comunidade um lugar de moradia e convivência afetiva e efetiva entre os moradores, que estabelecem laços de pertencimento, vivenciam dificuldades, paradoxos, problemas sociais e cultura. (GOÍIS, 2005). A comunidade Vila da Paz não é um lugar homogêneo, mas marcado por suas diferenças, como por exemplo, *entre* pessoas que querem sair e querem ficar, pessoas marcadas por suas diferenças e são esses aspectos que tornam a Vila da Paz uma experiência de comunidade, e os permitem estabelecer laços de confiança e perceberem que não estão sozinhos diante das problemáticas vivenciadas, como afirmado por eles.

Movimentos sociais: Notas sobre Lutas pela Cidade

Consideramos que essas (re)existências dos moradores da Paz possuem forte relação com lutas maiores e organizadas na cidade. Os movimentos sociais na cidade de Belo Horizonte emergiram com a sua fundação, já que a cidade planejada teve que aprender a conviver em seus espaços com as favelas – e um jeito de tentar afastá-las foi por meio das políticas remocionistas. Até a década 1990 os movimentos sociais existentes na cidade tiveram como objetivo pensar nas pautas do trabalho e do sindicato, devido o grande número de operários que foram contratados para a construção da cidade. A partir de 1996, os movimentos sociais existentes começaram a pautar em sua agenda política de luta a reivindicação dos direitos das mulheres, dos negros e das associações de bairro (LE VEN E NEVES, 1996).

Na década de 1980, a União dos trabalhadores da Periferia (UTP) e Associações Comunitárias de Minas Gerais (FACEMG) tiveram um papel importante na permanência das famílias em processo de remoção promovidas pela Prefeitura da cidade. Outro importante movimento que trabalhou nas reivindicações das moradias populares foi a Federação das Associações de Bairros Vilas e Favelas de Belo Horizonte (FAMOBH) que fora criada em 1983. Podemos dizer que a década de 1990, Belo Horizonte teve forte presença da sociedade civil e dos movimentos sociais nas esferas institucionais de luta pela moradia.

Outro movimento também importante no âmbito da cidade de Belo Horizonte foi o Grito dos Excluídos que aconteceu no dia 07 de setembro de 1995, o qual se constitui como

uma mobilização de vários movimentos sociais distintos para questionar o neoliberalismo vigente (ARAÚJO E MELLO, 2012); Além desse movimentos vários outros importantes surgiram no bojo da cidade para questionar o jeito de ser cidadão prevalecente, e como forma de ocupar a cidade, como por exemplo, a Praia da Estaçãoⁱⁱⁱ, Fora Lacerda, Tarifa Zero COPAC (Comitê Popular dos Atingidos pela Copa), Fica Ficus, Duelo de MC's, Salve Santa Tereza, Lagoinha Viva, Carnaval de Rua, Assembleia Popular Horizontal, Espaço Comum Luiz Estrela, Salve a Mata do Planalto, Parque Jardim América, dentre outros que colocam como pauta a opressão vivida pelos excluídos na cidade e seus direitos de ocupá-la:

isso significa que o desejo de mudança, de um novo modelo de sociedade, não tem como alvo apenas o aparato do Estado, não há apenas uma única forma de transformação social. Assim como também não é possível dizer de um projeto único de sociedade, mas de atores sociais diversos reivindicando projetos distintos. (...) Muitas das reivindicações levadas às ruas expressam a necessidade, inclusive, de ressignificação de questões que extrapolam essas esferas [do setor industrial e da forma de organização do sistema político da sociedade]. Isso não significa que os conflitos relativos ao confronto capital X trabalho não se fazem mais presentes, mas que até os conflitos daí oriundos são experimentados sob novas formas e são expressos pelos trabalhadores de maneiras também distintas (ARAÚJO; MELLO, 2012, p.178-179).

Dentre as diversas pautas e movimentos em prol de uma cidade mais justa, elencamos aqui o Movimento de Trabalhadores desempregados que teve forte influência sobre as linhas de resistência dos moradores da Vila da Paz, assim como outros que não mencionaremos aqui, mas que fortaleceram essas linhas de forma indireta ou direta. Entendemos que os movimentos sociais, mesmo que em suas pautas diferentes, estão interconectados em si e compõe o circuito de resistência e reinvenção dos espaços da cidade.

O Movimento de trabalhadores (as) desempregados (as) (MTD)^{iv} se caracteriza como uma organização popular de trabalhadores e trabalhadoras e que desenvolvem ações voltadas para fortalecimento comunitário para geração de renda e trabalho, é um movimento social que luta pelos direitos imediatos do povo, como afirma um dos participantes em conversas sobre a presente pesquisa, e a moradia tem sido uma pauta de luta deste movimento, que desenvolveu ações na Vila da Paz no ano de 2013.

Segundo relatos do MTD eles chegam à Vila a pedido da Associação de Moradores do Anel Rodoviário para auxiliar os moradores na redação de um ofício para dizer sobre o assédio moral que as famílias em processo de remoção estavam vivenciando com a

Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). Alguns aspectos que o MTD realça sobre o processo de remoção das famílias da Vila da Paz é a situação de insegurança e instabilidade em que vivem essas famílias sobre o fato de serem removidas em situação que tem se arrastado há alguns anos.

Os participantes dos movimentos relatam que auxiliaram os moradores da Vila da Paz desde início da remoção – quando o agente executor da obra era a URBEL. A rede de colaboração *entre* a Vila da Paz e o MTD surgiu quando os moradores da Paz indignados com a forma com que as remoções estavam sendo realizadas pela URBEL decidiram recorrer à justiça e para isso pediram apoio do movimento para que os auxiliassem na construção de um ofício a ser enviado em protesto contra a remoção. Atualmente dialogam com os moradores da Vila, mas relatam estar um pouco afastados da pauta de luta dos moradores da Paz devido às agendas apertadas, e outras prioridades. Mesmo de longe, afirmam acompanhar todo o movimento de desocupação do anel e não concordam com a maneira arbitrária de como tudo tem sido feito.

Vale destacar que uma grande pauta de luta e linha de resistência dos movimentos sociais está na defesa do termo ocupação em contraposição a terminologia invasão. De acordo com os atores sociais presentes nos movimentos, ocupação é a forma mais legítima de defender quem luta por direito à cidade, já que é carregado de noção política:

A ação política das ocupações tem como uma de suas motivações, justamente, o processo de institucionalização dos movimentos sociais mais antigos, que os fez perder a possibilidade de pressão sobre o poder público para a realização de políticas habitacionais. (LOURENÇO, 2014, p.29)

Sendo assim, os movimentos sociais são atores essenciais para compreendermos a dinâmica de luta pelo direito à moradia, direito à cidade, o que inclui como pauta de reivindicação: o acesso às ruas, a garantia de mobilidade, o acesso aos serviços urbanos, à necessidade do espaço público como um local de produção de cidadania, dentre outros aspectos fundamentais de uma luta por uma cidade mais justa.

O discurso Jurídico: Análises sobre uma política Urbana para Higienezação

Com as etnografias na Vila da Paz e estudos documentais sobre a Política Urbana de Belo Horizonte notamos que os discursos legais sobre a remoção legitimam a política

higienista sobre a cidade. No Manifesto intitulado “ *Vila Viva ou Vila Morta*” elaborado por movimentos sociais e entidades, vários são os elementos evidenciados sobre as práticas remocionistas presentes na Política Urbana de Belo Horizonte, como por exemplo, a quebra de laços sociais, indenizações muito baixas as famílias que são removidas, especulação imobiliária, dentre outros aspectos que exigem uma reinvenção da política Urbana em Belo Horizonte.

No caso da Vila da Paz, em âmbito institucional o órgão responsável por fazer a remoção das famílias até 2013 foi a URBEL, o que resultou uma relação conturbada com as famílias removidas, devido à falta de resposta sobre a data da saída, e também das remoções forçadas que levaram a população da vila da paz, ocuparem novamente o local. No ano de 2014 com o surgimento do Programa de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizado do anel rodoviário e BR 381 e com a justificativa dos grandes números de acidente ao longo do anel foi estabelecida uma parceria entre Justiça Federal e Instituto Rondon para remoção das famílias moradoras do anel rodoviário. A proposta de remoção criada tinha embasamentos na conciliação entre justiça, moradores da Vila da Paz e demais vilas, com a garantia dos direitos sociais dos moradores e acompanhamento social dos mesmos.

De acordo com RANCIÉRE (1996) vivemos em um paradoxo em que no campo das ciências humanas e sociais há prevalência de um discurso que glorifica o discurso do sujeito que age que discute que contrata, todavia não há muitas pautas políticas que são permeáveis de debate. Neste sentido, o autor chama de dissenso tudo aquilo que implica o estudo sobre a diferença e o conflito, em suas formas (aquilo que nomeamos como antagonismo social, conflito de opiniões, diversidade das culturas, dentre outros). Vale a pena destacar que o dissenso não deve ser entendido como diferença de sentimentos, mas sim como um mundo comum que é instituído, é torna-se comum, pelas suas próprias divisões.

No caso dos programas de remoção e reassentamento das famílias da Vila da Paz, moradoras do Anel rodoviário, o dissenso está no que é o morar. O programa responsável pela remoção e reassentamento das famílias, juntamente com a Justiça Federal oferece aos moradores três alternativas para saírem do local em que moram: uma primeira que é a venda

da casa, que permite o morador receber o dinheiro e comprar a casa em outro local, alternativa oferecida é ir para o condôminos oferecidos pelo programa e a terceira alternativa é que o morador aguarde no aluguel social até que possa “decidir” por uma das opções.

Todavia, o dissenso anunciado por RANCIÉRE (1996 a) sempre esteve presente entre as formas de pensar o que é morar para os moradores da Vila. O que os moradores relatam é que o trabalho do Programa é mais dialogal do que o da URBEL, todavia a imposição de ter que sair continua, e o significado do que é o morar para eles não é algo contemplado. Os moradores da Vila da Paz, não querem sair do local onde estão, mas também não concordam com as condições indignas que em que vivem, no sentido de não terem água tratada, luz, dos problemas com o esgoto serem recorrentes, não se sentem bem com a quantidade de acidentes que acontece, porém não são felizes com as possibilidades que lhe são ofertadas como possibilidade do morar, e a partir disso criam lógicas de resistência para ocupar a Vila, como retornar à Vila, nas audiências públicas os moradores fazem manifestações contra as remoções arbitrárias, as decisões no que tange as remoções e reassentamentos são tomadas em conjunto entre moradores da Vila e o CMAR.

Ao analisarmos os discursos acima, notamos a urgente necessidade de uma reinvenção da Política de Habitacional em Belo Horizonte. É muito preocupante o modelo condomínio que prevalece na cidade, já que esta forma de morar não contempla o público com menor renda, menor escolaridade, que depende de programa de transferência de renda. Outro aspecto, é que o sistema condominial gera novas taxas associadas às despesas de moradia, conforme realça nota Pública Rede Cidade e Moradia. Quando falamos da reinvenção estamos dizendo sobre a maior necessidade de diálogo com os moradores e do reconhecimento e respeito às demandas dos mesmos.

No caso da Política Habitacional de Belo Horizonte, como vimos no tópico anterior, a Prefeitura por meio da URBEL que estabelece parcerias com construtoras tem desenvolvido tipologias sobre o morar de forma rígida e homogênea, que não contempla o público diverso. Geralmente parte do pressuposto que o morar se reduz a um apartamento que atende os padrões da classe média, o que desagrega as pessoas que vão morar nesses estabelecimentos. De acordo com SANTOS JUNIOR (2008), a segregação espacial nas cidades (efeito da

desigualdade) é fator determinante para a segregação da participação, fragilização do tecido associativo e, finalmente, para a “repartição do espaço político brasileiro entre hipercidadãos e subcidadãos” (SANTOS JUNIOR, 2008, p. 150).

Sendo assim, no caso da Vila da Paz, são vários os relatos dos moradores que foram removidos, os quais se encontram em aluguel social e reclamam do atraso do mesmo. Essa inflexibilidade da política de habitação obedece a um projeto modernista sobre o morar. No final do ano de 2016, o programa de conciliação foi destituído do processo de remoção das famílias do anel e a ideia é que esse projeto volte novamente para a URBEL. A grande questão é que não há alteração nas possibilidades de moradia que são oferecidas a população, gerando uma séria de conflitos sociais e políticos.

Um dos problemas que são acentuados na Vila da Paz é a forte presença do tráfico de drogas, além dos conflitos internos a luta pela moradia. Contudo, o que a Vila da Paz reivindica no seu cotidiano é que o morar vai muito além da conquista de uma casa ou apartamento, além de que a história dos moradores da Vila da Paz, com suas pautas, nos faz pensar sobre o modelo excludente que mantém a política habitacional em Belo Horizonte.

Sobre as re (existências) dos moradores frente às situações associadas às remoções e condições de vida narradas acima – notamos movimentos dos mesmos no sentido de questionar o retrocesso – referente à participação dos moradores sobre os processos decisórios que envolvem a remoção e o reassentamento.

Observamos também que as lideranças presentes na Vila da Paz tem participado de conselhos e movimentos sociais como expressão de luta e ativismo frente o direito à moradia digna e condições de habitação mais justas nos lugares onde ocupam. Como afirma HARVEY (2013, p. 1), “o direito à cidade é [...] um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade”. Além disso, é um direito coletivo, e não individual [...] e é nesses coletivos que os moradores têm (re) existido.

Considerações Finais: Circuitos de resistência, desobediência e luta pelo direito à cidade.

“Numa vasta extensão. Onde não há plantação. Nem ninguém morando lá. Cada pobre que passa por ali Só pensa em construir seu lar. E quando o primeiro começa Os outros depressa procuram marcar Seu pedacinho de terra pra morar. E assim a região sofre modificação Fica sendo chamada de a nova aquarela E é aí que o lugar Então passa a se chamar favela” (Música Favela de Jorginho Pessanha e Padeirinho).

Concordamos com Latour quando ele diz que “estudar é sempre fazer política no sentido de reunir ou compor aquilo de que é feito o mundo comum” (LATOURE, 2012, p.364) e ao longo desta pesquisa observamos que pensar sobre o Direito de morar nos convida a lançar lentes analíticas ampliadas sobre o que é a cidade, e como essa temática tem sido estudada ao longo da história, compor lentes sobre os dissensos estabelecidos sobre o morar entre os moradores da Vila da Paz e a Política Urbana de Belo Horizonte.

Comprendemos a cidade como um dispositivo revelador das lógicas de opressão e manutenção de preconceitos de populações que estão em situação mais desfavorecidas. A cidade pode ser compreendida assim como um projeto de disciplinar o espaço e as pessoas. (FOUCAULT, 1979).

Notamos que a regularização fundiária é apontada pela literatura nos estudos sobre o Direito à Moradia, como um dos principais elementos para a garantia de permanência dos moradores nas ocupações, e mais do que a permanência dos mesmos, é preciso pensar sobre as condições precárias de vida que esses moradores têm sobrevivido, e como tem feito para reinventar o morar.

O objeto de análise dessa pesquisa consistiu em apresentar as teias do significado do morar, enquanto possibilidades de (re)existir e direito de escolher, para os moradores, visto que, a investigação de uma resposta possível se encontra na voz dos diversos atores participantes desta rede de ações.

O que observamos no caso da Política Urbana de Belo Horizonte é que ao invés de se incluir os moradores nos processos decisórios- o que seria um grande passo tem-se gradativamente colocado as decisões sobre habitação por meio de Conselhos de Políticas Públicas, em que quase não há espaços para a participação mais direta de quem é atingido. O que presenciamos, é a inclusão da palavra participação em todo o processo de remoção e

reassentamento, sem verdadeiramente incluir quem vivencia o processo. Neste sentido, surge a seguinte pergunta, para onde vai Belo Horizonte, quando a temática é remoções?

A própria filosofia da política Urbana de remoção na cidade de Belo Horizonte tem como foco a remoção de pessoas sem se perguntar muito sobre como ficam as condições de vida da população. Este também é um imperativo bem presente na remoção da Vila da Paz. Vale destacar que a situação das remoções que estão presentes na Política Urbana em Belo Horizonte – não se constitui como fato isolado. Desde o anúncio que o país seria sede da Copa do Mundo, várias cidades brasileiras intensificaram remoções forçadas. O que percebemos no caso da cidade de Belo Horizonte, como apontam FERNANDES E PEREIRA (2010) é a presença de dois movimentos, sendo um primeiro a precariedade da regularização fundiária, e um segundo a insegurança das famílias removidas em relação à permanência no local e a posse de terra, elementos bem presentes nas narrativas dos moradores da Paz quando falam sobre os anseios sobre a remoção.

Sendo assim, podemos tomar como base e fazer uma analogia com um estudo que Foucault fez sobre a implantação das estradas de ferro na França. Segundo Foucault (1982) os gerenciadores do processo colocaram como hipótese que a instalação dessas estradas agenciaria a familiaridade entre as pessoas, entretanto isso não aconteceu, pelo contrário, o caminho de ferro tornou a guerra bem mais fácil. *E a suposta remoção humanizada, o que possibilitou de efeitos na vida dos moradores?*

Para FOUCAULT (1982) as cidades devem ser pensadas a partir das relações entre o exercício do poder político e o espaço do território, e as relações completamente novas que são advindas dessa relação espaço-poder. Os princípios técnicos do espaço são aqueles que estão em prol do chamado desenvolvimento do território:

Não me parece possível dizer que uma coisa é da ordem da «libertação» e outra é da ordem da «opressão». Há certo número de coisas que podem dizer-se, com alguma certeza, sobre um campo de concentração no sentido de não ser um instrumento de libertação, mas deve ter-se em conta o facto – geralmente ignorado – que, excetuando a tortura e a execução que tornam toda a resistência impossível, por muito terrível que seja um dado sistema, ficam sempre possibilidades de resistência, desobediência e de constituição de grupos de oposição... A liberdade é uma prática. Assim, haverá, de facto, certo número de projetos que procuram modificar alguns constrangimentos, flexibilizá-los ou mesmo quebrá-los, mas nenhum desses projetos pode, simplesmente, pela sua natureza, assegurar que as pessoas sejam automaticamente livres, que isso possa ser estabelecido pelo projeto em si mesmo..

Essas remoções que descortinam a segregação socioespacial presente na cidade em que temos uma demarcação na geografia da cidade, daqueles que são considerados abastados, e dos que vivem em situação de insalubridade. Como afirma ROSEN (1994) os modelos de segregação socioespacial representam a inscrição da desigualdade social no território e na história da cidade.

Outro aspecto importante que podemos concluir com essa pesquisa é que além das coisas, e dos lugares, as pessoas pobres a serem removidas se constituem como um campo de intervenção e são tomados como objetos da suposta “sanidade urbana” e da “ordem pública” (FOUCAULT, 1979).

Notamos que o discurso presente na história de remoção e reassentamento das ruas e ocupações de Belo Horizonte não leva em consideração o que é o morar para as pessoas que residem na Vila da Paz. As possibilidades de decidir que são apresentadas aos moradores, já vêm em uma cartela de três opções definidas por uma instância muito maior.

O que percebemos nos relatos etnográficos da Vila da Paz - é que a ela emerge na contramão, como movimento livre de criação de outra cidade, ainda que em terrenos precários, e com condições sociopolíticas mais frágeis e até mesmo violentas. Gostaríamos de reafirmar assim, que o movimento de resistência da Vila da Paz deve ser reconhecido para além dos imperativos que associadas à vila – como lugar de ocupação irregular, ou de quantidades de acidentes e problemas ~~infraestruturais~~infraestruturais. Não estamos negando esses problemas, todavia a Vila existe para além deles.

Observamos a presença de um discurso que tenta criminalizar os moradores da Vila da Paz, e os colocar no lugar da não fala. Os moradores não podem falar e quando tenta, não encontram meios de serem ouvidos, pois a possibilidade do “novo morar” já lhes foi dito. O que nos convoca ao diálogo com SPIVAK (2010) quando a autora coloca que ao subalterno são colocadas questões políticas e sociais, que em sua grande maioria relaciona-se com a experiência de opressão e invisibilidade diante de interesses hegemônicos direcionados a determinados grupos sociais.

O que notamos é que - em paralelo a tentativa de hegemonizar o morar presente nas Políticas de Habitação de Belo Horizonte e seu movimento higienista, como vimos

anteriormente, há uma forte presença do movimento de negação-criação (HOLLOWAY, 2013) de o novo morar que vem emergindo e este movimento esta presente no modo como a Vila da Paz está enfrentando os processos de remoção, na luta pelo acesso ao Direito à Cidade, por meio das desobediências, e nas lutas nos coletivos.

Um aspecto importante observado durante a pesquisa é que o morar – nas narrativas dos moradores da Vila da Paz transcende a questão de ter uma casa. O morar na história dos moradores da Vila aciona uma teia de significados e resistência que evoca a rede comunitária existente entre os moradores, os lugares que vão juntos, os pontos em que fazem o supermercado, compram roupas e se divertem.

Reconhecemos assim, componentes simbólicos e imaginários na constituição do morar, e também da cidade. E são esses componentes que esta pesquisa buscou visibilizar, na Vila da Paz, e na cidade de Belo Horizonte, nas representações que temos da cidade dali, e da cidade de cá.

ⁱ Ver reportagem: <http://www.dnit.gov.br/noticias/diretor-geral-acompanha-cadastramento-de-familias-no-anel-rodoviario-de-bh> que aborda uma das intervenções realizadas pelo DNIT juntamente com o Programa Judicial de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário

ⁱⁱ Leonardo Péricles é coordenador do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB/MG) e morador da Ocupação Eliana Silva; em post no Facebook, 7 de agosto de 2015.

ⁱⁱⁱ Movimento criado em janeiro de 2010 para questionar a ocupação dos espaços públicos vigentes no governo do Prefeito Márcio Lacerda

^{iv} Ver mais no blog do movimento em: <https://mtdrio.wordpress.com/quem-somos/>

^v Os movimentos que assinaram esse manifesto são: Associação Comunitária dos Moradores do Novo Lajedo; Associação e Núcleo de Moradia da Vila Santa Rita e Adjacências; Associação Mineira da Providência; Brigadas Populares; Coordenação Nacional de Lutas; Conselho Comunitário Assistencial e Social da Vila Marçola; Escola de Samba Cidade Jardim; Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte (FAMOB); Graal BH; Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade; Hip Hop Gerais; Grupo de Teatro do Oprimido Levante; Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN); Movimento Nacional de População de Rua (MNPR); Movimento dos Sem Universidade (MSU); Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); Núcleo Geração Trabalho e Renda; Núcleo de Sem Casa do Conjunto Santa Maria e Adjacências; Ocupação Camilo Torres; Ocupação Navantino Alves; Rede Popular Solidária (RPS); Sistema Caracol de Rádio; e TV Comunitária. Podemos perceber que há uma diversidade muito grande de movimentos, com agendas distintas. Mas podemos perceber que há uma predominância das associações comunitárias de bairros e regiões.

Referências Bibliográficas:

- ABREU, Maurício de Almeida. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. CIDADE: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. 295 p
- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. Fotoetnografia: um estudo de Antropologia Visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo 1997.
- ARAÚJO, Wânia Maria de e MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. Movimentos Sociais: reflexões sobre o século XX e as conexões possíveis com as experiências do século XXI. In: MACHADO, Lucília Regina de Souza; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012
- AMARAL, Tarsila do. Segunda Classe, São Paulo, 1923.
- ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. Aspectos da literatura brasileira. São Paulo: Livraria Martins/INL, 1978.
- ALVAREZ, Marisol. Resignificações urbanas de fin de siglo. Entelequia: Cuaderno de Comunicación, Montevideo, n.5, p.9-14, dec.1995.
- ASSIS, Eleonora Sad. O plano de Belo Horizonte em fins de século XIX: O enunciado e o visível. São Paulo: FAU/USP, 1995.
- BARTHES, Roland. A câmara clara. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. O óbvio e o obtuso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BARROS, José Márcio. Cultura e Comunicação: Nas avenidas de contorno em Belo Horizonte e La Plata. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2005.
- BORDIEU, Pierre. Choses dites. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987
- CARRETEIRO, Teresa Cristina. **Sofrimentos Sociais em Debate**. Psicol. USP [online]. 2003, vol.14, n.3 [cited 2016-10-23], pp.57-72. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000300006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-6564. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642003000300006>.
- CASTELLS, M. La question urbaine. Paris:Maspero, 1977.
- DAVIS, M. Planeta favela. São Paulo, Boitempo, 2006.
- DURKHEIM, E. Sociologia e Ciências Sociais.In: _____. Ciência Social e a ação. Lisboa: Bertrand, 1970
- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1985
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. **História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 56, n. 2, Apr. 2004 . Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-

67252004000200015&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Oct. 2016.

FERNANDES, E. e PEREIRA, H. D. Legalização das favelas: qual é o problema de Belo Horizonte? Planejamento e Políticas Públicas, n. 34, pp. 171-199, 2010.

FOUCAULT, Michel. Space, Knowledge and Power. Entrevista a Paul Rabinow. Skyline. 1982. In: HAYS, Michael. Org. Architecture Theory since 1968. The MIT Press.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: a história da violência nas prisões. Traduzido por Raquel Ramalheite. 2. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população. Traduzido por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. A política de saúde no século XVIII. Traduzido por Roberto Machado. In: MACHADO, R. (Org.) Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979d, p. 193-207.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. Traduzido por Roberto Machado. In: MACHADO, R. (Org.) Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979c, p. 15-37.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO.(2014). Nota Técnica 1: Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012 – Resultados Preliminares. Belo Horizonte, FJP. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>. Acesso em: jun 2014.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____ A interpretativa das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. capítulo 1.

GORELIK, Adrián. A produção da "cidade latino-americana". Tempo Soc., São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, June 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702005000100005>

GONÇALVES, M. F. Processo de urbanização no Brasil: delimitação de campo de pesquisa. Espaço e Debate, n. 28, 1989, p.67-79,

Góis, C. W. L. (2005). Atividade e consciência. Fortaleza: Instituto Paulo Freire

GRAFMEYER, Y.; JOSEPH, I. (Org.) L'École de Chicago. Paris: Éditions du Champ Urbain, 1979.

HARVEY, D. O direito à cidade. Revista Piauí n. 82. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>. Acesso em 18 de dezembro de 2016.

HOLLOWAY, J. Fissurar o capitalismo. São Paulo, Publisher Brasil. (Originalmente publicado em inglês em 2010, como Crack capitalism), 2013.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna. IN: DUTRA, Eliana F.

- (Org); BH Horizontes históricos. Belo Horizonte. C/Artes, 1996.
- MARICATO, E.. “Um mundo dominado pelas favelas”. In: DAVIS, M. Planeta Favela São Paulo, Boitempo, 2005.
- MARICATO, E.. “É a questão urbana, estúpido!” In: MARICATO, E. et al. (orgs.) Cidades rebeldes; São Paulo, Boitempo/Carta Maior, 2013.
- MAGALHÃES, Beatriz de A.; ANDRADE, Rodrigo F. Belo Horizonte: um espaço para a República. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
- MAGNANI, José Guilherme. TORRES, Lilian de Lucca. Na métrolole: Textos de antropologia urbana. São Paulo. Edusp, 1996.
- Manifesto “Programa Vila Viva ou Vila Morta” disponível em:
<<http://brasil.indymedia.org/media/2008/10//429698.pdf>> Acessado em 17/12/2016
- MARX, K. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- MARK, Karl, and Friedrich Engels. Manifesto comunista. Boitempo Editorial, 2015.
- MELLO, Ciro Bandeira de. A noiva do trabalho: uma capital para a Republica. In: DUTRA, Eliane F. (Org.) BH horizontes históricos. Belo Horizonte: C/Artes, 1996.
- MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.
- NUN, J. Marginalidad y otras cuestiones. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, n.4, p.366-398, 1972
- LATOURETTE, Bruno. Reagregando o Social: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador-Bauru:EDUFBA-EDUSC, 2012
- LEDERER, R. L’*espace en question*. Paris:Anthropos, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Documentos: São Paulo, 1969
- LEFEBVRE, H. La vie sociale dans la ville. In: _____. Du rural à l’urbain. Paris:Anthropos, 1970.
- LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897-1990). In: DULCI, Otávio; NEVES, Magda de Almeida (Orgs.). Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 75-106.
- LIBÂNIO, Clarice de Assis. O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. Cadernos Metr pole, 18(37), 765-784.
<https://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3707>, 2016.
- LOPES, E. O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: um estudo de caso da prática do desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB->

[8AWDPV/disserta_o_erika_](#), 2010. Acesso em 23 de dezembro de 2016.

lopes.pdf?sequence=1. Acesso em: 30 nov 2013.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Cidade Ocupada. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2014

PARK, R. Um roteiro de investigação sobre a cidade. In: VELHO, G. (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1987

PUSSETTI, Chiara e BRAZZABENI, Micol. **Sufrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. Revista do Centro de Rede de Investigação em Antropologia.** Vol. 15 (3), pág., 467-478, 2011. Disponível em: <https://etnografica.revues.org/1036>

PROUST, Françoise. The line of resistance. Translated by Penelope Deutscher. In: Hypatia, vol.15, Issue 4, p.23-37, 2000.

QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade. In: PEREIRA, L. (Org.). Populações marginais. São Paulo: Duas Cidades, 1978.p.11-72

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: A crise da razão. Organizador: Adauto Novaes (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Tradução de Paulo Neves.

RANCIERE, J. (1996a). O desentendimento – política e filosofia. São Paulo, Ed. 34

RELATÓRIO ESPECIAL DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU À MORADIA ADEQUADA: Disponível em: <<http://direitoamoradia.org/pt/noticias/blog/megaeventos/belohorizonte/2010/09/15/copa-2014-em-bh-2-600-familias-da-rua/>>. Acesso em: 18 de dezembro 2016

ROSEN, George . Uma história da saúde pública. São Paulo: Hucitec, 1994. 423p.

Rolnik, Raquel. "Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas."

RIBEIRO, Luiz C. de Q. e SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos (Orgs.). Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise 2 351-360, 1994;

ROLNIK, Raquel; RIBEIRO, A. C. T. ; VAZ, L. F. ; SILVA, M. L. P. “10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo”. In: RIBEIRO, A.C.T; VAZ, L.F.; SILVA, M.L.P. (Org.). Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012b, v. -, p. 87-104, 2004.

SANT'ANNA, M. J. G. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das ciências sociais. Revista Rio de Janeiro, (9), 91-99, 2003.

SANTOS JUNIOR, O. A. ”Reforma Urbana: desafios para o planejamento como práxis transformadora”, In: COSTA, G. M. e MENDONÇA, J. Planejamento urbano no Brasil: trajetória e perspectivas. Belo Horizonte, Ed. C/Arte, 2008.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987, p.11-35.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TUAN, Yi Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983

VALLADARES, L.; FREIRE-MEDEIROS, B. Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano: o Projeto UrbanData-Brasil. Texto apresentado no Seminário da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, agosto, 2001.

WEBER, M. A origem do capitalismo moderno. In: História geral da economia. São Paulo: Mestre Jou, 1968, p.310.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, G. (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar

**CAPÍTULO II/ MANUSCRITO II: A Vila da Paz e Resistências:
Uma etnografia sobre remoções das famílias do Anel Rodoviário**

**The Village of Peace and Resistance:
An ethnography on removals from the Ring Road families**

Resumo: A presente pesquisa investigou a intervenção urbana para duplicação do anel rodoviário na cidade de Belo Horizonte e os efeitos produzidos na vida das famílias que ocupam o anel e que passaram pelo processo de remoção, visibilizando suas lutas e resistências pela moradia digna. Os aspectos metodológicos da pesquisa foram compostos pela etnografia e a fotoetnografia. Como resultado identificamos que a Política Urbana de Habitação em Belo Horizonte apresenta uma tônica recorrente de intervenção nas ocupações por meio das remoções forçadas em nome do cumprimento de um projeto moderno de cidade. Um aspecto ressonante na narrativa dos moradores é a necessidade de desconstruirmos que eles querem uma casa. Eles querem uma casa e o significado simbólico que o morar tem. Querem ser reconhecidos por sua identidade coletiva enquanto moradores de Vila, e para isso lutam diariamente contra a violação do direito à cidade e pela reinvenção da Política Urbana de Belo Horizonte.

Palavras Chaves: Moradores da Vila da Paz; Remoções Forçadas; Direito à Moradia; Resistências;

ABSTRACT: Present research investigated the urban intervention for duplication of the ring road in the city of Belo Horizonte and the effects produced in the life of the families that occupy the ring that went through the process of removal, making their struggles and resistances for the dignified dwelling visible. The methodological aspects of the research were composed by ethnography and photoethnography. As a result, we identified that the Urban Housing Policy in Belo Horizonte presents a recurrent theme of intervention in occupations through forced removals in the name of the fulfillment of a modern city project. One resonant

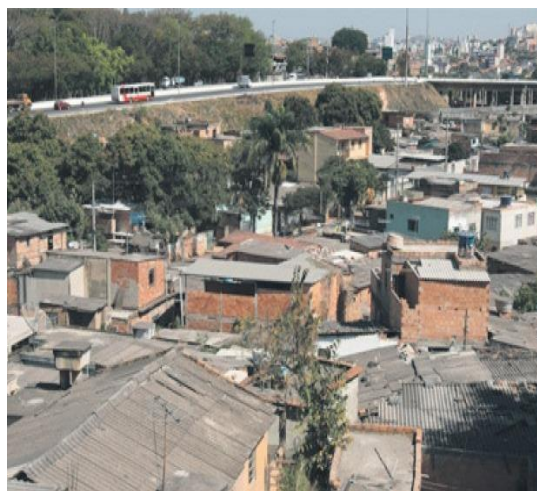
aspect in the villagers' narrative is the need to dismantle that they want a home. They want a home and the symbolic meaning that housing has. They want to be recognized for their collective identity as residents of Vila, and to this end they fight daily against the violation of the right to the city and the reinvention of the Urban Policy of Belo Horizonte.

Keywords: Residents of the Peace Village; Forced Removals; Right to Housing; Resistance;

Ocupação e resistência: primeiras palavras

“O latifúndio é feito um inço. Que precisa acabar. Romper as cercas da ignorância. Que produz a intolerância. Terra é de quem plantar. A terra, terra”. Canção da Terra – O Teatro Mágico

É sobre o processo de ocupação e resistência às remoções prescritas aos moradores da Vila da Paz devido à obra de duplicação do anel rodoviário que decidimos fazer uma etnografia que consistiu na participação da pesquisadora do cotidiano da ocupação, por meio de visitas às casas das pessoas que foram removidas e reassentadas, conversas com a Associação Comunitária, grupo de mulheres, moradores, comerciantes, vendedores ambulantes, trabalhadores da Política Urbana de Habitação, participação de audiências públicas, dentre outros atores. A Vila da Paz está situada geograficamente na região nordeste da cidade, em formato de um delta e próxima a uma agência do correio e a um centro de distribuição. É considerada uma ocupação no entorno do anel rodoviário juntamente com mais vinte sete vilas situadas ao longo do anel.



Seus moradores afirmam que o tema das remoções na Vila da Paz é antigo, e que escutam essa história há muito tempo, há aproximadamente dezesseis anos. Relatam esses fatos com certo cansaço e ansiedade sobre o morar, o que é por si uma violação de direitos humanos, já que vivem em uma constante incerteza sobre quando vão sair e para onde irão. Apesar das remoções no Brasil se constituírem como uma prática constante do poder público junto às ocupações, favelas e cortiços durante a formação das cidades ao longo dos séculos XIX e XX principalmente, seguem sendo um tema destacado de forma insuficiente na literatura (Cardoso, 2007).

As ocupações são recorrentes no cenário da cidade de Belo Horizonte e da Região Metropolitana^v. Compreendemos as *ocupações* como identidades territorializadas, em que grupos de pessoas tomam posse de espaços urbanos não utilizados, subutilizados, ou não edificadas. Possui uma dimensão política importante que deve ser destacada, já que o objetivo de ocupar a terra não se restringe apenas ao ato de ocupá-la, mas de *fazer política* por meio da mobilização continuada pelo exercício do direito à cidade e à moradia, como também por meio da luta pelo acesso à terra urbana.

A novidade está na articulação que foi feita a partir de táticas e elementos já conhecidos, e na habilidade política que o Movimento tem demonstrado, ao fazer alianças em vários segmentos da sociedade civil. Trata-se de uma forma diferente de reivindicação social [...] (Comparato, 200, p.24).

Geralmente as ocupações são constituídas por famílias, em parceria com a atuação dos movimentos sociais e organizações populares e têm se apresentado como uma alternativa de moradia para as pessoas mais pobres, e quanto mais tempo no lugar ocupado, mais deve ser considerado o direito à regularização fundiária (Morado Nascimento, 2015). As ocupações são importantes dispositivos políticos existentes na cidade, já que nos revelam a lógica de um contexto urbano historicamente e politicamente marcado pela insuficiência de programas habitacionais, pelo acirramento das desigualdades sociais, culturais e econômicas e pela segregação socioespacial.

As ocupações evocam aspectos importantes sobre a luta por terra no Brasil, que não é uma luta nova. Tem se constituído há vários séculos, todavia sem respostas muito efetivas do poder público – o que notamos é a emergência de vários movimentos no âmbito rural e urbano para reivindicar a posse de terra e o acesso mais justo aos espaços da cidade e um exemplo é o Movimento dos Sem Terra (MST) que tomam as ocupações como possibilidade de ampliar a luta e reivindicar a reforma agrária no Brasil.

Todavia, mesmo diante da grande potência de questionamento social e político imbricado nas ocupações, identificamos a presença de fortes discursos sobre a criminalização das mesmas na mídia^v, e também na política de habitação de Belo Horizonte. Alguns termos associados para fazer referência às ocupações são: *invasões; pessoas que não pagam luz e nem água; posse de terra de forma irregular; tem que sair, pois estão em áreas de riscos.*

Contudo nenhuma dessas expressões permite a compreensão total das dinâmicas de poder, exclusão, estigmatização que marcam a constituição e funcionamento das cidades, mas também as dinâmicas de recusa e resistência dos moradores que é o que buscamos compreender com esta pesquisa.

Um importante aspecto político presente nas ocupações que confronta os discursos criminalizantes em relação a tal prática e organização está associado à identidade coletiva dos moradores que se constitui pelo exercício contínuo de luta pelo direito à cidade, à moradia e aos serviços públicos básicos, os quais são necessários para uma vida digna. Essa identidade coletiva presente nas ocupações é um importante dispositivo de luta e questionamento da Política Urbana de Belo Horizonte, já que é efeito da luta por reconhecimento, que tem fundamentos nos conflitos sociais e na intersubjetividade construída entre os moradores por meio das relações sociais e vínculos comunitários estabelecidos. A dimensão coletiva aparece quando os moradores constatarem que existem relações de desigualdade que precisam ser nomeadas como tal e que não dizem respeito a um único indivíduo ou família, mas a uma dinâmica de poder que desqualifica e estigmatiza determinados sujeitos e experiências sociais.

Segundo dados da Urbel, existem 461.480 pessoas morando em ocupações irregulares em Belo Horizonte – cerca de 20% da população local – sendo 10.400 nos “novos acampamentos”, isto é, ocupações urbanas (Miranda e Câmara, 2013). Esses números são muito importantes para pensarmos sobre as dinâmicas de exclusão social na cidade e revelam também o direito dos cidadãos de mudar a cidade e fazer emergir uma rede de pessoas envolvidas no enfrentamento à cidade sociofragmentada.

Quando falamos de política, destacamos que esse termo surge da palavra *polis* e, portanto, se relaciona a “tudo o que se refere à vida na cidade e, conseqüentemente compreende toda sorte de relações sociais, o que é urbano, civil e público” (Bobbio, 2002, p. 954). Sendo assim, as ocupações são parte da *polis* e sua dinâmica nos convida a pensar sobre a manutenção do preconceito e hierarquia social na lógica de produção dos espaços da cidade; sobre como a Vila da Paz é considerada dentro do espaço sociourbano de Belo Horizonte, e por meio do cultivo a novos valores comunitários, colocam na esfera pública, a pauta da reforma urbana. (Fonseca et al , 2015).

Outro aspecto que permite desconstruir os imperativos criminalizantes sobre as ocupações se relaciona aos aspectos simbólicos e semânticos distintos existentes entre as terminologias *ocupações* e *invasões*. O primeiro termo refere-se ao fato de tomar posse de um espaço urbano não utilizado, subutilizado ou não edificado para construir uma moradia. O segundo termo refere-se, a um processo de entrada em um local que vem sendo utilizado para construir algo neste espaço (Lourenço, 2013). As ocupações questionam a lógica sobre como a cidade é construída e colocam em pauta o debate sobre o Direito à moradia e o direito cidade, que é pensada geralmente a partir da lógica imobiliária e o direito a cidadania fica reduzido ao morar em uma área considerada legalizada, ao pagamento de impostos e aqueles que o fazem são reconhecidos como parte da cidade (Santos, 2007. É essa hegemonia que as ocupações contestam – já que viver na cidade é marcado por um histórico de violação de direitos.

No caso da Vila da Paz – e também de outras ocupações - os moradores lutam por seus direitos por meio de pressão política, por efetivação do direito à moradia quando ocupam o

anel rodoviário. Ao mesmo tempo, que reivindicam melhoria nas condições de vida das famílias do anel, criticam também a insuficiência das políticas urbanas de habitação e o cenário hegemônico da especulação imobiliária na cidade – composta pela administração das grandes empreiteiras e construtoras. Neste sentido, as ocupações contribuem para pensarmos nos preconceitos contidos na política de habitação da cidade de Belo Horizonte marcada pela lógica imobiliária. A dinâmica das ocupações também contribuiu para redução dos déficits habitacionais, criando novos circuitos de circulação e formas de ocupar a cidade. As ocupações reforçam assim, por meio de suas dinâmicas de funcionamento, o imperativo dos movimentos sociais que afirma que *“quando morar é um privilégio, ocupar é um direito”*, questionando – os modos de governar presentes na gestão de uma política urbana focada na mercantilização da cidade.

Outra importante pauta que as ocupações trazem é a necessidade de reconstrução dos espaços participativos na cidade marcados pela autoconstrução das moradias - o que possibilita que os moradores das ocupações se organizem em grupos e assembleias para pensar as formas de construção e também estratégias de diálogo com a gestão da Política Urbana, fundamentados no Direito a moradia, como um direito fundamental, que deixa de ser conferido pelo Estado e passa a ser uma pauta de luta e construção diárias. As ocupações representam assim um processo de aprendizado contínuo por luta por reconhecimento, vida em comum, ação política e ações coletivas.

Política Urbana de Habitação na cidade de Belo Horizonte: O caso das remoções forçadas na Vila da Paz

“No princípio o verbo se fez fogo. Nem atlas tinha o globo. Mas tinha nome o lugar. Era terra, terra”. Canção da Terra/O teatro Mágico

Podemos dizer que as remoções forçadas fazem parte da história cidade de Belo Horizonte desde seu surgimento. Junto com a remoção, temos a emergência de resistência para enfrentar a Política Urbana de Habitação na cidade. Como no golpe militar de 1964 e instalação da ditadura quando um projeto de desfavelamento na cidade de Belo Horizonte foi iniciado e a meta do projeto era demolir todas as favelas, em prol de um modelo científico de construção da arquitetura da cidade. Alguns programas são implantados em Belo Horizonte como o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM) no ano de 1979 e o PROFAVELA em 1983. É neste contexto político de desenvolvimento de políticas urbanas higienistas, que objetivam *limpar* a pobreza da cidade, que surge a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) com o objetivo de realizar projetos de urbanização em favela.

No mandato do prefeito Patrus Ananias (1993-1996) foi criado o sistema de habitação e a URBEL ficou incumbida de realizar a política urbana de habitação popular na cidade de Belo Horizonte. Junto com a URBEL também executam as políticas urbanas de Belo Horizonte a Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura que é responsável pelo gerenciamento do Fundo Municipal de Habitação e o Conselho Municipal de habitação, que tem por objetivo reunir diferentes atores sociais para deliberar sobre o tema da habitação na cidade.

Em 1994, surgiu um projeto chamado “Alvorada” o qual funcionou como um embrião do Programa Vila Viva^v. No mesmo ano surgiu também o Plano Global específico (PGE) que

tem como objetivo estabelecer a regularização fundiária e também reconhecer o direito à moradia da população que residia em Vilas e Favelas. O PGE é um instrumento que deve ser levado em conta toda vez que houver alguma intervenção financiada na cidade de Belo Horizonte, e está subordinado aos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao Orçamento Participativo (OP). Em termos de planejamento urbano em Belo Horizonte, temos como elementos normativos, o Estatuto das Cidades e também o Plano diretor da cidade.

Em um contexto mais global, entre os anos de 1950 e 1990, o Brasil teve um grande movimento migratório. O êxodo rural, que já fora acentuado na década de 1930 impulsionado pelo processo de industrialização se intensificou ainda mais, e a população urbana ultrapassou a população rural. Eventos como a mecanização da agricultura e também a falta de emprego levou muitas pessoas a saírem do interior das cidades e buscar a vida em grandes metrópoles. Na Vila da Paz, muitas pessoas relatam terem vindo de cidade do interior e uma narrativa recorrente na fala dos moradores é o fato de quererem uma vida melhor, por isso a busca de Belo Horizonte. Como afirma Rolnik (2000, p.199):

As ocupações são uma das marcas da cidade brasileira, para além das metrópoles. No vasto e diverso universo de 5.564 municipalidades, são raras as cidades que não têm uma parte significativa de sua população vivendo em assentamentos precários. De acordo com estimativas do IPEA, baseadas em metodologia do UM Habitat e em dados do Censo Demográfico, estão nessa condição aproximadamente 40,5% do total e domicílios urbanos brasileiros, ou 16 milhões de famílias, das quais 12 milhões são famílias de baixa renda, com renda familiar mensal abaixo de cinco salários mínimos.

Verificamos que a questão das ocupações e dos assentamentos precários compõe a história dos processos de industrialização e urbanização brasileiros. Nesse entremeio das Políticas Urbanas, identificamos uma desqualificação permanente dos saberes não conceituais

sobre a cidade, o que Foucault (1976) chama de *saberes sujeitos*, que são os saberes considerados *ingênuos* e hierarquicamente *inferiores*. Entretanto, é por meio desses saberes *de baixo*, não qualificados, como o saber do doente, do morador, do movimento social, que a crítica se torna possível (Freire, 2011, Martin-Baró, 1998, Montero, 1987, Mayorga, 2014). É a partir dos saberes dos moradores da Vila da Paz que tecemos análises sobre as políticas urbanas da cidade de Belo Horizonte.

No caso das remoções da Vila da Paz que já se estende, conforme as narrativas dos moradores da Vila, por aproximadamente dezesseis anos, temos dois atores principais envolvidos: inicialmente a URBEL que começou o processo. Todavia não deu continuidade, devido a uma série de conflitos com os moradores que denunciavam a forma verticalizada de remover, sem garantia de direitos. A forma de remoção que a URBEL adota tem enfoque na técnica da obra, sem se preocupar com o direito de decidir dos moradores. O objetivo da URBEL ao realizar a remoção é retirar os moradores para que a obra se instaure. Tendo em vista este objetivo, a URBEL trabalha com duas possibilidades: os moradores recebem o valor da benfeitoria para comprar um imóvel em outro terreno, ou vão para a lista de espera, para isso ficam no aluguel social, até receberem a entrega de um apartamento em algum local da cidade, que os moradores não sabem onde. O que acontece é que na primeira alternativa, conforme relato dos moradores que já passaram pelo processo de remoção, não há como comprar imóvel em boas condições, pois as casas são avaliadas de forma a desqualificá-las e reduzir seu valor. Na segunda possibilidade, várias são as mudanças que ocorrem na vida dos moradores, que além de morar em um lugar que não os atende^v em termos de tamanho do espaço, por exemplo, também vão para regiões bem periféricas da cidade.

No ano de 2014 quem assumiu as remoções do anel Rodoviário e da Vila da Paz foi o Programa Judicial de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizados^v de Famílias do anel rodoviário e BR381. O objetivo do Programa era remover e reassentar os moradores do anel rodoviário e da BR381, por meio do acompanhamento social das famílias.

Os atores envolvidos nos processos de remoção e reassentamento foram o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU), o Governo Federal, o Projeto Rondon®, a Caixa Econômica Federal, as Prefeituras Municipais e a Comunidade de Moradores do Anel Rodoviário (CMAR). O programa tentou utilizar por meio da metodologia da conciliação, a remoção e o reassentamento das famílias do anel rodoviário. Entretanto, apesar de trazer o adjetivo “humanizado” para as remoções, as possibilidades de moradia oferecida aos moradores eram as mesmas da URBEL: indenização por benfeitorias ou aluguel social seguido de habitação em apartamento.

O programa começou a desenvolver ao longo dos anos 2014 a 2016 na Vila da Paz oficinas e grupos, juntamente com os moradores e paralelamente as essas atividades algumas remoções forçadas aconteceram. No final do ano de 2016, o programa teve suas atividades suspensas com a justificativa da necessidade de dar enfoque às obras físicas dos processos de remoção e reassentamento e a URBEL foi nomeada novamente para assumir o processo.

Notamos que o descaso com a população do anel rodoviário é frequente e que o ciclo da expectativa da remoção se repete, e tem forte relação com a tríade que Foucault (1976) chama de poder, direito e verdade. O poder opera, para o autor em dois pontos de referência: de um lado, temos as regras de direito que delimitam formalmente o poder, e do outro lado

temos os efeitos de verdade que esse poder produz, conduz e que, por sua vez, reconduzem esse poder. Neste sentido:

É necessário tomar o poder em suas formas e instituições mais regionais, mais locais, sobretudo no ponto em que esse poder, indo além das regras de direito que o organizam e o delimitam, se prolonga, em consequência, mais além de regras, investe-se em instituições, consolida-se nas técnicas e fornece instrumentos de intervenção materiais, eventualmente, até violentos (Foucault, 1976, p.25).

As políticas urbanas em Belo Horizonte produzem discursos de verdade sobre quem pode ser cidadão e ocupar a cidade (Santos e Mayorga, 2015, Furiati e Mayorga, 2016) e esse discurso higienista sobre a remoção de vilas e favelas em Belo Horizonte se capilarizou.

No meio de todas essas mudanças, os sentimentos de incerteza, insegurança, medo já existentes entre os moradores da Vila da Paz aumentou. Como relata uma moradora da Vila e uma das lideranças da CMAR: “*De novo mais uma mudança, e não pensam no que a gente quer e no que a gente sente*”. Conforme afirma Starling (2015), as justificativas de desenvolvimento e progresso para remoção forçada dos moradores devem ser consideradas uma das políticas mais agressivas em prol da política urbana e execução dos planos diretores. Junto, com as remoções forçadas se apagam também memórias, histórias e territórios. Ao estudarmos a Política Urbana de Belo Horizonte notamos uma presença recorrente das remoções forçadas em diversos espaços periféricos da cidade, o que produz como efeito um conjunto de violações de direitos. Sobre as remoções, não podemos deixar de citar a contribuição de Glass (1964), para quem as remoções forçadas consistem na expulsão dos moradores originais do território, para dar lugar a espaços mais sofisticados da cidade, o que a autora chama de *gentrification*.

Está claro que as remoções da forma como historicamente tem acontecido na cidade de Belo Horizonte, constituem um processo que precisa estar fortemente articulado com o campo dos direitos cidadãos. Acreditamos que as novas formas de morar que os residentes da Vila da Paz tem reivindicado estão em consonância com os direitos de cidadania. Em nossas conversas, os moradores deixam muito claro que não concordam com a remoção forçada, mas também não querem continuar nas condições precárias onde estão. A pauta política que os moradores da Paz sustentam é a do direito à moradia, e que não pode (e nem deve) ser reduzido à ocupação de uma unidade habitacional por família.

O acesso às narrativas dos moradores da Paz deixa muito explícito que o que eles buscam em seus enfrentamentos com a política urbana de remoção da cidade de Belo Horizonte, é a segurança da posse e a adequação cultural da moradia a realidade que vivem. Enfatizam em suas falas, a importância da autonomia e possibilidade de decidirem a forma como querem morar. É urgente que a política urbana de Belo Horizonte seja reinventada.

Quando falamos de reinvenção da Política Urbana de Belo Horizonte queremos sinalizar alguns aspectos importantes que podem ajudar a contrapor o projeto hegemônico de cidade empreendedora que fundamenta e justifica todo o processo de remoção. Um primeiro aspecto que pode dar tônica a essa reinvenção é reconhecer que o que em muitos momentos é nomeado como *ruídos*^v dos removidos, são vozes e ações legítimas dos moradores, suas formas de apropriação da cidade, vozes de resistência expressa na ação política de ocupar um espaço, não edificado, subutilizado. A cidade nesta perspectiva, dos ruídos dos removidos, é

interpretada como fruto de uma produção social, de relações construídas cotidianamente e politicamente.

Um segundo aspecto seria problematizar dentro dos projetos de intervenção na cidade – as remoções, principalmente, em espaços como ocupações, vilas, favelas, cortiços como algo “natural” a ser realizado em prol de concepções técnicas ou mercadológicas de cidade. Sendo assim, é importante conhecer e interagir com a população moradora dos espaços a serem removidos. E mais do que conhecer, respeitar suas formas de moradia, resistência e mapear – em intenso diálogo com a população - as condições precárias onde vivem e os direitos que tem a moradia e a ocupação dos espaços da cidade. As ocupações possuem dimensões sociais, econômicas, políticas que devem ser consideradas.

É muito importante compreender que não basta mudar a “técnica” da remoção, ou associá-la a adjetivos como “social”, ou “humanizada”. Esses termos não garantem acesso a direito a moradia adequada e nem a possibilidade de exercer o direito à cidade. É preciso pensar sobre como se forma a representação da cidade, e que projeto de sociedade esse modelo tem atendido. Deve-se incluir a história de ocupação do espaço, os efeitos políticos da remoção na vida das pessoas atingidas, as maneiras de participação que são oferecidas a essas pessoas. Sendo assim, a construção de um espaço que inclui a escolha das pessoas envolvidas confere novos sentidos à palavra apropriação:

[...] quando um grupo se apropria de um espaço deixa de ser apenas o local onde ocorrem as atividades sociais para se tornar o local onde esse indivíduo ou grupo tenha a possibilidade de se inserir nas relações sociais, na medida em que é reconhecido como meio e instrumentos de ação [...] (Lefebvre, 1999, p.90).

A apropriação de um espaço não é apenas a ação física de morar em determinado lugar, mas tem dimensões simbólicas, afetivas, identitárias que precisam ser incluídas durante todo o processo. A Política Urbana de Habitação precisa avaliar, ao longo dos processos de remoção se realmente houve possibilidade de apropriação dos novos espaços de moradia - a começar pelo próprio projeto de remoção, em todas as suas etapas. Notamos que a palavra participação tem sido uma tônica recorrente nos fenômenos psicopolíticos, dentre eles, as remoções. Assinalamos aqui duas vertentes analíticas que se contrastam sobre a participação no âmbito institucional:

A primeira concebe a participação de forma instrumental, como meio de assegurar a governabilidade, para tanto, visando à eficiência por meio do “redirecionamento das formas de protesto e pressão dos movimentos sociais para formas controladas de participação”. Situa se, assim, em uma perspectiva da participação como meio de reforçar a tendência de des-responsabilização do Estado. A segunda corrente enfatiza as dimensões pública e política da participação cidadã. Nesses termos, as instâncias participativas constituem espaços de publicização de conflitos, de negociação de interesses distintos dos segmentos sociais, e de afirmação e (re) construção de identidades coletivas. A participação configura, assim, um ponto de partida para a democratização das políticas públicas e vincula-se à perspectiva da garantia dos direitos sociais e da possibilidade de redução das desigualdades (Santos, 2003, p.17-19).

Dentre as várias formas de emprego da palavra participação e a manutenção de interesses em prol de projetos políticos que sustentam a interpretação da cidade como empresa defendemos aqui o conceito de *participação cidadã*, o qual se refere às novas conformações de um novo tipo de participação, conhecida como participação ampliada, que envolve os distintos atores sociais nos processos decisórios de nível local (Montero, 2009; Paiva, Van Stralen e Costa, 2014). A participação cidadã traz para o contexto das decisões o enfoque do surgimento das novas relações sociais diante dos conflitos postos. A participação dos cidadãos frente a esses conflitos permite o questionamento do modelo de cidade desenvolvimentista e traz para pauta aspectos sociais, culturais, políticos que inauguram outras possibilidades de ocupar a cidade e

ser cidadão, questionando o consensual e a noção de conflito como algo negativo^v. Pelo contrário, o conflito, na participação cidadã é elemento social para emergência de novas pautas.

Nesta perspectiva, Rancière (1996) traz uma importante contribuição, já que para ele a política não deve ser interpretada e reduzida a um conjunto de indivíduos unidos entre si por uma sociabilidade natural com a finalidade de conservar algo. A política precisa ser analisada na “luta de todos contra todos”, e essa luta tem fundamentos na ruptura com toda lógica de dominação legítima. E romper com essa lógica de dominação, é experimentar a democracia na prática, é não ficar reduzido ao modelo de cidade empresa, mas inaugurar novas formas de ocupar, como fazem os moradores da Vila da Paz, e os moradores das ocupações quanto constroem seus barracões em lugares não utilizados, não edificadas, ou periféricos; por meio da ação política entendida aqui como:

(...) o conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma igualdade de qualquer ser falante, quando sai do lugar daqueles que simplesmente “mugem”, fazem ruídos, e se aceitem enquanto seres falantes iguais a todos (Ranciere , 1996, p.373-374).

Insistimos assim, na presença do exercício do conflito, do dissenso, no processo de remoção da população moradora da Vila da Paz, e nos processos de debate sobre a Política Urbana de Habitação.

A remoção do ponto de vista dos moradores

O processo de remoção realizado pela Justiça Federal em parceria com o Programa de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizados das famílias do anel rodoviário e BR381 acontece por etapas. No primeiro momento os moradores têm suas casas seladas pelos arquitetos e engenheiros do Programa. Observamos que ter a casa selada é para os moradores

um aspecto muito ansiogênico e simbólico: *“Quando colocam o selo na nossa casa significa que vamos sair e não podemos mais mexer em nossa casa, que foi avaliada do jeito que estava até ali”* (Fala de uma moradora da Vila da Paz sobre a selagem e a remoção/Trechos do diário de campo).

No caso da Vila da Paz, essa etapa teve início em dezembro de 2013 após audiência pública realizada entre o Programa de Conciliação e Justiça Federal. Antes de realizar a selagem das casas, o programa de conciliação realiza um diagnóstico socioparticipativo na Vila, que consiste em um questionário com um bloco de questões as quais abrangem aspectos como dados pessoais dos moradores, tempo que moram na vila, acesso a equipamentos de saúde, assistência social, escolaridade, dentre outros. Os moradores respondem a essas perguntas e a partir da leitura e interpretação das mesmas pela equipe técnica do programa é feito um cadastro social das famílias. Algumas perguntas que compuseram esse instrumento foram: o tipo de domicílio, escolaridade, fonte de renda, ocupação, dentre outros. O questionário foi realizado com aproximadamente noventa e três famílias que moram atualmente na Vila da Paz – conforme os dados do cadastro social no ano de 2015. Ao analisarmos os dados do cadastro notamos que a maioria das famílias mora em residências muitas vezes compartilhadas entre avós, netos, filhos e pais. As residências de tipo misto também são prevaletentes na Vila, muitos moradores utilizam a garagem de suas casas para fazerem pequenos comércios como feiras, salões de beleza e bares. Em termos da escolaridade notamos que a maioria dos moradores possui o ensino fundamental. Embora a educação seja um direito garantido na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, é um direito

que tem sido violado, sistematicamente nos territórios populares. Quando falamos de cidadania e ocupação dos espaços públicos - a educação se apresenta como condição primeira para que o exercício de cidadania seja possível (Paiva e Burgos, 2010). A educação então, se constitui como um direito social, que nos contextos periféricos, tem sido secundarizada, o que faz crescer a enorme desigualdade social que pode ser interpretada por diversos ângulos: desigualdades regionais, de renda, étnicas, de gênero, dentre outros marcadores que traduzem a falta de acesso à saúde, trabalho, justiça e moradia digna.

Na etnografia realizada, fica evidente que na Vila da Paz, há uma grande diversidade tanto cultural quanto econômica das pessoas que ali habitam e há também a presença de uma intensa sociabilidade composta por gente que estuda, trabalha, tem lazer e faz projetos de vida. Além dos aspectos que envolvem a cidadania e a sociabilidade, compreendemos a educação como um dispositivo gerador de participação política. Sendo assim, o lazer, a educação e a civilidade, não devem ser trabalhados com foco exclusivo em seus aspectos culturais, mas como uma dimensão política da cidadania (Paiva, 2010). Reforçamos assim, a importância do “direito a ter direitos”(Arendt, 1993) como central ao exercício da cidadania e à participação na esfera pública.

Paralelamente a este procedimento, a avaliação das casas é feita pela equipe da arquitetura e engenharia do programa de conciliação da Justiça Federal. No momento em que os moradores respondem ao questionário precisam também responder sobre o que querem fazer depois de serem removidos. Contudo, essa pergunta não é aberta e apresenta duas opções: receber a indenização da casa ou morar nos conjuntos habitacionais a serem

construídos pela ótica do programa e enquanto aguardam a construção, morar com apoio do aluguel social.

Essa é uma das evidências de que o processo de remoção é unilateral, verticalizado que não possibilita alternativas aos moradores a não ser sair de suas casas, com consequências importantes na sua organização familiar, laboral, financeira e afetiva.

(...) pesquisas mostraram o impacto da remoção na desestruturação das condições de vida da população afetada, com queda da renda familiar por aumento dos gastos com transportes e com habitação, e com elevação dos níveis de desemprego dada a distância entre os locais de moradia e de trabalho. Destaca-se a desestruturação dos laços de sociabilidade e vizinhança que permitiam melhores condições de reprodução social das famílias favelada. (Cardoso, 2007, p.227),

São vários os relatos dos moradores da Vila da Paz sobre o atraso do pagamento do aluguel social, e também as condições de moradia precária em que vivem durante este período – que é chamado de benefício social pela Política Urbana de habitação. Enumeramos algumas complexidades envolvidas, como por exemplo, a ruptura de vínculos construídos entre os moradores durante muitos anos, o baixo valor das indenizações, o que impede um reassentamento digno das famílias removidas. Vale destacar que aqueles moradores que são indenizados encontram muita dificuldade para ter acesso a um imóvel em outro local e até mesmo nas proximidades do local em que moravam. As indenizações são baseadas apenas na estrutura física do local, desconsiderando o direito de posse do morador e a história com o espaço ali construída. O processo de remoção, de forma vertical enfraquece as possibilidades de participação dos moradores e também o capital social existente na comunidade. Já que este é constituído

(...) pelas relações de solidariedade e confiabilidade entre os moradores e, fundamentalmente, pela capacidade de mobilização e organização comunitárias, traduzindo um senso de

responsabilidade da própria comunidade sobre seus rumos e sobre a inserção de cada um no todo. Estes elementos, supostamente abstratos, manifestam-se em ganhos concretos sobre a resolução de seus problemas por possibilitarem maior acesso a direitos e, conseqüente melhoria da qualidade de vida. A comunidade passa a atuar como sujeito compreensivo e atuante em seu meio social, ao invés de mero beneficiário de doação assistencialista (Gustin; Maciel, 2004).

Um aspecto que os moradores realçam sobre as remoções na Vila é o fato de sentirem um grande medo referente a todo o processo, já que a pauta da remoção na Vila da Paz vai e volta sempre. Alguns moradores tiveram suas casas seladas há mais de três anos e até o presente momento^v não sabem que rumos a remoção vai tomar, e se realmente vai acontecer. As casas que são inclusas no processo de remoção por meio de selo, impede os moradores de fazer qualquer reforma na casa, o que segundo eles, gera uma série de limitações em relação à reinvenção do espaço que tem para morar e acabam tendo que viver em condições precárias dentro da própria moradia.



Notamos assim que os efeitos produzidos pela remoção forçada são vários, como modificações nas relações de confiança, na rede de vizinhança, fragilização dos grupos comunitários existentes na Vila. A remoção é um dispositivo que gera problemas sociais graves, como não respeito à cultura das pessoas da vila, ocasionando mudança profunda no cotidiano dos moradores. A padronização das unidades habitacionais altera a vida das pessoas que moram na Vila, já que

ficam distantes do seu local de moradia atual e as dinâmicas de vida já estabelecidas precisam ser reinventadas de maneira arbitrária.

Em termos de infraestrutura, os moradores da Vila da Paz vivenciam uma série de violações. Notamos problemas como falta de saneamento básico, pouco acesso a equipamentos de saúde e escola, muitas crianças trabalhando no horário da aula, poluição sonora muito presente, já que há um fluxo grande de carros que passam pela Vila. As casas não têm número, o que dificulta o recebimento de correspondência e identificação dos moradores, dentre outros aspectos que envolvem o direito de morar digno e de ser cidadão. E para romperem, diariamente com esse conjunto de violações e falta de acesso à moradia digna, os moradores da Vila da Paz tem se reunido em coletivos como a Associação da Vila e também a Comunidade de Moradores do Anel Rodoviário para reivindicarem seus direitos. Para isso escrevem ofícios a COPASA para melhora do saneamento básico, produzem questionamentos sobre o motivo de saída dos moradores, participam de audiência junto à justiça federal para se informarem sobre o processo e reivindicam direito à moradia digna, que deve atender a dimensões fundamentais da vida digna, dos direitos humanos e da cidadania. Segundo Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA), a moradia deve

ser habitável, com condições adequadas de espaço e proteção contra as variações ambientais; - segurança jurídica da posse, garantindo legalmente a pessoa contra despejos, deslocamentos forçados e outros tipos de ameaça à posse; - localização com acesso a opções de emprego, transporte público eficiente, serviços de saúde, escolas, cultura, lazer e outras facilidades sociais; - acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência ou que necessitem de auxílio para sua mobilidade, contemplando todos os grupos vulneráveis; - acesso a serviços e infraestrutura necessários à saúde, segurança, conforto e alimentação, incluindo o acesso a recursos naturais e materiais, água potável, energia elétrica, saneamento, iluminação, condições de estocagem e outros serviços; - possibilidade financeira, isto é, a pessoa precisa ter acesso a uma moradia que possa custear sem prejudicar suas outras necessidades básicas; - adequação cultural, isto é,

que a forma da construção, os materiais usados e demais requisitos respeitem a expressão da identidade cultural das comunidades e grupos sociais. (Plataforma DHESCA Brasil, 2008)

O Direito à moradia e o Direito à cidade estão interconectados, sendo que a violação de um promove a violação do outro. É o que vemos nos processos de remoções forçadas, um conjunto de violações referentes ao desconhecimento da realidade local, da segurança de posse dos moradores frente ao local ocupado e da participação dos mesmos. O uso do termo *remoções forçadas* vem do fato dos moradores não terem muitas saídas sobre o processo de reassentamento e o *pseudo* direito de escolha que a ele é oferecido como relatado anteriormente sobre as alternativas de saídas dadas aos moradores. E o direito à participação é um elemento fundamental na construção do direito à cidade como expresso no Estatuto da Cidade, na (Lei nº 10.257/2001):

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I- órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II- debates, audiências e consultas públicas; III- conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV- iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Sendo assim, a Vila da Paz, mesmo em meio aos processos de remoção, tem buscado construir e preservar a memória do local, através, por exemplo, de pintura dos muros que sobraram das casas que foram removidas, narrando a sua história para pesquisas como esta e preservando assim os relatos dos moradores, que podem colaborar no registro da memória dos moradores. A Vila da Paz tem reforçado uma identidade política – no sentido de demarcar um sentido político de solidariedade existente entre os moradores e da defesa coletiva de seus interesses.

Historicamente, nas favelas há maior incidência de processo de remoção dos moradores, visto que são espaços “escolhidos” pelo poder público por interesses ligados ao

sistema financeiro, imobiliário, social, viário, dentre outros (Guimarães, 1991; Valladares, 1978; Fix, 2001). O que notamos é uma “naturalização” desse processo de remoção por meio de intervenções abruptas e muitas vezes com força policial pelo Estado^v.

A Vila da Paz, como em outros casos em Belo Horizonte e no Brasil, fica ao longo de uma importante via do município, o anel rodoviário e, como afirma Nepomuceno (2016) a abertura de vias tem sido uma ação continuada para tentar solucionar a questão da mobilidade urbana nos grandes centros, e a posterior remoção feita das famílias. Essa posição representa um processo excludente de construção da cidade, e que pretende retirar o possível impacto sobre os processos de deslocamentos forçados, não trazem nenhuma melhoria habitacional para esses moradores que vivem em condições precárias, sempre em nome de uma cidade com mais mobilidade. Mobilidade para quem?

Vale destacar que um dos aspectos utilizados como justificativa do poder público para tratar a remoção como algo “natural” é o fato de denominarem as ocupações como um espaço “carente”. Este argumento foi muito utilizado durante as audiências de conciliação entre a Justiça Federal e os moradores da Paz. É como se nas ocupações faltasse algo para serem efetivamente reconhecidas como espaço formal da cidade.

Designam-se, então, esses espaços que naturalmente se formam e se conformam tendo atributos de necessidade, de carecimento, como espaços do devido. O significado da palavra devido, de acordo com o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, deriva do verbo dever, ao qual é atribuído o sentido de obrigar, carecer, necessitar e precisar. Entende-se então que os espaços de vilas, favelas, cortiços etc. são portadores de carências, de faltas, que os qualificam a receber a denominação de espaços do devido (Lopes, 2010)

Todavia, as ocupações já enfrentam um histórico de luta e violação de direitos básicos justamente por estarem inseridas em espaços na cidade marcados por hierarquia e

hegemonização do poder público. Tal hierarquia, baseia-se na posse ou não de capital econômico, social e simbólico. Essa ausência tem como efeito a exclusão, a segregação e estigmatização do lugar (Bourdieu, 1997).

Sobre a história da fundação da Vila da Paz, os moradores relatam que muitos vieram da ocupação Vila Vietnã^v também na cidade de Belo Horizonte, da qual foram também removidos para implantação do Projeto viário Linha Verde, e a principal justificativa para remoção dos moradores do local foi o risco de inundação em época de chuvas. A ocupação da Vila Vietnã ocorreu na década de 1990, mais precisamente no ano de 1993, por meio de movimento organizado por lideranças comunitárias, como Padre Pigi, Joel Lucas e senhor Miguel que foram os primeiros a ocupar o local e com este movimento inicial várias famílias interioranas vieram morar na Vila. Famílias que moravam na região do Beira Linha^v também ocuparam a região.

Alguns aspectos levantados pelos moradores da Vila da Paz sobre a ocupação do Vietnã merecem destaque. Segundo relatos, na ocasião, buscaram pensar uma organização socioespacial que não incluísse todas as vias e ruas para que o acesso à parte da interior da Vila fosse garantido. Relatam que logo no início do movimento houve muita violência policial. Os moradores relataram que a Polícia chegava ao Vietnã com metralhadora obrigando os moradores a desocupar os espaços (ocupado primeiramente com lonas e depois com barracões de madeirites de doação) a saírem do local. Há relatos também que lideranças comunitárias foram presas por ocuparem o local. Foi criada também a Associação Comunitária do Vietnã para defender as pautas políticas da Vila e em paralelo surgiu também

um novo segmento que intensificou o tráfico de drogas no local que coincidiu com a chegada do *crack* em Belo Horizonte, no ano de 1997.

Segundo os moradores, na Vila São Miguel, com a chegada do tráfico intensificou-se o crime, e com esse acontecimento a Vila ficou conhecida como Vietnã. A partir desses elementos os moradores relatam que houve o enfraquecimento das lideranças comunitárias e da organização da vila, que com o projeto de construção da Linha Verde tiveram que sair. Alguns moradores que receberam as indenizações ocuparam a Vila da Paz por não acharem, com a indenização que receberam, lugar para morar com o valor imobiliário que podiam pagar. Por estar localizada no anel rodoviário, a Vila da Paz se tornou um ponto mais próximo de chegada dos moradores do Vietnã.

Notamos que ambos os processos de remoção tanto da Vila da Paz quanto da Vietnã tem semelhanças em suas justificativas – construção de vias e obras para suposta melhoria de trânsito na cidade. O acontecimento do tráfico de drogas também é bem presente nas duas Vilas. O Vietnã recebe o nome pelas guerras associadas ao tráfico que ocorreram lá, e a Vila da Paz segundo nomeação dos moradores, é um lugar onde querem construir sua vida e reivindicar seus direitos de acesso à moradia e a cidade. A vila foi fundada há quarenta e oito anos por uma família que veio do interior e sem ter onde morar construiu uma casa no local. De acordo com os moradores a Vila tem este nome porque no início da ocupação era uma local muito tranquilo ocupado por pessoas da mesma família. Outros moradores que ocupam a Paz vieram do Norte de Minas, Bahia em busca de melhores condições de vida em Belo Horizonte como afirma a Dona Flor^v:

“Chegamos aqui e moramos em uma casa de aluguel na Vila. Viemos de um lugar chamado Rubim. Eu cheguei aqui casada (não com o meu marido

atual, mas com meu ex-marido), só que ele morreu de acidente de carro e eu vi tudo. Foi aqui em frente mesmo. E depois que passou um tempo conheci o meu atual companheiro e começamos a namorar e viemos morar nesta casa. Eu gosto daqui porque tem mercearia perto, sabe? Fico sabendo de gente que muda e não tem nada perto de casa; Também tem Posto de Saúde, Açougue... só vou ao centro da Cidade para receber minha aposentadoria, pois aqui não tem banco. Eu morei muito tempo no interior, por isso gosto daqui. Já cozinhei muito em fogão de lenha, vim para cá, porque queria coisas e tenho minha casa. Eu vou ter que sair daqui, escuto essa história há anos, mas não quero sair, aqui é um lugar bom, sossegado, longe da cidade. O problema aqui é o tráfico de drogas, a atuação da Polícia. Moça vou ser bisavô, estou feliz demais”).

A voz da Dona Flor representa uma polissemia de vozes de outros moradores com os quais também conversamos a respeito dos pontos que os fortalecem enquanto moradores da Vila da Paz. Um primeiro ponto fortalecedor é o fato de terem vínculos comunitários fortes, que se expressam por meio de relações de cooperação, solidariedade e rede de apoio. Quando alguém precisa, o outro sempre ajuda no que for preciso, e as conversas cotidianas sobre esse assuntos e outros, os fortalecem enquanto grupo para enfrentar a situação em que vivem.

Uma recém-moradora que foi removida da Vila da Paz, a chamaremos de Dona Esperança^v, no ano de 2016 relata que mesmo morando em outro bairro, ela sempre vai a Vila para fazer suas compras, para conversar com suas amigas e também para passear. Ela afirma que fica mais na Vila da Paz, do que na sua atual moradia. Ela se mudou para um bairro que fica relativamente próximo da Vila, mora em um apartamento, mas segundo ela não teve muitas opções. Ela teve que sair da sua casa para a continuidade das obras de duplicação do anel rodoviário e foi para o aluguel social, que consiste em uma etapa da política de remoção, como dito anteriormente, para os moradores que optam por morar em conjuntos habitacionais.

Os espaços de lazer, como o campo de futebol – local onde realizam campeonatos, e também festas é um espaço de socialização muito mencionado pelos moradores. Relatam

também que as conversas que tem ao longo do dia na rua, como um importante espaço de convivência muito importante para todos, como presente na narrativa da Dona Esperança:

“Olha Moça eu moro aqui na Vila desde quando eu nasci e uma das coisas que eu mais gosto de fazer é ficar sentada na rua conversando. Estudo na Escola Estadual Coronel de Capina e gosto muito de morar aqui na Paz porque conheço todo mundo e já estou acostumada. Aqui tem muita conversa fiada também, geralmente gosto de ir ao cinema no Minas Shopping e tenho amizades antigas aqui. Para onde fui não tenho amigos, e me sinto um pouco sozinha”.

Os moradores da Vila da Paz afirmam ir ao centro de Belo Horizonte para resolverem questões como busca de algum benefício como aposentadoria, para receber pagamento e passear no Parque Municipal.

Sobre os aspectos que enfraquecem a vida na Vila da Paz, os moradores destacam o discurso da política de remoção sempre presente, o tráfico de drogas, o desemprego e a poluição sonora. Dizemos então que esse cenário de leis elitista e excludentes que permeiam o acesso à terra urbana e infraestruturada teve como efeito a inserção de grande parte da população brasileira em imóveis que não fornecem condições de vida digna (Fernandes, 2008). Notamos que desapropriar moradores tem sido a forma muito utilizada pelo Estado e a mais drástica delas. Em termos legais, a desapropriação é justificada no artigo 5º, XXIV da CF condicionada a três pressupostos: a necessidade pública, utilidade pública e interesse social. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública está regulamentada pelo Decreto Lei 3365/41.

Todavia, as desapropriações forçadas vão à contramão do Direito à Moradia, que garante aos moradores a segurança da posse e também a manutenção das famílias nos locais onde residem (Alfonsin, 2006). As famílias que vivenciam o processo de remoção devem ser

informadas sobre o porquê estão sendo removidas e devem ter seu direito à moradia assegurado. O que quase nunca acontece. Geralmente as famílias nunca são informadas sobre sua saída, sem muitas justificativas, sobre o motivo, e sem muita possibilidade de dialogar com os atores públicos. O que notamos é que os executores dos processos de remoção oferecem aos moradores a alternativa da indenização, o que os mantém no ciclo do não direito à moradia ou o afastamento dos mesmos de recomposição social e patrimonial.

Vimos até aqui que no caso de Belo Horizonte, a desapropriação das ocupações tem sido recorrentes na agenda política da cidade e como alternativa as proposta de reassentamento têm sido em unidades habitacionais e de forma verticalizada, sem consulta aos moradores do que é o mais adequado à situação deles. Outro problema relatado como ponto dificultador para os moradores da Vila da Paz é que a opção dos apartamentos como forma de reassentá-los não é adequada, tendo em vista que muitas pessoas possuem animais de estimação, muitos vivem de coleta de material reciclável, muitos têm um tipo de moradia mista, como a presença de comércio junto a casa. No caso da Vila da Paz, há restaurantes, produtores de marmitex, feiras que não contemplam as propostas de reassentamento que são impostas. Os moradores têm recriado formas de ocupar os espaços da Vila e aumentar a renda familiar.



Enquanto não saem da Vila da Paz, os moradores relatam que tem buscado se fortalecer e garantir seus direitos por meio da Associação Comunitária da Vila e também pelo CMAR (Comunidade dos Moradores do Anel Rodoviário). O primeiro grupo, no início da pesquisa (2014) era muito articulado e fazia reuniões periódicas entre os moradores e com a Justiça Federal que era o ator que estava responsável pelas remoções forçadas naquele momento. Observamos que o grupo começou a ficar desarticulado devido à mudança da moradora presidente do grupo para outro bairro, o que ficara combinado é que a moradora continuaria vindo a Vila para as reuniões. Todavia os moradores relatam que houve impacto na mobilização do grupo. Já o segundo grupo é um coletivo com representantes das vinte e sete vilas do anel rodoviário que reivindicam o direito por uma moradia mais digna e indenizações que os possibilitem ter acesso a um lugar para morar com acesso a saúde, educação, comércio próximo, dentre outros. O grupo é bem atuante, tem reuniões mensais e está envolvido em todo o processo de diálogo com os atores responsáveis pela remoção.

O que fica claro e é ressonante na voz dos moradores é a necessidade de terem condições adequadas para sua moradia, pois o direito ao morar deles já fora negado muito antes de ocupar a Vila da Paz. No caso de Belo Horizonte, observamos que as remoções forçadas são intrínsecas a história de fundação da cidade. Infelizmente, as remoções forçadas foram tomadas como uma espécie de “instrumento” para o planejamento urbano. Sendo assim, as remoções forçadas são usadas como justificativa para implantação de obras para a suposta melhoria da cidade, uma forma de intervir no espaço urbano para remodelá-lo em prol de um projeto moderno de cidade. As intervenções urbanas feitas em favelas, ocupações, no século XX tinham um enfoque de higienização social e limpeza urbana (Valladares 1978, Guimarães , 1991; Costa, 1997). Dentre os marcos do projeto de modernidade é importante compreender os projetos de cidade, e junto deles, o projeto de sociedade que marca a composição do espaço urbano.

Ao longo de nossos estudos observamos que há modelos de cidade disseminados desde 1960 nos países europeus e esses modelos são incorporados também no contexto latino-americano, na década de 1990. Dentro do projeto científico de cidade moderna e europeia a gestão pública é responsável por organizar e orientar os espaços e para isso utiliza um instrumento de intervenção urbana chamado de planejamento estratégico o qual se baseia no planejamento empresarial da Escolha de negócios de Harvard e entende que a cidade está submetida às mesmas características, desafios e condições de uma empresa (Vainner, 2000). O planejamento estratégico é também conhecido como uma espécie de “empresariamento urbano”. Nessa perspectiva, a cidade se transforma em um ator político que precisa

(re)existir diante de um cenário marcado pela globalização e crescente privatização (Castells e Borja, 1996).

Alguns efeitos políticos produzidos pela cidade comparada a uma empresa são leituras que interpretam a cidade “coisificada”, ou seja, como um espaço reduzido ao estabelecimento de negócios e reforço do capital financeiro e especulativo, em que as parcerias público-privadas ganham tônica para a resolução de questões estruturais (sistema viário, habitação, dentre outros) da cidade. A partir desta lente analítica, a cidade deixa de ser interpretada como fruto dos processos sociais, dialeticamente construídos. Na perspectiva do empreendedorismo a cidade torna-se “um objetivo de luxo”, que pode ser comprada e vendida (Vainner, 2000).

Discursos sobre projetos técnicos são utilizados como justificativa para tornar os espaços disponíveis na cidade, e dentro deste escopo do técnico entram as remoções forçadas. Um aspecto recorrente nas remoções é o fato dos removidos serem sempre os moradores das Vilas e Favelas.

Em contraposição as remoções forçadas, surgem movimentos sociais que começam a questionar então essas ações já em 1954, em que a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte emerge na cena para pedir regulação e soluções para o grande número de remoções forçadas até então realizadas. Todavia, o grupo foi desarticulado em 1964, com o golpe militar.

Em 1955 também tivemos o surgimento do DBP (Departamento de Bairros Populares) que exige que qualquer remoção que fosse feita, deveria ser acompanhada da construção de casas populares de acordo com a população que seria desalojada. Exigência que continua até

os dias de hoje pelo movimento do CMAR e outros movimentos e pesquisas que buscam, em suas pautas, enfrentar a violação de direitos à moradia pela remoção. As vozes de resistências dos moradores da vilas e favelas e da Vila da Paz continuam ecoando e buscando resistências em seus jeitos de ocupar e questionar os espaços e a cidade

Notas metodológicas: compreensões construídas por várias mãos em prol da reinvenção do Urbano

“Olha, o que mais posso te contar? A vida continua. Vai demorar assim me disseram.” A história de um animal, (2009).

O tema das remoções das famílias moradoras do anel rodoviário surgiu a partir da participação da pesquisadora em audiências públicas sobre aprovação do projeto de remoção e reassentamento das famílias moradoras do anel rodoviário e BR381, em Julho de 2014. Ao acompanhar as audiências e também participar de reuniões do coletivo de moradores do anel rodoviário o interesse em estudar o tema das remoções se tornou presente. A inserção no campo de pesquisa formalmente começou em janeiro de 2015 em que conversas com os moradores começaram a ser realizadas. Assim, a presente pesquisa consiste em uma etnografia dos moradores da Vila da Paz por caracterizar-se como uma descrição densa que envolve uma multiplicidade de estruturas simbólicas e complexas que a pesquisadora deve aprender e apresentar, escolhemos a etnografia (GEERTZ, 1989). Para o autor, a etnografia está imbricada na teia de significados e simbolismo que os atores com o qual dialogamos oferecem e colocá-la em prática é construir uma leitura de um manuscrito estranho, cheio de

incoerências e exemplos que são transitórios. Etnografar uma realidade envolve um encontro de significados “feitos à mão” pelos atores da pesquisa e pela pesquisadora.

Buscamos, por meio desta pesquisa, refletir sobre as teias de significados nascidas do encontro com os moradores da Vila da Paz. O caderno de campo foi uma produção conjunta com os moradores da Vila, que me perguntavam o que eu estava escrevendo, pediam para eu ler, apagar e reescrever de outra forma. Envolveu perguntas frequentes sobre os efeitos que os processos de remoção e reassentamento geravam neles (e geraram em mim também). Um importante material que inspirou a parte metodológica desta pesquisa foram os escritos do livro de Indra Sinha (1951) intitulado “A história de um animal” que narra à pesquisa realizada por um jornalista na cidade indiana de Khaufpur da vida de um garoto de 19 anos que passou por um acidente químico. O garoto fez um acordo com o jornalista, no qual ele contou sua história em 19 fitas e a história foi transcrita pelo jornalista da mesma forma narrada pelo garoto que já se sentia cansado de contar sua história repetidamente para vários pesquisadores sem saber para quê:

“Você queria a minha história, disse que ia botar num livro. Eu não queria falar nisso. Eu disse e isso lá tem grande coisa, ter minha história num livro? Eu disse, sou uma pessoa pequena que nem mesmo é humana, que diferença pode fazer a minha história? Você me disse que às vezes histórias de gente pequena desse mundo podem conseguir coisas grandes, esse é o jeito que vocês putos sempre falam. Eu disse muitos livros já foram escritos a respeito deste lugar, nenhum mudou para melhor. O sei vai ser diferente? Naquela noite foi veneno, agora são as palavras que nos sufocam.” (2009, p. 11).

Assim como o garoto de 19 anos que já estava cansado de contar sua história para diversos pesquisadores, os moradores da Vila da Paz também se encontram cansados de falar sobre remoção, de reviver a ansiedade e as expectativas tantas vezes frustradas sobre o acesso

ao direito à moradia. No início do trabalho etnográfico, os moradores demonstraram certa desconfiança da pesquisa, sem querer entender muito bem o porquê dela. Neste momento, alguns aspectos foram se fazendo mais claros ao longo da presença na Vila e notamos que a descrença vinha de um histórico de muitas pesquisas já realizadas sobre o processo de remoção na Vila, da presença de pessoas da Justiça Federal falando sobre o processo de remoção, de grupos e coletivos dispostos a auxiliar na luta por direitos, dentre outros atores. A relação de confiança começou a ganhar forma e se fortalecer com os moradores no momento em que a pesquisadora começou a acompanhar algumas atividades do cotidiano dos moradores, como as conversas no beco, as brincadeiras das crianças, os assuntos informais e foram nesses espaços de informalidade que as histórias foram aparecendo.

A etnografia pressupõe a inserção da pesquisadora no campo de pesquisa de forma aprofundada. Inicialmente estive presente quase todos os dias da semana da Vila. Em alguns momentos apenas com a fotografia, com o diário de campo. Foi um processo construído em conjunto com os moradores, que estavam sempre por ali, no seu local de moradia, no sofá que fica na parte lateral da vila, em suas casas, tomando banho de mangueira, participando de reuniões nos coletivos, indo para o trabalho, passeando com o cachorro na passarela que corta a Vila, reivindicando contra o esgoto a céu aberto. Pude compartilhar com eles o cotidiano da vila e pude confirmar que suas vidas são marcadas por uma série de enfrentamentos cotidianos para a luta por uma moradia mais digna e adequada. Foi nesses entremeios dos becos, das ruas e das ladeiras que os moradores contavam sobre si, sobre suas famílias, sobre o que é ser mãe no contexto da Vila da Paz, sobre o que é resistir cotidianamente em um lugar de invisibilidade. Foi a partir da escuta dessa demanda por

reconhecimento e visibilidade que escolhemos fazer uso da fotoetnografia, que é composta pela utilização das fotografias sem textos explicativos entre as imagens ou uso de legendas. A narrativa deve ocorrer unicamente por meio da imagem, que entre si, apresentam construções de sentidos. A fotoetnografia não trabalha com imagens para construção de uma história linear, mas envolve o fotografar a partir de sentidos que o campo de trabalho evoca (Achutti, 1997).

O primeiro contato com o campo foi feito com um senhor que trabalhava com material reciclável. Cheguei à Vila e ele me perguntou quem eu era e se não tinha medo de estar ali. Pensei no que falar e disse que estava ali para aprender um pouco sobre a realidade daquele lugar. Ele disse então, que já poderia começar aprendendo a reciclagem. Contou-me que trabalha com a reciclagem desde quando chegou à Vila, há aproximadamente uns quinze anos. Relatou que queria se aposentar, mas não sabia como e nem quando. Aos pouquinhos as linhas de significado entre pesquisadora e ator da pesquisa foram sendo costuradas, até que ele disse que não tinha nenhuma fotografia dele, que queria uma foto. Neste momento perguntei como ele gostaria de tirar a foto e ele disse: *“no lugar que mais gosto na Vila, fazendo meu trabalho”*.



A fotoetnografia^v une a etnografia com a fotografia, com o objetivo de narrar, por meio do uso da imagem e exercício da antropologia visual elementos, pelos quais uma determinada população constrói os traços de sua identidade (ACHUTTI, 1997)

O que fica enunciado nas narrativas dos moradores é o simbólico que está associados ao morar- você não mora apenas porque é uma casa, você mora porque tem sua identidade lá. E é isso que procuramos etnografar, traços da identidade dos moradores na Vila, violações de direito à moradia na mesma e lutas e resistências dos moradores.



É notória a necessidade de moradia adequada aos moradores da Vila da Paz. Assim, como no livro a História de um Animal, os moradores escutam frequentemente que o acesso

aos direitos vão demorar e os sentimentos de ansiedade e de reinvenção são elementos recorrentes na vida deles. Notamos que os debates sobre remoções estão muito pautados nas reflexões sobre mercado imobiliário e perspectivas econômicas. Os discursos sobre a sociedade giram entorno de lógicas economicistas (Foucault 1976). E a temática da habitação não é diferente. O saber histórico das lutas pela moradia, ou seja, no saber de oposição aos discursos naturalizantes sobre pessoas que vivem em ocupações, nos saberes que não estão autorizados a falar foram nossos principais interesses nesta pesquisa.

Referências Bibliográficas:

- Achutti, L. E.R.(1997) Fotoetnografia: um estudo de Antropologia Visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre, Tomo Editorial/Palmarinca.
- Alfonsin, B. (2006) .Direito à Moradia Adequada na América Latina. In Direito à Moradia e Segurança da Posse no Estatuto da Cidade, ALFONSIN, Betânia e FERNANDES, Edésio (Org.). Editora Fórum, Belo Horizonte.
- Arendt, H. (1993),A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bourdieu, P. (org.) (1997). O espaço dos pontos de vista. In: A Miséria do Mundo. Ed. Vozes. 5ª ed. Petrópolis, RJ. 1
- Bobbio, N. ET al. (2002).Dicionário de Política. 12 ed. Brasília: UnB.
- Cardoso, A.L. (2007) Avanços e desafios na experiência de urbanização de favelas. In: Cadernos Metrôpole 17, 1º sem.
- Castells, M.; Borja, J. (1996) As cidades como atores políticos. Novos Estudos, nº 45. São Paulo, CEBRAP., p. 152-166.
- Comparato., B.C. (2003). A ação política do MST. São Paulo: Expressão Popular.
- Costa, G. (1997).Exclusão sócio-espacial na era urbano-industrial: uma introdução ao tema. In: Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR. Recife, MDU/UFPE, vol.2.
- Dias, M. T. F., ET al. (2015). “Ocupações urbanas em Belo Horizonte e a (re) construção espacial da cidade: um estudo de caso da ocupação Camilo Torres.” Revista de Ciências Humanas 49.2: 205-223.
- Fernandes, B. M. (2000). A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fernadades, E. (1998). Direito Urbanístico: entre a cidade legal e a cidade ilegal. In FERNANDES, Edésio (Org.). Direito Urbanístico. Belo Horizonte: Del Rey.
- Furiati, L e Mayorga, C. (2017, janeiro).Sem lugar: A experiência de remoção de mulheres faveladas. Revista Polis e Psique, v.6, n.2. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61832/pdf>

- Freire, P. (2011). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra.
- Foucault, M.(2000). *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*, (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes.
- Geertz, C. (1978), *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Gustin, M. B. de S.Maciel, M. V. R. (2013, Agosto). *Constituição de Capital Social para Regularização Fundiária Sustentável*. Disponível em.
- Glass, R(1964) *London: aspects of change*, London: MacGibbon & Kee.
- Guimarães B. M. (1991). *Cafuas, Barracos e Barracões: Belo Horizonte, Cidade Planejada*. Rio de Janeiro, 1991.
- Lefebvre, H. (1999). *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte. Editora UFMG.
- Lopes, E. (2010). *O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas (manuscritos): um estudo de caso da prática de desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências.
- Lourenço, T. *Cidade Ocupada*. (2013). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Martin-Baró,I.(1998). *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta, 374p. Edición Introducción y Notas de Amalio Blanco e Epílogo de Noam Chomsky.
- Mayorga, C. (2014). *Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária*. *Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social*, Barcelona, v. 14, n. 1, p.221-236, mar., 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53730481010>.
- Montero, M.(1987) *La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos*», in S.. Barriga, J. M. León e M. F. Martínez, *Intervención Psicosocial*. Barcelona, Hora;
- Montero, M. (2009)“¿Para qué Psicología Política?”. *Revista de Psicología Política*, São Paulo, v.9, n.18.
- Miranda, B. e Câmara, L. (2013). *Investimento para sanar déficit habitacional é de R\$11 bilhões*. *Jornal O Tempo*. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/investimento-para-sanar-d%C3%A9ficit-habitacional-%C3%A9-de-r-11-bilh%C3%B5es-1.692207>.
- Morado Nascimento, D. (org.) (2015). *Saberes [auto] construídos*. Belo Horizonte, C/Arte Onu, 2011. *Relatoria Especial da ONU para a moradia adequada. Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções*. Disponível em Disponível em <http://direitoamoradia.org/>.
- Paiva, A. R. e B, M. B.(2010). *A Escola e a Favela*. Editora PUC.
- Paiva, F. S. de; Van Stralen, C. J. ; Costa, Antunes, P. H.(2017). *Participação social e saúde no Brasil: revisão sistemática sobre o tema*. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 19, n. 2, p. 487-498, Feb. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000200487&lng=en&nrm=iso>.
- Urbel(2015). *Situação do Minha Casa Minha Vida em BH – 2015*. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br>.

- Nepomuceno, C. A. (2016, Dezembro). Desapropriação de assentamentos irregulares: exclusão da posse e violação do direito à moradia. http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17822&revista_caderno=4,
- Ranciere, J. (1996). O dissenso. In: Novaes, A (org.). A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras/Brasília: MinC/Rio de Janeiro: FUNARTE, p. 367-382
- Ribeiro, R. R. (2011) Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: RegionalNorte – Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011. Disponível em: <
- Ronilk, R. (2000). Regulação urbanística no Brasil: conquistas e desafios de um Modelo em construção. In Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social, PUCCAMP.
- Santos, B. de S. (2003). Poderá o Direito ser Emancipatório? Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, 3-76. Maio,
- Santos, L. C. D. ; Mayorga, C. (2015). Pobreza e Favela: A política Pública de Segurança em Belo Horizonte. Brasil/Poverty and favela: The policy of public security of public security in Belo Horizonte , Brazil. Revista de Direito da Cidade , v. 7, p. 437-467, 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/16972/13335>
- Santos, M. (2007). O Espaço do Cidadão. São Paulo: EdUSP. 167 p
- Silva , M. D. (2008). Vida e morte na Beira Linha: um estudo sobre formas de convivência e regulação. Michele Duarte Silva. – Belo Horizonte, .90 f.
- Sinha, I. (2009). A história de Animal. Rio de Janeiro, Agir.
- Starling, P. M. (2015). O risco geológico como justificativa para remoções forçadas no Aglomerado Santa Lúcia e na Vila Bandeirantes em Belo Horizonte / Paula Miller Starling G. Valladares, L. do P. (1978). Passa-se uma casa – Análise do Programa de Remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar ed.
- Vainer R, C. (2000). Pátria, empresa e mercadoria. In: Arantes, O. et alli. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, p.75-10

CAPÍTULO III / MANUSCRITO III: Ocupação e (re) existências: A polissemia das vozes nos coletivos da Vila da Paz

Resumo: O presente manuscrito tem como objetivo apresentar o processo de remoção das famílias do anel rodoviário de Belo Horizonte por meio de três experiências: a das mulheres moradoras da Vila da Paz, da Comunidade dos Moradores do Anel Rodoviário (CMAR) e da Associação Comunitária da Vila da Paz. Este trabalho constitui-se em um fazer etnográfico visto que os recursos metodológicos utilizados para imersão na Vila da Paz, que é o campo desta pesquisa foram compostos pela junção de etnografia e fotoetnografia. Notamos que ao longo dos processos de remoção realizados na Vila da Paz a experiência das mulheres, na maioria das vezes é invisibilizada com a não participação das mesmas nas esferas decisivas do processo. Constatamos também que os movimentos sociais urbanos, como o CMAR e a Associação Comunitária se apresentam como dispositivos fundamentais para o enfrentamento a uma Política Urbana de Habitação excludente e que segrega a cidade. A possibilidade de reinvenção está na visibilidade das vozes dos excluídos e nos jeitos que ocupam a cidade.

Palavras- Chaves: Mulheres; Comunidade de Moradores do Anel Rodoviário, Associação Comunitária; Enfrentamentos.

ABSTRACT: The present manuscript aims to present the process of removal of the Belo Horizonte ring road families through three analytical experiences: the voices of women, the experience of the Community of the Residents of the Ring Road (CMAR) and the Association Community of Vila da Paz. This work constitutes an ethnographic work since the methodological resources used for immersion in the Peace Village, which is the field of this research were composed by the junction of ethnography and photoethnography. We note that during the removal processes carried out in Vila da Paz the experience of women is most often invisible with the non-participation of women in the decisive areas of the process. We also note that the urban social movements, such as the CMAR and the Community Association, present themselves as fundamental devices for confronting an exclusionary Urban Housing Policy that segregates the city. The possibility of reinvention is in the visibility of the voices of the excluded and in the ways that we occupy the city.

Keywords: Women; Community of Residents of the Ring Road, Community Association; Confrontations

Introdução:

A cidade em sua história surge gerando efeitos como o povoamento espacial e a produção de espaços públicos que são ocupados pela diversidade e heterogeneidade, misturando os habitantes de distintas formas. Sendo assim, compreendemos a cidade como “um texto e contexto que inaugura novos debates sobre relações sociais fundamentais” (HOLSTON, 1996, p.252).

A partir do olhar sobre os contrastes e coletivos presentes na cidade de Belo Horizonte, e também sobre as possibilidades de criação e recriação dos espaços urbanos é que o problema do presente estudo surge, o qual consiste em etnografar o cotidiano das famílias removidas na Vila da Paz e sua ação política de recriação do morar por meio da ocupação de um trecho do anel rodoviário de Belo Horizonte. Chamamos aqui de ação política as formas de resistência das famílias frente ao contexto de desigualdade e segregação socioespacial as quais experienciam há aproximadamente vinte anos. Sendo assim, o presente manuscrito busca apresentar a Vila da Paz através das perspectivas de três coletivos. O cotidiano e a narrativa das mulheres sobre a experiência com a remoção, a história de luta pelo direito à moradia composta pela Comunidade de Moradores do Anel Rodoviário (CMAR) e da Associação Comunitária da Vila da Paz serão nosso foco.

Buscamos identificar ao longo dos nossos estudos as práticas coletivas de resistência e as experiências com a remoção; aspectos do cotidiano que se produzem ali. A Vila da Paz se apresenta como produtora de práticas do morar não hegemônicas inaugurando outras formas de se vivenciar os espaços urbanos. Caracterizamos a Vila como um lugar permeado por lutas, anseios e indignações, os quais permitem a criação de um cotidiano em coletivo, em que algumas pautas para são a luta contra toda forma de exploração da comunidade, contra as formas individualistas de se viver e apostar coletivamente para a solução de um problema que atravessa a todos, que é o problema da moradia.

Ao nos aproximarmos do cotidiano da Vila da Paz por meio das mulheres, CMAR e Associação Comunitária foi possível confrontar suas formas de resistência com os discursos e sentidos que tal palavra possui em outros espaços sociais. Notamos que a palavra resistência tem sido utilizada por alguns meio de comunicação para fazer menção a algum movimento

reativo e/ou violento. Todavia, desnaturalizar tal noção de resistência, a compreendendo como algo que possibilita a construção de outras formas de viver e de se experienciar o espaço. É necessário pensarmos os processos de resistência para aquém e além da noção de oposição.

"Onde as pessoas sofrem, onde elas são as mais pobres e as mais exploradas; onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de qualquer poder de ação e onde, no entanto, ele existe; pois tudo isso é a vida e não a morte" (NEGRI apud PELBART, 2003, p.42).

É a ideia de que ao lado do poder há potência, ao lado da Política Urbana de Habitação, há resistência, dentro do anel rodoviário da cidade de Belo Horizonte, estão os moradores com suas histórias e resistências. O poder então precisa ser pensando como uma relação de forças que produz afetos, ações, sujeitos dóceis, gerindo a vida da população. E não há poder sem resistência (FOUCAULT, 1977). Não há remoção, sem (re) invenção de espaços.

Como afirma Foucault (1977), resistir é a potencialidade que a força tem de entrar em relações não calculadas por meio de estratégias que permeiam o campo do político. Sendo assim, resistir é o oposto de reagir. Quando reagimos fornecemos resposta àquilo que o poder quer de nós. Quando resistimos criamos possibilidades de existir a partir de composições de forças inéditas; resistir é criar, como fazem os coletivos de moradores da Vila da Paz que ocupam o anel.

Para mapear as resistências presentes nesses três coletivos utilizamos como metodologia de pesquisa a etnografia e a fotoetnografia. O fazer etnográfico que tomamos por base nesta pesquisa tem inspirações nos escritos de GEERTZ (1989) que compreende a etnografia como uma pesquisa interpretativa sobre uma cultura e a busca de significado da mesma, para as pessoas que ali estão interagindo. Neste sentido, etnografar significa estabelecer relações com os atores do campo, transcrever textos, selecionar informantes, mapear campos, levantar genealogias, confeccionar um diário de campo, e fazer uma imersão permanente em um determinado contexto para realizar uma descrição densa sobre o que se apresenta. Desse modo, a etnografia e a cultura são públicas e os significados delas também são- (GEERTZ, 1989, p. 15).

Desse modo, o trabalho etnográfico pode ser visto como uma interpretação da

realidade estudada que surge a partir do olhar do pesquisador, que pode ser de segunda ou terceira mão, pois a primeira é do nativo (no caso a do morador da Vila da Paz) a respeito de sua realidade e de sua cultura. A etnografia então é um trabalho sempre inacabado:

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de tentar construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de eclipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas como exemplos transitórios de comportamentos modelados. (GEERTZ, 1989, p.20).

Para o autor, a etnografia também é literatura, já que o etnógrafo quando transcreve os textos alarga seus horizontes interpretativos, identifica discursos sociais. A descrição etnográfica então é situacional, microscópica e interpretativa. Junto com a etnografia – utilizamos também a fotoetnografia, que une elementos da etnografia com a fotografia, consolidando-se como uma representante da antropologia visual^v. “É uma das formas de etnografia que utiliza a fotografia como meio de apreender e relatar (no sentido de narrar) a cultura e os valores” (ACHUTTI & HASSEN, 2004, p.288). Sendo assim, um dos enfoques desta pesquisa foi o uso da imagem enquanto linguagem visual, visto que, a fotografia:

Ao nos ensinar um novo código visual, modifica e amplia nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos direito de observar. As fotos constituem uma gramática e, mais importante ainda, uma ética do ver (SONTAG, 2004, p.13).

E é sobre a ética do ver a cidade como um espaço de intervenção e ação política dos coletivos que moram ao longo do anel rodoviário que essa pesquisa se consolida. O fazer etnográfico na Vila da Paz começou em dezembro de 2013 e estendeu-se até novembro de 2016, o que inclui imersão no cotidiano dos moradores da Vila da Paz que já tinham sido removidos, outros que foram reassentados e outros que estavam no processo de remoção-reassentamento. Apresentaremos assim, nos próximos tópicos notas desse trabalho etnográfico enunciado pelo discurso das mulheres, do CMAR e da Associação Comunitária.

Um aspecto importante observado é que um dos problemas mais citados nas vivências do urbano na cidade são os problemas de circulação, acentuados pelo trânsito. Problema esse que também se apresentou como uma das justificativas para a duplicação do anel rodoviário.

Todavia, esta é apenas a superfície do problema. A questão é mais complexa, já que envolve as desigualdades e preconceitos sociais evocados pela segregação sociourbana na cidade moderna. E é a teia de complexidades que nos possibilita localizar novas formas de intervenção urbana resistente e criativa, que diz respeito ao ativismo político e estético da cidade (na cidade), gerando meios de sensibilizar o poder público e a população para as várias facetas do dilema da moradia e da circulação na cidade de Belo Horizonte. Você já olhou para uma ocupação?

A história da Vila da Paz pela narrativa das mulheres

Como uma árvore enraizada junto ao rio,
Não seremos removidas.
Somos contra a guerra e o fascismo.
Não seremos removidas.

Angela Davis

Conforme dados do cadastro social realizado pelo Programa Judicial de Conciliação para remoção e reassentamento humanizado das famílias do anel rodoviário e da BR 381, a população da Vila da Paz é composta em sua maioria por mulheres (51% de mulheres e 49% de homens). Vale lembrar que o Programa Judicial foi o órgão executor nas remoções na Vila da Paz no período de 2014 a 2016.

No fazer etnográfico localizamos a presença das mulheres em vários espaços da Vila: como participantes da Associação Comunitária, da Comunidade dos moradores do anel rodoviário, na feirinha de produtos agrícolas que organizaram junto com outras moradoras do anel rodoviário, nos comércios locais, no grupo de mulheres que se reúne uma vez por semana, nas conversas corriqueiras da Vila, a caminho da luta (participação nas audiências públicas, participação das reuniões realizadas pelo Programa Judicial e Justiça Federal, dentre outros), no tráfico de drogas, indo e voltando para Vila, removidas para outro lugar, dentre outros espaços.



A partir dos diversos modos de ação política das mulheres que ocupam os espaços da Vila da Paz fez-se necessário pensarmos sobre a questão da mulher no espaço urbano e na própria Política Urbana de Habitação, e sobre essas vozes que são em sua maioria invizibilizadas (SPIVAK, 2010; FURIATI & MAYORGA, 2016; LINO & MAYORGA, 2016). Enfocaremos aqui duas histórias que representam uma polissemia de vozes de outras mulheres. São histórias presentes no contexto de vida das mulheres da Vila da Paz e nos fazem pensar sobre o planejamento urbano e Direito à Moradia pelas vozes das mulheres. São as histórias da Dona Resistência e da Dona Perseverança^v.

A primeira história é da Dona Resistência que morou na Vila da Paz por aproximadamente quinze anos e foi removida para outro bairro do anel rodoviário. Segundo Dona Resistência, no momento que ficou sabendo que seria removida, descobriu também que estava com AIDS e tinha acabado de passar por um processo de separação do marido, com o qual vivia situações de violência doméstica constante:

“Não queria ir, moça. Todas as minhas amigas moram aqui. Eu vivo é no beco conversando sobre a vida, buscando apoio. No lugar em que fui morar é prédio, não tem nada próximo e não tenho amigos. Então todo dia que você vir aqui na Paz, você vai me encontrar aqui conversando. O que eu não gosto daqui é a fofoca, gente que quer saber de tudo da sua vida. Mas, eu gosto daqui pela rede de apoio, todo mundo

me conhece. E eu vou continuar vindo aqui. Depois vai lá à outra casa para você tomar um café... conversar comigo. Você vai ver o que eu estou falando". (Fala de Dona Resistência, Notas do Diário de Campo).

Dona Resistência não queria ter saído da Vila da Paz por dois fatores que ficam mais evidentes, a questão da rede de solidariedade que construiu com outras mulheres que eram suas amigas na Vila pelo fato de se reconhecer naquele lugar. Mesmo sendo removida, ela estava presente todos os dias na Vila. Em uma de suas narrativas falou do apoio que tinha no Centro de Saúde que frequentava, dos preconceitos que já tinha vencido em relação à doença e ao ciclo de violência doméstica.

A segunda experiência refere-se a uma das lideranças da Associação Comunitária da Vila que também foi removida para um bairro mais distante do anel rodoviário e fala dos prejuízos da remoção para sua participação na associação. Relata que quando morava na Vila conversava sempre com cada morador para montar a pauta da reunião e era mais atuante nas questões que dizem respeito à Vila. Todavia, com a mudança de bairro, Dona Perseverança relata a dificuldade de estar presente nas reuniões pelas despesas com passagem, dificuldade de continuar o contato com os moradores da Vila – elementos que enfraqueceram a atuação da associação comunitária. Relata que uma das suas inspirações para estar como presidente da Associação da Vila foi à necessidade de luta pela garantia do direito à moradia no território. Segundo ela é triste ver um lugar que você gosta e mora com problemas como remoção e crescente tráfico de drogas. Sendo assim, acredita que é no coletivo e junto dele que esses problemas da moradia e do direito à cidade podem ser amenizados. Atualmente, Dona Esperança relata que quase não vai à Vila, devido à dificuldade de conciliar o tempo de suas atividades no novo território de moradia, e sua participação na agenda política da Paz. Os moradores da Vila falam do enfraquecimento da associação após o processo de remoção da Dona Perseverança, mas relatam que não pensaram como vão se organizar.

Um movimento interessante que acontece na Vila toda segunda-feira é o grupo de mulheres, formado aproximadamente por oito mulheres, que se reúnem na parte da tarde para trabalharem questões associadas à Saúde da Mulher, para saberem sobre o processo de remoção das famílias moradoras da Vila e debater temas que são de seu interesse. Além do

grupo físico, há também um grupo virtual de Whatsapp intitulado “Grupo de Mulheres” em que discutem questões da Vila como acidentes que acontecem no anel, oportunidades de trabalho e compartilham experiências entre si.

O que observamos na experiência dessas mulheres é que um grande contingente delas trabalha no mercado informal, mais especificamente no trabalho doméstico, sem muita garantia de seus direitos trabalhistas. Há também mulheres que vivem com seus companheiros e sustentam a casa sozinha e um empobrecimento de mulheres idosas presentes na Vila. Uma das moradoras mais antigas da Vila da Paz é uma mulher idosa, que ajudou na construção da Vila. Sempre que tentava conversar com ela, falava sobre sua insatisfação e ansiedade de ter que esperar para saber para onde vai, e que essa situação lhe gerava desgosto e mau-humor. Um aspecto que a preocupava, era o fato de seus filhos e netos continuarem morando na Vila e ela teria que ser removida, sem saber para qual lugar iria. E essas implicações sobre o lugar a remetiam ao fato de saber se conseguiria visitar seus parentes na Vila da Paz, se seria um lugar distante ou perto.

Outro aspecto muito evidente na fala das mulheres da Vila da Paz é o fato de serem excluídas durante a aplicação do questionário para cadastro social das famílias realizadas pelo Programa Judicial. Na maioria das vezes, relatam que se sentem impedidas de responderem o questionário, porque seu companheiro fala mais do que ela nas respostas. É como se ele soubesse mais sobre o imóvel do que ela. Muitas mulheres deixaram de responder os cadastros, conforme dados do Programa Judicial, porque seus companheiros não estavam na residência.

Essas experiências narradas pelas mulheres da Paz nos revelam, mais uma vez, que a Política Urbana de Habitação de Belo Horizonte reproduz o estereótipo dos lugares chamados de femininos e masculinos reforçando uma lógica do espaço urbano como construção do masculino, um planejamento urbano funcionalista e racional que aprisiona as mulheres em determinados lugares, como por exemplo, aquela que pode responder ou não a um questionário, que pode circular ou não por uma determinada área da cidade (BONDI, 1992; PATEMAN, 1993; FURIATI & MAYORGA, 2016).

Observamos que o fenômeno da segregação socioespacial relaciona-se também com o

modelo social patriarcal expresso, por exemplo, pela desvalorização do trabalho feminino remunerado em relação ao masculino, pela desqualificação da fala da mulher nos espaços públicos, fortalecendo o processo de feminização da pobreza urbana (BRUSCHINI, 2007; DOMOSHI, 1996).

Outro efeito gerado na vida das mulheres removidas, além da condição de exclusão territorial que vivenciam é a precariedade dos serviços de transporte depois que são reassentadas em outras áreas distantes dos lugares em que moravam como relatado na fala da Dona Resistência e da Dona Perseverança. A mobilidade urbana precária também afeta as dimensões do trabalho, saúde (como relatado na fala de Dona Resistência que não pode mais ser atendida no posto da Vila da Paz – pois está em outro território), a segurança (geralmente são removidas para áreas muito distantes da cidade, o que traz mais situações para enfrentamentos relacionados à violência de gênero nas ruas) e o bem estar também ficam prejudicados, já que as relações de colaboração e solidariedade foram construídas na Vila da Paz.

É fundamental pensar sobre os efeitos da remoção na experiência das mulheres faveladas. No caso da Vila da Paz – as mulheres foram importantes construtoras da Vila e participam ativamente da organização dos espaços como reuniões para pensar estratégias de enfrentamento a remoção forçada. Outro efeito bem presente localizado na experiência de remoção das mulheres da Vila diz respeito à dupla jornada de trabalho, no caso daquelas que exercem a chefia familiar, relatam que antes da remoção contavam com o apoio da rede de parentesco e vizinhança para o cuidado da casa e dos filhos. A partir da remoção, sentiram que sua rede de colaboração foi afetada. E o acesso à creche é muito restrito nas localidades que estamos abordando aqui. É muito importante que o processo de remoção, que é realizado de forma verticalizada e com pouca (ou nenhuma participação) dos moradores dê atenção às questões da experiência das mulheres, amenizando esses efeitos no cotidiano delas. É necessário amparos como: melhoria na mobilidade urbana, construção de redes de apoio à mulher como creches, postos de saúde, nos locais onde o reassentamento será realizado.

É preciso que o cuidado com as tarefas domésticas e o cuidado com a família (que são responsabilidades socialmente atribuídas às mulheres) seja desnaturalizada. Notamos assim,

que a Política Urbana de Habitação reproduz diferenças patriarcais contribuindo para o lugar desigual da mulher que vive na periferia. É fundamental que as mulheres sejam incluídas em suas diversas experiências, durante todo o processo de remoção e reassentamento, para que o projeto de urbanização das ocupações não intensifique o conjunto de opressões vivenciadas por elas (por nós, mulheres) para que seja um dispositivo para visibilidade de vozes.

O que fica destacado na experiência de remoção pelas mulheres da Vila da Paz é que apesar de reconhecerem a situação de violação de direitos à moradia presente no contexto da Vila da Paz – expressa pela falta de saneamento básico, grande poluição sonora no local (devido o grande fluxo de carros que passam no anel rodoviário), condições precárias das casas, tráfico de drogas dentre outros aspectos, gostam da Vila. Tal sentimento está associado ao fato da Vila associar-se às suas raízes, no modo de viver em liberdade de ser e estar. Como afirma Milton Santos (1993) a liberdade de permanecer e transitar são conquistas de qualquer cidadão, porém a Política Urbana de Habitação em Belo Horizonte tem negado esses direitos às mulheres, e aos cidadãos moradores da periferia, visto que ora a população é impedida de ficar, ora a população é impedida de sair. O que acontece é que as mulheres, e a população da Vila da Paz tem resistido e criado outras possibilidades de habitar.

No caso das vozes da Dona Resistência e Perseverança que foram removidas para outros lugares relatam que a casa, o apartamento em que moram é “bom”. Podemos dizer que o “bom” envolve condições concretas de moradia, na maioria das vezes negada aos moradores da Vila da Paz. Mas, o habitar vai muito além de condições concretas, já que envolve a construção da identidade em um espaço. Ir para Vila da Paz, mesmo depois de removida, significado para as mulheres reassentadas, reconstruir sua identidade, e se sentirem pertencentes a um local.

Notamos que durante o processo de remoção e reassentamento –as vozes das mulheres muitas vezes não são ouvidas e isso gera uma dificuldade no registro de suas histórias, como se não possuíssem um direito ao passado, e suas raízes culturais ficam então sobrepostas por um modelo de interpretação de mundo (SPIVAK, 2010). Reconhecer essas vozes propicia apontar circuitos de resistências frente ao modelo de remoção patriarcal presente na Política Urbana de Habitação da cidade de Belo Horizonte que tende a invisibilizar as mulheres na

cidade, na favela, na Vila (GONZAGA, 2011; HAYDEN, 1980; FURIATI & MAYORGA, 2016).

Afirmamos assim à importância de se levar em conta a perspectiva de gênero nas intervenções urbanísticas na cidade de Belo Horizonte para que as histórias de lutas da Dona Resistência, Dona Perseverança, Dona Maria da Favela, da Vila e da Ocupação apareçam e questionem a manutenção dos sistemas de exclusão e opressão da Política Urbana de Habitação em Belo Horizonte.

As remoções pelas lentes da comunidade de moradores do anel rodoviário (CMAR)

“Os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade”.

GONH, 2003, p.14

A comunidade de moradores do Anel Rodoviário (CMAR) é um coletivo que reúne moradores das Vilas situadas ao longo do anel da cidade de Belo Horizonte. O grupo surgiu a partir da grande quantidade de despejos realizados ao longo do anel com o objetivo de lutar pelo Direito à moradia da população residente no anel:

“Estou há 12 anos e vim pra esta casa por que comprei”... o ex-proprietário disse que um dia ia sair mais seria em agosto... Eu agosto ele me respondeu agosto de Deus... O CMAR é um conjunto de varias comunidades que defende os 27 km do Anel Rodoviário de BH. Atualmente sou presidente por três mandatos consecutivo... o CMAR funciona assim cada vila tem seu representante dentro do CMAR com direito de voto. Temos assembleia e levamos ao conhecimento de todas as 38 vilas a situação que todos nos enfrentamos como ameaça de despejo. A situação pra nós é preocupante, pois conhecemos nossos direitos dentro da constituição da moradia. e não lutamos por nada a mais que o nosso direito a moradia. (Presidente do CMAR, Notas do Diário de Campo).

De acordo com a narrativa da presidente do CMAR o grupo tem se organizado pelas pautas do Anel há aproximadamente vinte anos. Ela é moradora de uma Vila que se chama Madre Gertrudes e fica localizada na região Oeste do Anel, próximo aos bairros Cabana Pai Tomás, Vila São Paulo, Nova Cintra e Betânia. Foi construída há aproximadamente trinta anos

quando os primeiros moradores começaram a ocupar o local construindo casas em um loteamento de origem de uma antiga fazenda existente no local. O CMAR se constituiu após a divulgação de que os moradores do anel rodoviário seriam retirados do local para a duplicação da via criada nos anos 1950:

Concluimos de que cada comunidade lutando sozinha facilitaria a remoção de nossas famílias sem qualquer possibilidade de sermos atendidos com dignidade. Percebemos que o problema que atinge cada uma das comunidades constitui um problema de todas. Nesse sentido resolvemos reunir todas as lideranças das diversas comunidades para buscarmos uma solução que venha atender o conjunto de todas as famílias que serão atingidas pelas obras. (Fala da Presidente do CMAR/ Notas do Diário de Campo).

O CMAR atua por meio de ações como reuniões com a Defensoria Pública da União, com o Ministério Público, com o DNIT, com a URBEL, com o Programa Judicial de Conciliação, com diversos órgãos executores das obras de remoção do anel rodoviário e outros atores envolvidos. Vale destacar que de acordo com o coletivo, a pauta da remoção é antiga, mas as pautas de lutas que o grupo engaja são as mesmas como por exemplo, a defesa à moradia adequada, nos casos de indenização – reivindicam uma indenização social justa como previsto na instrução normativa do Ministério das Cidades.

Uma tônica recorrente na luta do coletivo envolve buscar garantir a participação da comunidade em todo o projeto de remoção e reassentamento com acesso a direitos culturais, sociais e políticos na Nova habitação. O que o grupo tem colocado como ênfase de pauta de luta é a garantia que as famílias sejam removidas para a nova habitação, somente quando elas forem adequadas e quando estiverem prontas para ser habitadas, em um local que atenda a demanda dos moradores:

Isso vem fortalecer o nosso objetivo que consiste em lutar pela melhor qualidade de vida de nossas famílias a começar por ter uma habitação digna e adequada. Morar dignamente é o que determina a Carta Universal dos Direitos Humanos e está garantido no Artigo 60. da Constituição Federal. (Fala da Presidente do CMAR/ Notas do Diário de Campo).

Além dos direitos à moradia que é a pauta de luta central do CMAR, o coletivo reivindica também outra cidade, em que as leis, os programas e os projetos de moradia e circulação no espaço urbano contemplem os moradores das vilas. Os moradores do anel rodoviário reconhecem que tal condição os coloca diante de uma série de violações de direitos como o não acesso a serviços de saúde, a educação, a cultura. Além da precariedade dos serviços que tem acesso. Neste sentido, o CMAR aborda em suas reuniões, assembleias e discursos à necessidade de pensar uma remoção a partir dos aspectos culturais e do sentimento de pertencimento que há em cada Vila.



Concordamos com o CMAR sobre a existência de um discurso disseminado que os problemas urbanos são oriundos da falta de planejamento urbano e pudemos confirmar esse aspecto em nossa pesquisa. Todavia, não se trata apenas do planejamento em seu aspecto positivista ou higienista, mas da recorrente exclusão e segregação perpetuados durante décadas e de planejamentos que são descolados da realidade da maioria da população que vive na cidade (MARICATO, 2000).

Diante dessa desigualdade provocada pelos efeitos de uma Política Urbana de Habitação hegemônica a população tem reinventado as formas de morar por meio das

ocupações de territórios. A luta pelo direito à moradia organizada pelo CMAR vai além da questão das habitações populares, mas reivindica o direito à cidade (que envolve a justa distribuição e acesso a terra, saneamento ambiental, transporte público adequado, fundos permanentes para habitação).

No Brasil, os movimentos sociais urbanos tem pautado uma forte resistência às políticas centralizadoras e excludentes. Desde 1980 os movimentos de luta pela moradia observaram a necessidade de construir intervenções organizadas com proposta e agenda de luta que avançassem na organização para além de um tom reivindicatório, e esse também se constitui o objetivo do CMAR. Por meio de reuniões mensais organizam suas pautas de luta e agenda política de participação não somente nas reuniões que envolvem o anel rodoviário, como também em atividades que envolvam a luta pelo direito à cidade. Nas audiências públicas, por exemplo, acontecimentos jurídicos realizados entre as famílias do anel a serem removidas e os órgãos executores do processo – o CMAR começa falando sobre sua pauta de luta, mas revelam que apesar de conseguirem espaço para a fala, não tem muitas garantias que as questões políticas que levantam sobre o processo de remoção e reassentamento serão ouvidas. De acordo com o coletivo, na maioria das vezes, são convocados a estarem presentes, mas o processo já está todo definido. Mesmo assim, continuam na luta e questionando esse espaço de participação e o projeto de limpeza urbana imbricado no interior da Política Urbana de Habitação de Belo Horizonte.

Com a Constituição de 1988, iniciou-se um processo de descentralização e fomento a maior participação da sociedade na gestão das Políticas Públicas. No início de 2003, período do governo Lula esse processo foi intensificado com a criação do Ministério da Cidade e do Conselho das Cidades, gerando assim espaços de participação dos movimentos sociais nos Fóruns Nacionais de Reforma Urbana. O CMAR relata que sempre participam de reuniões em Brasília para tratar a pauta do Direito à moradia digna e acesso a cidade. Além de participarem desses espaços, buscam também alternativas de moradia digna.

Compreendemos assim o CMAR como um movimento social urbano de luta por moradia, que pode ser entendido como ações um conjunto de ações coletivas e políticas organizadas pela população pobre e excluídas na busca pelo direito a cidade, por meio do

acesso ao solo urbano, à moradia e aos equipamentos e serviços coletivos (DE ALENCAR, 2010).

Historicamente, a demanda por moradia e acesso a terra e os descasos estatais recorrentes, fizeram emergir além de favelas, ocupações e assentamentos – os movimentos populares que se organizam em torno de uma luta política pelo direito à cidade, visto que “a desigualdade no Brasil passa essencialmente pela questão fundiária” (MARICATO, 2010, p.13). Vale destacar que as ocupações das terras que não são utilizadas ou estão subedificadas é um fenômeno que ocorre desde 1980. As ocupações passaram a ser uma estratégia central dos movimentos sociais que trazem como pauta à moradia, assim como o CMAR.

Podemos dizer assim, que a participação dos movimentos sociais em prol da luta pela moradia é imprescindível para (re) construção e concretização da democracia, na qual se destacam enquanto sujeitos políticos no diálogo com o Estado, indicando com suas pautas de luta o conjunto de reformas necessárias às Políticas Públicas, mais especificamente à Política Urbana de Habitação. Ao longo da história de Belo Horizonte essa política tem subalternizado a experiência dos pobres empurrando os sujeitos para áreas periféricas, destituídas de infraestrutura urbana e aumentando a segregação socioespacial. É todo esse efeito da política que a atuação do CMAR questiona criando estratégias de resistência como não desocupar as áreas do anel, fazer passeatas sobre o Direito à Moradia e o acesso à cidade, (re) ocupar as vilas que foram desocupadas, participar de reuniões periódicas e redigir ofícios para os órgãos executores da política pedindo um posicionamento sobre as diversas violações contidas nos despejos forçados. Articulam-se com outros movimentos sociais como os advogados populares e as lideranças que militam em prol do direito a moradia dentre outras estratégias políticas importantes.



Diante da imensa desigualdade socioespacial que tem como o efeito o despejo de uma parcela significativa de pessoas de seus territórios de moradia, não resta muitas alternativas a essas famílias a não ser a estratégia legítima de ocupar a terra para morar. A pauta do CMAR, bem como dos movimentos sociais urbanos pelo Direito à Moradia e acesso a cidade – nos remete à questão: Que cidade estamos produzindo? Que cidade queremos? São perguntas que remetem a que tipo de vínculos sociais, relacionamento com a natureza, estilo de vida estamos reforçando ou propondo. O direito à cidade é muito mais que a liberdade do sujeito de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a cidade, mudando a nós mesmos. (HARVEY, 2013).

É pelo direito à mudança social e política que o CMAR constrói suas pautas de luta em prol de uma cidade como direito que se contrapõe ao neoliberalismo que quer a privatização dos espaços públicos. A cidade como direito implica na luta de todos pelo acesso aos espaços da cidade, pela (re) invenção do direito à Moradia. É uma pauta recorrente na agenda de luta do CMAR, e na nossa agenda enquanto cidadãs, cidadãos.

A vila que existe dentro da Associação Comunitária

Além de participarem do CMAR, moradores da Vila da Paz também organizam suas lutas e a dinâmica dos acontecimentos associados ao seu cotidiano à Associação Comunitária Vila da Paz. Tal organização também tem como presidente uma moradora, que foi removida da Vila em meados de 2016, a qual chamaremos aqui de Dona Esperança. De acordo com a moradora o papel da associação era reunir pautas associadas aos problemas e potencialidades existentes na Vila. Relata que no início da associação os moradores participavam mais, e com o passar do tempo e o grande número de despejos^v realizados os moradores começaram a participar menos. Uma dos problemas que é recorrente na agenda da associação era o tráfico de drogas e o número de mortes em função deste estar presente na Vila. A moradora relata que esse tema do despejo sempre esteve presente – desde a criação da Vila da Paz, e muita gente também já morreu por causa desse evento, seja por militar na causa, ou até mesmo por acidente no anel. Atualmente a moradora relata que está meio afastada na Vila por causa do reassentamento em bairro distante da Vila da Paz, e a associação quase não tem se reunido.



Ao longo do fazer etnográfico na Vila ao conversar com os moradores observamos que têm uma participação ativa em instituições religiosas como Igreja Evangélica e Centro Espírita. Observamos a presença de uma Igreja evangélica no local, frequentada pelos moradores por pelo menos duas vezes na semana, e o centro espírita que funciona também como um local de reuniões dos moradores da Vila por ter um espaço amplo. Poucos participam de associações ou conselhos. Um aspecto mencionado pelos moradores é o fato de

ficarem preocupados com a pauta do despejo, mas essa preocupação tem gerado em alguns, certo desanimo devido o tempo que a pauta se estende na Vila.

Entendemos a associação comunitária como uma forma de organização comunitária que parte da necessidade dos moradores de criar meios de diálogo, fortalecimento e busca de estratégias de enfrentamento para as injustiças sociais, sejam elas específicas e também universais (SMOCK, 1999; FREIRE, 1990, MONTERO, 1979, VAN STRALLEN, 2006).

Observamos, como já mencionado, que a moradia digna é a principal pauta de luta da Vila da Paz, todavia essa organização se encontra em período de enfraquecimento, marcado pela incredulidade dos moradores em relação ao processo de não saber sobre o processo de remoção, como muitos relatam que na mesma hora em que “serão removidos, não são mais”. Tal descrença afasta os moradores do movimento além da saída da moradora que presidia a associação da Vila da Paz, elemento que gerou uma desmobilização no grupo. Surgem então preocupações antigas e caras aos movimentos urbanos, sejam eles associações, conselhos, dentre outros. Dilemas esses que dizem respeito à participação, a organização, a mobilização e sensibilização das pessoas para participarem dos movimentos:

a) há muita dificuldade em mobilizar a população. É preciso descobrir meios para motivar a participação; b) há falta de líderes e os que existem têm muitos compromissos assumidos; c) a televisão é a maior rival; d) faltam recursos financeiros para o incremento de meios de divulgação e mobilização. Por outro lado, os meios de comunicação pouco apoio dão; e) a investida do poder público é muito grande e a maneira como ele se apresenta torna difícil entender se ele é adversário ou protetor; f) as pessoas querem resultado em curto prazo e não têm um objetivo maior para lutar; g) o povo não acredita na sua força e nem na política; h) é preciso integrar mais os movimentos de bairro e não ficar só em nível das reivindicações, mas promover o lazer e a cultura (teatro, cineclube etc.) Encontros de Movimentos Populares, sistematizados por Ana Maria Doimo (1984, p. 37):

Todos esses elementos são aspectos destacados também pelos moradores da Vila da Paz quando o assunto é a retomada dos trabalhos da Associação Comunitária. Os moradores relatam que tem participado com mais frequência de pequenos grupos, como por exemplo, grupos para geração de renda, como o grupo que organiza a feira de produtos agrícolas na Vila, dentre outros. Destacamos assim, um efeito grave do processo de remoção

na Vila da Paz que é o enfraquecimento dos vínculos comunitários entre os moradores para associarem-se para ações políticas mais diretas. À medida que as pessoas vão saindo, as redes de cooperação se tornam mais frágeis e a vontade de se agregar para a participação política diminui. É tão grande o nível de desilusão, medo e descrédito diante de todos os sofrimentos e agruras experienciadas, que o morador vai se tornando inerte as ações (SILVA, 1992). Outro aspecto também mencionado pelos moradores da Vila da Paz é a dificuldade de conciliar os elementos para a sobrevivência do núcleo familiar com as pautas coletivas de luta.

Neste sentido, o trabalho para mobilização exige uma luta contínua de convite para o enfrentamento das lutas cotidianas pelo direito à moradia digna e acesso a cidade, como afirmam os moradores que participam do CMAR. Vale sublinhar aqui a lista de conquistas desencadeadas pela luta dos movimentos sociais urbanos, com destaque para as dos últimos 20 anos, em âmbito jurídico, político e social:

Alguns capítulos da Constituição Federal de 1988; a Lei nº 10.257/2001; o Estatuto da Cidade, em 2000; a Medida Provisória nº 2.220/2001; a criação do Ministério das Cidades, em 2003; um Programa Nacional de Regularização Fundiária inédito em nível federal, em 2003; o Conselho Nacional das Cidades, em 2004; a Lei Federal nº 11.445/2007, que institui o marco regulatório do Saneamento Ambiental; a Lei Federal nº 11.107, de 2005, dos Consórcios Públicos; a Lei Federal nº 11.124/2005, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; a instituição, em 2006, desse Fundo; a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo. (MARICATO, 2011).

Apesar de todos esses entraves mencionados como impeditivos de uma participação mais ativa na agenda da associação ressaltamos a importância que a associação tem na vida dos moradores da Vila da Paz no sentido de evidenciar as questões políticas, sociais, econômicas e políticas pelos problemas que os moradores têm se deparado todos os dias. A associação, bem como o CMAR possibilita que os moradores se organizem por meios próprios buscando recursos de fortalecimento que permitem enfrentar a vida na cidade excludente (KOWARRICK, 1985, p. 75)

É nítida a aliança entre o CMAR e a Associação comunitária, além de outros movimentos sociais que fazem parceria com a Vila, como o Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras desempregados (MTD), os advogados populares e outras lideranças comunitárias de Belo Horizonte que lutam em prol de uma moradia digna e por uma cidade

mais justa socialmente.

Vale destacar que um movimento social, ou qualquer grupo social que seja “não é isolado, tem amigos afins, adversários, inimigos” (GRAMSCI, 1978, p24). Um dos principais inimigos e gerador de circuitos de resistência na Vila da Paz é a própria Política Urbana de Habitação e sua filosofia higienista e excludente. E é a partir do questionamento dessa política e dos processos de despejo forçado que os moradores têm se reunido, em pequenos grupos, em Associações, em coletivos e movimentos sociais mais amplos em busca da reinvenção de uma cidade que contemple a experiência dos excluídos. Essa não é uma tarefa que envolve a todos da Vila, como analisado anteriormente, e um desafio constante é resistir às estratégias de desmobilização oriundas principalmente do Estado.

Notas por (re) existência: O coletivo da Paz

“A cidade não para, a cidade só cresce O de cima sobe e o de baixo desce” (Chico Science)

Ao longo do nosso fazer etnográfico notamos que o Direito à Cidade é um direito coletivo, pauta de luta de muitos movimentos sociais. Como relatado nas vozes das mulheres removidas, na experiência dos coletivos CMAR e Associação Comunitária Vila da Paz – o direito à cidade não engloba apenas o direito a moradia, mas serviços de saneamento básico, acesso a transporte coletivo, e os serviços de saúde, educação, cultura, enfim o direito de ir e vir, e ocupar os distintos espaços da cidade. Portanto, ele não se constitui como um direito individual, mas sim coletivo. E esses conflitos vivenciados pelos moradores da Vila da Paz revelam a necessidade de democratização de direitos – o que engloba o acesso ao território, aos recursos naturais, ao espaço, aos serviços urbanos (ZHOURI, 1996).

Discutimos acerca da importância de visibilizar as vozes das mulheres em prol de uma Política Urbana que contemple suas diversas experiências, pois, além de excludente e higienista, a política urbana de habitação em Belo Horizonte tem reproduzido um modelo patriarcal que opera também na circulação das mulheres na cidade.

Quando pensamos nos modos de operar excludente da Política Urbana de Habitação de Belo Horizonte e na resistência e enfrentamentos pautados na agenda de luta dos movimentos sociais urbanos como o CMAR e como a Associação Comunitária da Vila da Paz fica evidente a necessidade de mudança social na temática da habitação. A mudança social parte de um conjunto de pressões coletivas e institucionais (THOMPSON, 1992) e se materializa também em experiências com moradoras como as da Dona Resistência e Perseverança que retornam para a Vila da Paz mesmo tendo sido removidas para resgatar seus vínculos e lutar contra o despejo, deixam sua marca na história, provocam mudança social junto com a polissemia de vozes que levam em suas trajetórias de vida.

Os moradores, sejam em pequenos grupos e/ou com atuações no CMAR, na Associação, e em outros movimentos urbanos apontam para mudanças sociais quando convocam os órgãos executores da Política Urbana de Habitação a repensarem os direcionamentos da política excludente. “Quando os moradores que foram reassentados voltam para as ocupações de origem estão dizendo para a Política Urbana e para a sociedade “Esse programa Judicial de Conciliação não serviu para mim”, Esse modo de operar sobre quem ocupa um território não funciona”, gerando efeitos questionadores sobre a Política Urbana e os jeitos da cidade de Belo Horizonte funcionar. O que notamos nas falas citadas expressa uma denuncia sobre a forte presença de uma Política Urbana de Habitação conservadora do ajuste econômico que procura reconduzir a justiça social e o meio ambiente ao estatuto das chamadas barreiras do desenvolvimento (ZHOURI, LASCHEFSKI E PEREIRA, 2005). A remoção e o reassentamento de famílias funcionam, portanto, como um dispositivo de manutenção dos privilégios sociais associados ao Direito á Cidade.

Tanto para as mulheres quanto para o CMAR, Associação Comunitária e moradores, a Vila da Paz é um lugar no qual se sentem felizes por poderem construir sua identidade cultural, viver com certa liberdade e sentirem-se pertencentes ao lugar. As pessoas que ficam no lugar também sofrem muito com a saída daqueles que vão, já que a comunidade fica enfraquecida em termos de rede de colaboração e luta. Esses aspectos deixam evidente a necessidade de reinvenção da Política Urbana de Habitação de Belo Horizonte, que não considera essa realidade e tem operado de forma verticalizada e pouco participativa quando o

assunto é remoção.

Com base no estudo etnográfico realizado e nas histórias narradas neste manuscrito, buscamos situar as diferentes motivações e formas de participação dos moradores nas lutas da Vila da Paz, por meio das histórias de Dona Esperança, Perseverança e Resistência. Identificamos tensões simbólicas envolvidas no ato de ser removido expressas em lutas mais amplas como atuações nos coletivos (ZHOURI, VALÊNCIA, 2004), mas também identificamos aspectos fundamentais da luta nas “pequenas” mobilizações e associações dos moradores, uma espécie de política da vida cotidiana (MAYORGA et al., 2015). Aliás, frequentemente essas dimensões aparecem como dicotômicas, mas são mutuamente constitutivas.

Os movimentos sociais urbanos de luta pelo direito à cidade tem uma importância fundamental no processo de reinvenção dos espaços da cidade além de serem um instrumento de enfrentamento da Política Urbana de Habitação excludente, como nos revelam as organizações identificadas na Vila da Paz. E essa reinvenção está nas grandes lutas e movimentos e em ações e transformações cotidianas, no jeito como olhamos a cidade e questionamos seus espaços de segregação.

Referências Bibliográficas:

ACHUTTI, L.E.R. & HASSEN, M.N. A. Antropologia em novas mídias: fotoetnografia como fotografia. Porto Alegre, ano 10, nº21, p. 237-289, jan./jun.2004.

BONDI, L. Gender symbols and urban landscapes. In: Progress in Human Geography. London, 16,2 (1992) Edward Arnold: 1992.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

DE AIENCAR, Anna Karina Borges. "A INSERÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA QUESTÃO URBANA: A PRODUÇÃO SOCIAL DO HABITAT." Seminário Nacional de Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano. Rio Grande do Norte, 2010.

DOMOSH, M. A „feminine“ building? Relations between gender ideology and aesthetic ideology in turn-of-the-century America. In: Ecumene, V 3, no 3, London: Arnold, 1996

DOIMO, Ana Maria. *Movimento social urbano, Igreja e participação popular*. Petrópolis: Vozes, 1984

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

GONZAGA, T. (2011). A cidade e a arquitetura também Mulher: conceituação da Metodologia de Planejamento Urbano e dos Projetos Arquitetônicos do ponto de vista de gênero. São Paulo: Annablum

GRAMSCI, A. *Alguns temas da questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Temas de ciências humanas, v. I.)

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GOHN, Maria da Glória Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil dos anos 90. XIX Encontro Anual da Anpocs. GT Cidadania, Conflitos e Transformações Urbanas. Caxambú. 1995.

GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos: Coleção Pesquisa Qualitativa. Front Cover. Graham Gibi. Bookman, Jan 1, 2009 - Science.

HARVEY, D. O direito á cidade. Edição 82, I Julho de 2013_tribuna livre da luta de classes. Disponível em : <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>

HAYDEN, D. (1980) What would a nonsexist city be like? speculation on housing, urban design, and human work. In: Stimpson, Catharine R. et al. Women and the american city. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1980. p. 167-18

HORTON, Myles and Paulo Freire (1990). We Make the Road by Walking: Conversations on Education and Social Change. Philadelphia, Pennsylvania: Temple University Press

HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1996, no.24, p. 243 – 253.

MAYORGA, C; DINIZ, A.R; PINTO, G.P; BORGES, L.A;LINO, T.; RODRIGUES, T. Juventude Negra e Movimento Negro Brasileiro: Contínuos históricos e tensões no contexto de Belo Horizonte. IN: GUARESCHI, N; SCISLESKI, A. Juventude, Marginalidade social e Direitos Humanos: da psicologia às políticas públicas – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

MARICATO, E. Especulação de terra inviabiliza moradia popular. In: Caros Amigos. Ano XVI, número 158, maio 2010

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAXWELL, J. A. Qualitative research design: An interactive.Approach (2nd ed.). Thousand Oaks, UK: Sage, 2005.

MONTERO, M. (1979). Aportes metodológicos de la psicología social al desarrollo de

comunidades. XVII Congresso Latinoamericano de Psicología (SIP).

PATEMAN, C. (1993). O contrato sexual (M. Avancini, trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra

PEBALBART, P. Vida Capital – Ensaios de Biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003

RIBEIRO, J.S. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. Revista de antropologia. SP.USP.v.48,nº02.2005

SILVA, José Borzachiello da. *Os incomodados não se retiram*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SPIVAK, G. C. (2010). Pode o subalterno falar? (S. R. G. Almeida; Feitosa, M. P. F & A. P. Feitosa, trads.). Belo Horizonte: Editora UFMG

SONTAG, Susan. Sobre fotografia. 1 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

SMOCK, Kristina.(1999) Strategies for urban change: A Comparative Study of Contemporary Models of Neighborhood-Based Community Organizing. Northwestern University. Department of Sociology. September.

VAN STRALEN, Cornelis Johannes, Lima, Ângela Maria Dayrell de, Fonseca Sobrinho, Delcio da, Saraiva, Leonor do Espírito Santo, van Stralen, Terezinha Berenice de Sousa, & Belisário, Soraya Almeida. (2006). Conselhos de Saúde: efetividade do controle social em municípios de Goiás e Mato Grosso do Sul. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(3), 621-632. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-8123200600030001>

KOWARICK, Lúcio. O Estado e a participação popular. In: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *América Latina: crise nas metrópoles*. São Paulo: Sempla, 1985.

ZHOURI, A. (1996). “Amadurecendo o Verde: Construindo Redes Ambientalistas Globais”. In *Cidadania: Revista do Patrimônio*, no. 24

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. (2005), "Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais", in Andréa Zhouri, Klemens Laschefski e Doralice Pereira (orgs.), *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*, Belo Horizonte, Autêntica.

ZHOURI, Andréa & VALÊNCIO, Norma (orgs.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014. 395 p.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CIDADE DAS OCUPAÇÕES

Tudo começou com um ensaio – sobre alguns problemas estéticos e morais, propostos pela onipresença das imagens fotográficas; mas, quanto mais eu pensava sobre o que são as fotos, mais complexas e sugestivas elas se tornavam. Assim, um ensaio engendrava outro, e este (para o meu espanto), ainda outro, e assim sucessivamente. (SONTAG, Susan, p.1, 2004)

A imersão etnográfica na Vila da Paz começou por meio da fotografia. Lembro o primeiro dia que passei pela Vila da Paz a caminho de um compromisso de trabalho e um aspecto logo me saltou aos olhos: a violação de direitos expressa no espaço da Vila pela ausência dos serviços de saneamento básico – o esgoto a céu aberto foi o primeiro enunciado da Vila, e também a primeira fotografia. Como pano de fundo ao esgoto a céu aberto havia crianças correndo para lá e para cá.

Várias reflexões foram suscitadas a partir dessa cena e permanecem sempre nas notas do diário de campo, nos manuscritos, no modo de ver a cidade da pesquisadora, nas conversas com a Professora Orientadora dessa pesquisa, nos encontros inusitados com outros moradores da cidade que também não tem muito espaço nas pautas dos espaços urbano: são aqueles que vivem debaixo do viaduto, perambulando pelas ruas da cidade, o menino da Vila, o adulto do beco, os hippies da Praça Sete, os trabalhadores de circo presentes nos sinais da cidade - aqueles *que a seu modo e junto de seus coletivos* nos convocam da janela do ônibus, do carro, da lente da câmera fotográfica a reinventar pautas e agendas de luta em prol de uma cidade mais justa; que nos convocam a reinvenção de espaços e de outros jeitos de ser na cidade.

A experiência etnográfica tem muitos efeitos na pesquisadora: ela a afeta (GOLDMAN, 2001); transforma (MERLEAY- PONTY, 1984) visto que ela possibilita que a pesquisadora aprenda o significado do morar para os coletivos da Vila da Paz, e isso só foi possível – porque moradores da Vila da Paz e pesquisadora participaram de um mesmo plano que perpassa a relação da pesquisa: uma comunhão para além das diferenças culturais. (LÉVI - STRAUSS, 1971). O morar está muito além de ter uma casa, mas tem relação com os laços comunitários e relações de solidariedade produzida nos espaços, becos e ruas da Vila da Paz.

Constatamos assim, no fazer etnográfico sobre a remoção estudada nesta pesquisa - a busca constante dos moradores por melhores condições de vida e a luta cotidiana pelo direito a moradia digna. Destacamos também que os movimentos sociais urbanos de luta pelo direito

à cidade tem uma importância fundamental no processo de reinvenção dos espaços da cidade, além de ser um instrumento de enfrentamento da Política Urbana de Habitação excludente, visibilizam pautas urbanas extremamente importantes quando pensado sobre Direito à Cidade, como por exemplo: mobilidade urbana acesso a bens e serviços, moradia digna, cultura, arte, lazer, vida política, dentre outros.

Vale destacar que a etnografia não é caracterizada pela obsessão de detalhes, mas pela atenção que se dá a eles: “em algum momento os fragmentos podem arranjar-se no todo que oferece a pista para um novo entendimento”. (MAGNANI, 2002, p.17). Neste sentido, a reinvenção do espaço urbano, não está em um lócus específico, ou apenas em um único lugar da cidade. Ela está na ocupação da Vila da Paz, e por todas as partes da cidade, ela está em nós, professores, pesquisadores, moradores e cidadãos. Está imbricada no jeito pelo qual olhamos a cidade e questionamos/ visibilizamos seus espaços de segregação.

No nosso trabalho junto às famílias moradoras da Vila da Paz concluímos que o que há de se modificar não é a estética das ocupações, e sim o contexto permanente de violações de direito em que vive essa população. Observamos que essa violação de direitos é repetida por meio de ciclos na vida dos moradores das ocupações. No caso dos moradores da Vila da Paz – foram removidos por duas ou mais vezes, consecutivamente. E essa lógica de expulsão dos moradores das ocupações é reforçada pelas intervenções urbanas contínuas e excludentes - engendrada na Política Urbana de Habitação da cidade de Belo Horizonte. Essa lógica sim deve ser foco de intervenção.

Como sugestão de reinvenção da Política Urbana de Habitação de Belo Horizonte tomamos como ponto de análise a forma como o planejamento urbano na cidade tem operado com a população urbana de baixa renda. Observamos que desde a fundação de Belo Horizonte as intervenções urbanas do Estado são pautadas nas remoções da população moradora das favelas que frequentemente são consideradas, nos discursos hegemônicos como territórios marcados pela ausência de urbanidade, e conhecidas pela criminalização de sua população. (SANTOS e MAYORGA, 2015; MARICATO, 2000).

Um primeiro aspecto seria a desnaturalização desse discurso hegemônico sobre as favelas – presentes na Política Urbana de Habitação de Belo Horizonte. A presente pesquisa

teve como objetivo descolar desses discursos criminalizantes para interpretar a ocupação Vila da Paz como uma realidade social que expressa às condições profundas de desigualdade e exclusão social. Basta olharmos para o cotidiano da Vila da Paz – em que os moradores não tem acesso a serviços básicos, como saúde, educação, e muitos atuam em subempregos para darem conta de ter o mínimo que lhes é ofertado. A Vila da Paz, assim como qualquer outra ocupação da cidade precisa ser vistas como parte da cidade, portanto com direito a acessá-la e a circular por ela de forma digna e justa.

Dentre as concepções de cidade destacadas nesta pesquisa gostaríamos de afirmar que nos interessa a cidade do “*entre*”, a cidade como construção coletiva que possibilita compartilhar percepções, concepções e várias experiências de vida e de mundo. O discurso hegemônico da cidade moderna e desenvolvimentista na Política de Urbana de Habitação de Belo Horizonte não deve ser único, e não é. Nosso enfoque aqui é na relação sociedade-cidade e vice-versa, na leitura da ocupação Vila da Paz, como um dispositivo questionador das questões técnicas, administrativas e políticas presentes na cidade de Belo Horizonte.

Chamamos atenção aqui, de perto e de dentro, para os sujeitos sociais, moradores da Vila da Paz para suas práticas de construção de mundo e de vida, do território Vila da Paz como morada de seus afetos, dos trajetos, dos saberes, dos fazeres cotidianos de mulheres e homens, compostos por suas lutas sociais, sonhos e dramas.

Observamos ao longo do fazer etnográfico na Vila da Paz que o déficit habitacional deve ser considerado para além das demandas de unidades habitacionais –essa é a grande pauta de luta dos moradores - a qual deve ser um segundo aspecto a ser considerada a reinvenção da Política Urbana de Belo Horizonte. Como vimos ao longo da pesquisa, tanto as intervenções da URBEL quanto do Programa de Conciliação da Justiça balizam suas intervenções urbanas e remoções no fornecimento de uma casa. E o direito á cidade junto à necessidade dos moradores vai muito além de uma casa.

O que precisa ser levado em conta na pauta das intervenções urbanas na cidade de Belo Horizonte é a necessidade da moradia digna associada a toda uma conjuntura de condições urbanas básicas para uma existência social dos moradores. O que inclui saneamento, distribuição territorial de serviços de saúde e educação, mobilidade urbana,

dentre outros pautas. Sabemos que a Vila da Paz é uma ocupação marcada por contradições e desigualdades, mas neste momento das considerações finais do trabalho-optamos pela dimensão poética da resistência.

A tônica recorrente identificada em nossos estudos está relacionada a uma visão de cidade imbricada nos programas de habitação e nas práticas de remoção, que entendem e vivem a cidade como uma espécie de máquina de reprodução de distinções de direitos por territórios e de desigualdades sociais, produzindo uma cidade sociofragementada politicamente e socialmente *no paradoxo*: um lado da *cidade hegemônica* e do outro lado *cidade subalternizada* – fomentando o binômio *centro de Belo Horizonte/ anel rodoviário e asfalto/ocupação*.

Todavia, esses supostos binômios reforçados nos discursos sobre habitação em Belo Horizonte estão *entre si* – interligados em circuitos de resistência, como articulados pela ocupação Vila da Paz. Afirmamos assim que as ocupações são dispositivos de resistência frente à Política Urbana de habitação da cidade de Belo Horizonte, e nos convocam para reinventar a cidade, e ao mesmo tempo as relações sociais, e:

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. (...) É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo (DELEUZE, 1992, p.218).

E a ocupação Vila da Paz, por meio de seus coletivos, fazem resistência à tentativa de controle da Política de habitação. Concluímos assim – que para além da resistência há também na Vila da Paz a necessidade de ser reconhecida como território de luta pelo direito à moradia digna, o que evoca aspectos históricos e políticos dessa temática no contexto latino-americano e, sobretudo brasileiro, já que o discurso da redução do déficit habitacional, interesses econômicos e políticos tem se sobressaído diante das necessidades habitacionais dos moradores de baixa renda. E essa pauta de interesses precisa ser ponto de inversão dentro do escopo da habitação.

Na contramão dos discursos hegemônicos as ocupações surgem como um dispositivo

da livre criação do morar na cidade de Belo Horizonte, e como um movimento de ação política pelo direito à moradia. Sobre nosso objetivo geral de mapear as formas de resistência dos moradores da Vila da Paz frente às remoções realizadas pelo Programa de Conciliação consideramos que ele foi cumprido, visto que a ocupação Vila da Paz por si só já é uma potência frente às políticas desiguais do acesso a direito na cidade. Os moradores enfrentam a constante violação de direitos em que vivem por meio de ações políticas como participação em audiências públicas, manifestações, participação em reuniões das associação e do coletivo de moradores do anel rodoviário. A luta não para, a cidade não para e a história de resistência da Vila da Paz também não. “Se eu pudesse contar a história em palavras, não precisaria carregar uma câmera” (LEWIS HINE).

A cidade, a vila da Paz, podem então ser (re) vistas como um lugar de construção de símbolos, um lugar de encontros para resistência entre moradores, pesquisadores, andarilhos e poetas:

A imagem não é mais descritiva, é resolutamente inspiradora. Situação estranha, os espaços amados nem sempre querem ficar fechados! Eles se soltam. Diríamos que eles se transportam, facilmente, aliás, para outros tempos, para outros planos diferentes dos sonhos e das lembranças. (BACHELARD, 1979, p. 232):

A vila da Paz não quer ser apenas lembrança da história dos moradores, ela quer ser reinventada nos espaços da cidade, quer ser escutada em suas necessidades socioculturais. Dentro da Vila da Paz há espaço para as vozes de todos aqueles excluídos da cidade, que cotidianamente tem feito resistência e provocado dissenso nos discursos hegemônicos sobre a cidade. E é sobre a história de luta, visibilidade e resistência da Vila da Paz pelo não despejo – que essa pesquisa pretende contribuir em prol de uma cidade mais justa, na qual caibam aqueles que não são ouvidos – que são considerados “gente pequena”, mas com história e potencial de luta grande.

Referências Bibliográficas:

- ABREU, Maurício de Almeida. *A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *CIDADE: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. 295 p.
- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia: um estudo de Antropologia Visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo 1997.
- ACHUTTI, L.E.R. & HASSEN, M.N. A. *Antropologia em novas mídias: Fotoetnografia como fotografia*. Porto Alegre, ano 10, n°21, p. 237-289, jan./jun.2004.
- ALFONSIN, B. Direito à Moradia Adequada na América Latina. In: *Direito à Moradia e Segurança da Posse no Estatuto da Cidade*, ALFONSIN, Betânia e FERNANDES, Edésio (Org.). Editora Fórum, Belo Horizonte, 2006.
- ARENDDT, H.A *condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- ARAÚJO, Wânia Maria de e MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. Movimentos Sociais: reflexões sobre o século XX e as conexões possíveis com as experiências do século XXI. In: MACHADO, Lucília Regina de Souza; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. *Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- AMARAL, Tarsila do. *Segunda Classe*, São Paulo, 1923.
- ANDRADE, Mário de. *O movimento modernista*. Aspectos da literatura brasileira. São Paulo: Livraria Martins/INL, 1978.
- ALVAREZ, Marisol. Resignificações urbanas de fin de siglo. *Entelequia: Cuaderno de Comunicación*, Montevideo, n.5, p.9-14, dec.1995.
- ALTVATER, E. “Restructuring the space of democracy”. *Ambiente e Sociedade*, ano II (3 e 4): 5-27, 1.999.
- BELO HORIZONTE. *Plano Local de Habitação de Interesse Social*. Diagnóstico do setor habitacional, Volume I. Belo Horizonte. 2010.
- ASSIS, Eleonora Sad. *O plano de Belo Horizonte em fins de século XIX: O enunciado e o visível*. São Paulo: FAU/USP, 1995.
- ARK, R. Um roteiro de investigação sobre a cidade. In: VELHO, G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

- BARROS, José Márcio. *Cultura e Comunicação: Nas avenidas de contorno em Belo Horizonte e La Plata*. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2005.
- BRASILINO, Luís. “Conflitos por moradia estão aumentando no Brasil”, LeMondeDiplomatique Brasil, edição 55, 2012. Versão eletrônica, acesso em 25 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1094>
- BORDIEU, Pierre. *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987
- BOURDIEU, P. (org.). O espaço dos pontos de vista. In: *A Miséria do Mundo*. Ed. Vozes. 5ª ed. Petrópolis, RJ. 1, 1997.
- BOBBIO, N. ET al. *Dicionário de Política*. 12 ed. Brasília: UNB, 2000.
- BONDI, L. Gender symbols and urban landscapes. In: *Progress in Human Geography*. London, 16,2 (1992) Edward Arnold: 1992.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos Sociais em Debate. *Psicol. USP* [online]. 2003, vol.14, n.3 [cited 2016-10-23], pp.57-72. acesso em 25 de novembro de 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000300006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-6564. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642003000300006>.
- CASTELLS, M. *La question urbaine*. Paris: áspero, 1977.
- CARDOSO, A.L. *Avanços e desafios na experiência de urbanização de favelas*. In: *Cadernos Metrópole* 17, 2007.
- CASTELLS, M.; Borja J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*, nº 45. São Paulo, CEBRAP, p. 152-166, 1996.
- COMPARATO, B.C. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- COSTA G. Exclusão socioespacial na era urbano industrial: uma introdução ao tema. In: *Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR*. Recife, MDU/UFPE, vol.2, 1997
- DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo, Boitempo, 2006.
- DAS, V.; Kleinman, A. & LOCK, M. "Introduction". *Daedalus. Special Issue on Social Suffering*, vol. 125, n. 1, pp. XI-XX, 1996.
- DE ALENCAR, Anna Karina Borges. “A Inserção dos movimentos sociais na questão urbana: a produção social do habitat”. *Seminário Nacional de Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano*. Rio Grande do Norte, 2010.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editoria 34, 1992.

DIAS, M. T. F., ET al. “Ocupações urbanas em Belo Horizonte e a (re) construção espacial da cidade: um estudo de caso da ocupação Camilo Torres”. *Revista de Ciências Humanas*. 49.2: 205-223, 2015.

DOMOSH, M. A „feminine“ building? Relations between gender ideology and aesthetic ideology in turn-of-the century America. In: *Ecumene*, V 3, no 3, London: Arnold, 1996

DOIMO, Ana Maria. *Movimento social urbano, Igreja e participação popular*. Petrópolis: Vozes, 1984

DURKHEIM, E. Sociologia e Ciências Sociais. In: *Ciência Social e a ação*. Lisboa: Bertrand, 1970

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v.56,n. 2, April,2004.Acesso em 10 de outubro de 2016. Disponível em: Avilane from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200015&lng=en&nrm=iso>.

FERNANDES, E. e PEREIRA, H. D. Legalização das favelas: qual é o problema de Belo Horizonte? *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 34, pp. 171-199, 2010.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, E. Direito Urbanístico: entre a cidade legal e a cidade ilegal. In FERANDES, Edésio (Org.). *Direito Urbanístico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998;

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FOUCAULT, Michel. Space, Knowledge and Power. Entrevista a Paul Rabinow. Skyline. 1982. In. HAYS, Michael. Org. *Architecture Theory since 1968*. The MIT Press.

_____. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Traduzido por Raquel Ramalhe. 2. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

_____. *Segurança, território e população*. Traduzido por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. A política de saúde no século XVIII. Traduzido por Roberto Machado. In: MACHADO, R. (Org.) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979d, p. 193-207.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. Traduzido por Roberto Machado. In: MACHADO, R. (Org.) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979c, p. 15-37.

_____. Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976), (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Nota Técnica 1: Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012 – Resultados Preliminares. Belo Horizonte, FJP, 2014. Acesso em julho de 2016. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>.

FURIATI, L e MAYORGA, C. Sem lugar: A experiência de remoção de mulheres faveladas. Revista Polis e Psique, v.6, n.2. 2016. Acesso em 16 de outubro de 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61832/pdf>

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____ *A interpretativa das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. capítulo 1.

GEERTZ, C. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos: *Coleção Pesquisa Qualitativa*. Front Cover. Graham Gibi. Bookman, Jan 1, 2009 - Science.

GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana”. Tempo Soc. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, June 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Nov. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702005000100005>

GONÇALVES, M. F. Processo de urbanização no Brasil: delimitação de campo de pesquisa. *Espaço e Debate*, n. 28, 1989, p.67-79.

GONZAGA, T. *A cidade e a arquitetura também Mulher: conceituação da Metodologia de Planejamento Urbano e dos Projetos Arquitetônicos do ponto de vista de gênero*. São Paulo: Annablum, 2011.

GOHN, Maria da Glória Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil dos anos 90. *XIX Encontro Anual da Anpocs*. GT Cidadania, Conflitos e Transformações Urbanas. Caxambú. 1995.

GÓIS, C. W. L. *Atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire, 2005.

GOLDMAN, Márcio. Do ponto de vista não nativo: sobre a incompreensão antropológica ou os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Comunicação apresentada no seminário temático “A Antropologia e seus Métodos: o Arquivo, o Campo, os Problemas”, *XXV Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, 2000.

GUSTIN, M. B. de S. Maciel, M. V. R. Constituição de Capital Social para Regularização Fundiária Sustentável. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004. Acesso em 16 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos17.pdf>

GLASS, R. *London: aspects of change*, London: MacGibbon & Kee, 1964.

GRAFMEYER, Y.; JOSEPH, I. (Org.) *L'École de Chicago*. Paris: Éditions du Champ Urbain, 1979.

GRAMSCI, A. *Alguns temas da questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Temas de ciências humanas, v. I.)

GUIMARÃES, B. M. *Cafuas, Barracos e Barracões: Belo Horizonte, Cidade Planejada*. Rio de Janeiro, 1991.

GUIMARÃES, Berenice Martins Favelas em Belo Horizonte – tendências e desafios. *Análise & Conjuntura*, 7(2), 11-18, 1992;

MARICATO, Ermínia. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. *Cultura Vozes*, 93 (6), 7-22, 1999.

HARVEY, D. O direito à cidade. Revista Piauí n. 82. Acesso em 18 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2006.

HAYDEN, D. What would a nonsexist city be like? speculation on housing, urban design, and human work. In: Stimpson, Catharine R. et al. *Women and the american city*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1980. p. 167-18

HORTON, Myles and Paulo Freire. *We Make the Road by Walking: Conversations on Education and Social Change*. Philadelphia, Pennsylvania: Temple University Press, 1990.

HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1996, no.24, p. 243 – 253.

HOLLOWAY, J. *Fissurar o capitalismo*. São Paulo, Publisher Brasil. (Originalmente publicado em inglês em 2010, como Crack capitalism), 2013.

JULIÃO, Leticia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna. IN: DUTRA, Eliana F. (Org); *BH Horizontes históricos*. Belo Horizonte. C/Artes, 1996.

KEIJZER, B. Los Discursos de la Educación y la Participación en Salud: de la evangelización sanitaria al empoderamiento. In M. Minayo (Org.). *Críticas e Atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina* (pp. 441-460). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

KOWARICK, Lúcio. O Estado e a participação popular. In: *PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. América Latina: crise nas metrópoles*. São Paulo: Sempla, 1985.

- MARICATO, E. “Um mundo dominado pelas favelas”. In: DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- MARICATO, E. “É a questão urbana, estúpido!” In: MARICATO, E. et al. (org.). *Cidades rebeldes*; São Paulo, Boitempo/Carta Maior, 2013.
- MARICATO, E. Especulação de terra inviabiliza moradia popular. In: *Caros Amigos*. Ano XVI, número 158, maio 2010
- MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARICATO, Ermínia. “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”, In: Otília Arantes; Carlos Vainer & Ermínia Maricato, *A cidade do pensamento único*, Petrópolis, Vozes, 2000.
- MAGALHÃES, Beatriz de A.; ANDRADE, Rodrigo F. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
- MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian de Lucca. *Na metrópole: Textos de antropologia urbana*. São Paulo. Edusp, 1996.
- Manifesto “Programa Vila Viva ou Vila Morta”. Acesso em 17 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2008/10//429698.pdf>>
- MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- MARK, Karl, and Friedrich Engels. *Manifesto comunista*. Boitempo Editorial, 2015.
- MARTIN-BARÓ, I. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta, 374p. Edición Introducción y Notas de Amalio Blanco e Epílogo de Noam Chomsky, 1998.
- MAGNANI, J. G. C. Insider and a close-up view: notes on urban ethnography. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p.11-29, 2002.
- MAYORGA, C. Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária, 2014. Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social, Barcelona, v. 14, n. 1, p.221-236, mar., 2014. Acesso em 16 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53730481010>.
- MAYORGA, C; DINIZ, A.R; PINTO, G.P; BORGES, L.A; LINO, T.; RODRIGUES, T. Juventude Negra e Movimento Negro Brasileiro: Contínuos históricos e tensões no contexto de Belo Horizonte. IN: GUARESCHI, N; SCISLESKI, A. *Juventude, Marginalidade social e Direitos Humanos: da psicologia às políticas públicas* – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- ELLO, Ciro Bandeira de. A noiva do trabalho: uma capital para a República. In: DUTRA, Eliane F. (Org.) *BH horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Artes, 1996.
- MAXWELL, J. A. *Qualitative research design: An interactive. Approach (2nd ed.)*. Thousand Oaks, UK: Sage, 2005.

MERLEAU-PONTY, Maurice “*De Mauss a Claude Lévi-Strauss*”. Textos Seleccionados, São Paulo, Editora Abril Cultural, coleção Os Pensadores, 1984.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.

MIRANDA, B. e CÂMARA, L. Investimento para sanar déficit habitacional é de R\$11 bilhões. *Jornal O Tempo*. Acesso em outubro de 2016. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/investimento-para-sanar-d%C3%A9ficit-habitacional-%C3%A9-de-r-11-bilh%C3%B5es-1.692207>.

MIRANDA Isabella. *Ocupando sonhos - A Comunidade Dandara e as ocupações organizadas de terras nas cidades: emancipação social e reforma urbana*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Monografia (graduação em Ciências Sociais). 2012

MONTERO, M. La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos», in S. Barriga, J. M. León e M. F. Martínez, *Intervención Psicosocial*. Barcelona, Hora; 1987.

MONTERO, M. “¿Para qué Psicología Política?”. *Revista de Psicología Política*, São Paulo, v.9, n.18, 2009.

MONTERO, M. Aportes metodológicos de la psicología social al desarrollo de comunidades. *XVII Congreso Latino-americano de Psicología (SIP)*, 1979.

MORADO, Nascimento, D. (org.). Saberes [auto] construídos. Belo Horizonte, C/Arte. ONU, 2011. Relatoria Especial da ONU para a moradia adequada. Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções. Acesso em 16 de outubro de 2015. Disponível em <http://direitoamoradia.org/>.

NEPOMUCENO, C. A. Desapropriação de assentamentos irregulares: exclusão da posse e violação do direito à moradia. Acesso em 01 de dezembro de 2016. Acesso em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.phpn link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17822&revista_cader no=4,

NUN, J. Marginalidad y otras cuestiones. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n.4, p.366-398, 1972

LATOURETTE, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012

LEDERER, R. *L' espace en question*. Paris: Anthropos, 1976.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Documentos: São Paulo, 1969

_____. *La vie sociale dans la ville*. In: Du rural à l'urbain. Paris: Anthropos, 1970.

_____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897-1990). In: DULCI, Otávio; NEVES, Magda de Almeida (Orgs.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 75-106.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "Introducción a la obra de Marcel Mauss", In: *Marcel Mauss, Sociologia y antropologia*, Madrid, Editorial Tecnos, 1971.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. *Cadernos MetrÓpole*, 18(37), 765-784.
<https://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3707>, 2016.

LOPES, E. O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: um estudo de caso da prática do desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Acesso em 16 de outubro de 2016. Disponível em:
http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-8AWDPV/disserta_o_erika_, 2010. Acesso em 23 de dezembro de 2016.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. *Cidade Ocupada*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2014

PAIVA A. R. e B, M. B.(2010). *A Escola e a Favela*. Editora PUC.

PAIVA F. S. de; Van Stralen, C. J. ; Costa, Antunes, P. H.(2017). Participação social e saúde no Brasil: revisão sistemática sobre o tema. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 487-498, Feb. 2014. Acesso em 16 de outubro Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000200487&lng=en&nrm=iso>.

PATEMAN, C. (1993). *O contrato sexual* (M. Avancini, trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra

PEBALBART, P. *Vida Capital – Ensaio de Biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PUSSETTI Chiara e BRAZZABENI, Micol. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. *Revista do Centro de Rede de Investigação em Antropologia*. Vol. 15 (3), pág., 467-478, 2011. Acesso em 16 de outubro de 2016. Disponível em:
<https://etnografica.revues.org/1036>

PIMENTA, Denise Aparecida; JANUÁRIO, Fernando dos S.; PINTO, Geise Pinheiro; NOGUEIRA, Maria Luísa M. *Programa Vila Viva: Contradições e Resistências no processo de urbanização de uma favela em Belo Horizonte*. Minas Gerais. 2009

- PROUST, Françoise. The line of resistance. Translated by Penelope Deutscher. In: *Hypatia*, vol.15, Issue 4, p.23-37, 2000.
- QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade. In: PEREIRA, L. (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.p.11-72
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: *A crise da razão*. Organizador: Adauto Novaes (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Tradução de Paulo Neves.
- RANCIERE, J. (1996a). *O desentendimento – política e filosofia*. São Paulo, Ed. 34
- RELATÓRIO ESPECIAL DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU À MORADIA ADEQUADA. Acesso em 10 de outubro de 2016. Disponível em:<<http://direitoamoradia.org/pt/noticias/blog/megaeventos/belohorizonte/2010/09/15/copa-2014-em-bh-2-600-familias-da-rua/>>. Acesso em: 18 de dezembro 2016
- RIBEIRO, R. R. (2011). *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Norte – Belo Horizonte*: Arquivo Público da Cidade, 2011.
- RIBEIRO, J.S. Antropologia visual, praticas antigas e novas perspectivas de investigação. *Revista de antropologia*. SP.USP.v.48,n°02.2005
- RIOS, Isabel Cristina. Humanização: a Essência da Ação Técnica e Ética nas Práticas de Saúde. *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA*. 253 33 (2) : 253–261; 2009
- ROSEN, George . *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec, 1994. 423p.
- Rolnik, Raquel. "Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas." In: RIBEIRO, Luiz C. de Q. e SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos (Orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*, 2 351-360, 1994;
- Ronilk, R Regulação urbanística no Brasil: conquistas e desafios de um.Modelo em construção. In :*Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social*, PUCCAMP, 2000.
- ROLNIK, Raquel; RIBEIRO, A. C. T. ; VAZ, L. F. ; SILVA, M. L. P. “10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo”. In: RIBEIRO, A.C.T;
- VAZ, L.F.; SILVA, M.L.P. (Org.). *Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012b, v. -, p. 87-104, 2004.
- SANT'ANNA, M. J. G. *A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das ciências sociais*. Revista Rio de Janeiro, (9), 91-99, 2003.
- SANTOS JUNIOR, O. A. ”Reforma Urbana: desafios para o planejamento como práxis transformadora”, In: COSTA, G. M. e MENDONÇA, J. *Planejamento urbano no Brasil: trajetória e perspectivas*. Belo Horizonte, Ed. C/Arte, 2008.
- SANTOS B. de S.(2003). Poderá o Direito ser Emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-76. Maio,

SANTOS, L. C. D.; Mayorga, C. Pobreza e Favela: A política Pública de Segurança em Belo Horizonte. Brasil/Poverty and favela: The policy of public security of public security in Belo Horizonte , Brazil. Revista de Direito da Cidade , v. 7, p. 437-467, 2015. Acesso em 25 de novembro. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/16972/13335>

SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: EdUSP. 167 p. 2007.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987, p.11-35.

SILVA, M. D. *Vida e morte na Beira Linha: um estudo sobre formas de convivência e regulação*. Michele Duarte Silva. – Belo Horizonte, 90, 2008.

SILVA, José Borzachiello da. *Os incomodados não se retiram*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992

SINHA I. *A história de Animal*. Rio de Janeiro, Agir, 2009.

STARLING, P. M. *O risco geológico como justificativa para remoções forçadas no Aglomerado Santa Lúcia e na Vila Bandeirantes em Belo Horizonte* / Paula Miller Starling, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. 1 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

SMOCK, Kristina. *Strategies for urban change: A Comparative Study of Contemporary Models of Neighborhood-Based Community Organizing*. Northwestern University. Department of Sociology. September, 1999.

TAVARES, Fernando; MOREIRA, Antonio; PEREIRA, Elizabeth. A Avaliação Imobiliária sob a Perspectiva das Externalidades. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, Vol.6, No. 3, 2010

TUAN, Yi Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983

Urbel. Situação do Minha Casa Minha Vida em BH – 2015. Acesso em 16 de outubro de 2016, Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br>.

UGALDE, A. Las Dimensiones Ideológicas de la Participación Comunitaria en los Programas de Salud en Latinoamérica. In E. Menéndez, & H. Spinelli (Orgs.). *Participación Social? Para qué?* (pp. 19-51). Buenos Aires: Lugar Editorial, 2006.

VALLADARES, L.; FREIRE-MEDEIROS, B. *Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano: o Projeto Urban Data-Brasil*. Texto apresentado no Seminário da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, agosto, 2001.

VALLADARES, L. do P. *Passa-se uma casa – Análise do Programa de Remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar ed, 1978.

VAINER, R. C. Pátria, empresa e mercadoria. In: Arantes, et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, p.75-10, 2000.

VAN STRALEN, Cornelis Johannes, Lima, Ângela Maria Dayrell de, Fonseca Sobrinho, Delcio da, Saraiva, Leonor do Espírito Santo, van Stralen, Terezinha Berenice de Sousa, & Belisário, Soraya Almeida. (2006). Conselhos de Saúde: efetividade do controle social em municípios de Goiás e Mato Grosso do Sul. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(3), 621-632. Acesso em 16 de outubro, disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-8123200600030001>

WEBER, M. A origem do capitalismo moderno. In: *História geral da economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968, p.310.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar 1987

ZHOURI, A. “Amadurecendo o Verde: Construindo Redes Ambientalistas Globais”. In *Cidadania: Revista do Patrimônio*, nº. 24, 1996.

_____. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability: Desafios para a governança ambiental [Environmental justice, cultural diversity and accountability: Challenges for environmental governance]. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(68), 97-107.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. "Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais", in Andréa Zhouri, Klemens Laschefski e Doralice Pereira (org.), *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*, Belo Horizonte, Autêntica, 2005,

ZHOURI, Andréa & VALÊNCIO, Norma (org.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014. 395 p.

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 68, n. 3, Sept. 2016. Acesso em 11 de janeiro de 2017. Disponível em Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300012&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>

